

REOT 2018

RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO CONCELHO DE S. PEDRO DO SUL

2018



Câmara Municipal de S. Pedro do Sul
Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística

ÍNDICE

1. ENQUADRAMENTO	1
2. O PLANO DIRETOR MUNICIPAL (PDM) EM VIGOR.....	2
2.1. JUSTIFICAÇÃO DA REVISÃO	4
2.2. OBJETIVOS DA REVISÃO	4
3. CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL.....	5
4. EVOLUÇÃO SOCIO-ECONÓMICA	12
4.1. DEMOGRAFIA	12
4.2. HABITAÇÃO.....	17
4.2.1. Abastecimento de água nos alojamentos familiares.....	19
4.2.2. Instalações sanitárias nos alojamentos familiares.....	20
4.2.3. Existência de recolha de RSU nos alojamentos familiares.....	21
4.2.4. Instalação de banho ou duche nos alojamentos familiares	22
4.2.5. Sistema de Aquecimento nos alojamentos familiares	23
4.2.6. Instalações de eletricidade nos alojamentos familiares	24
4.2.7. Existência de cozinha ou kitchenette nos alojamentos familiares.....	25
4.3. ECONOMIA.....	26
4.4. EDUCAÇÃO.....	27
5. CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL	28
5.1. QUALIDADE DA ÁGUA	28
5.2. QUALIDADE DO AR.....	29
5.3. ENERGIA.....	29
5.4. RESÍDUOS.....	29
5.5. RUÍDO	30
6. DINÂMICAS DA EXECUÇÃO.....	30
6.1. INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL.....	30
6.1.1. Planos de âmbito municipal.....	30
6.1.2. Planos de âmbito nacional e regional.....	32
6.2. OUTROS PLANOS	33
6.3. DEMOGRAFIA	33
6.4. HABITAÇÃO.....	33
6.4.1. Reabilitação Urbana	33
6.5. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO.....	34
6.5.1. Dinâmica Empresarial	35
6.5.2. Turismo	36
6.6. REDE VIÁRIA E TRANSPORTES.....	37
6.7. PATRIMÓNIO.....	38

6.8. EQUIPAMENTOS	38
6.8.1. Equipamentos Escolares.....	38
6.8.2. Equipamentos de Saúde.....	39
6.8.3. Equipamentos de Desportivos.....	39
6.8.4. Equipamentos Culturais	40
6.8.5. Equipamentos de Prevenção e Segurança Pública	41
6.8.6. Equipamentos de Solidariedade e Apoio Social.....	41
6.9. INFRAESTRUTURAS.....	44
6.9.1. Abastecimento de Água	44
6.9.2. Saneamento	45
6.9.3. Resíduos Sólidos Urbanos	49
6.9.4. Rede Elétrica	51
6.9.5. Redes de Telecomunicações.....	52
6.10. SERVIDÕES E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PUBLICA.....	53
6.10.1 RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL (RAN)	53
6.10.2. RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL (REN)	55
6.10.3. REDE NATURA 2000	57
6.10.4. REGIME FLORESTAL	58
6.11. CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
7. DINÂMICAS URBANAS	61
7.1. EDIFÍCIOS LICENCIADOS.....	61
7. 2. EXPRESSÃO TERRITORIAL DAS OPERAÇÕES URBANÍSTICAS	69
I. Licenças, comunicações e autorizações	69
II. Loteamentos.....	70
8. CARACTERIZAÇÃO DOS PERÍMETROS URBANOS EM VIGOR	72
8.1. OS PERÍMETROS URBANOS EM VIGOR.....	72
8.1.1. Espaços Urbanos e Urbanizáveis	81
8.1.2. Espaços Industriais.....	81
8.1.3. Espaços Industriais Propostos.....	81
8.1.4. Espaços de Reserva para Equipamento.....	82
8.1.5. Espaços Culturais.....	82
8.2. HIERARQUIA URBANA.....	83
8.3. TIPOS DE POVOAMENTO.....	84
9. CONCLUSÃO	89

ÍNDICE TABELAS

Tabela 1: Evolução da população residente na Região Centro, Dão-Lafões e concelho de S. Pedro do Sul, 1991-2011	12
Tabela 2: Alojamentos familiares ocupados como residência habitual no concelho, segundo a ligação a redes de abastecimento de água, por freguesia, 2001-2011.....	19
Tabela 3: Alojamentos familiares de residência habitual no concelho, segundo existência de Sistema de esgotos, 2001-2011	20
Tabela 4: Edifícios servidos por sistema de recolha de resíduos urbanos (RSU), 2001 e 2011....	21
Tabela 5: Alojamentos familiares de residência habitual no concelho, segundo a existência de banho ou duche, 2001 e 2011.....	22
Tabela 6: Alojamentos familiares de residência habitual no concelho, segundo a existência de sistema de aquecimento, por freguesia, 2001 e 2011.....	23
Tabela 7: Alojamentos familiares de residência habitual no concelho, segundo a existência de cozinha, 2001 e 2011.....	25
Tabela 8: Evolução da população ativa e taxa de atividade no concelho, 1991 – 2011.....	26
Tabela 9: Evolução da população segundo o nível de instrução, 1991 – 2011	27
Tabela 10: Análises efetuadas em relação ao regulamentar e análises em cumprimento dos valores paramétricos (VP), no município de São Pedro do Sul (2001-2011)	28
Tabela 11: Empresas com sede no concelho de S. Pedro do Sul em 2013.....	35
Tabela 12: Empresas por setor de atividade no concelho de S. Pedro do Sul	36
Tabela 13: Alojamentos Turísticos (N.º) por tipo, e capacidade de alojamento (N.º), no concelho de São Pedro do Sul, em 2015	37
Tabela 14: Equipamentos de Solidariedade e Ação Social, no concelho de São Pedro do Sul	42
Tabela 15: Lista de ETAR's no concelho de São Pedro do Sul	46
Tabela 16: Lista Estações Elevatórias no concelho de São Pedro do Sul	46
Tabela 17: Lista de Fossas Sépticas coletivas no concelho de São Pedro do Sul	47
Tabela 18: Resíduos urbanos recolhidos seletivamente, no concelho S. Pedro do Sul.....	50
Tabela 19: Intervenções previstas no PDM em vigor.....	61
Tabela 20: Edifícios licenciados por tipo de utilização no concelho de S. Pedro do Sul entre 1995 e 2015	61
Tabela 21: Edifícios licenciados (N.º) por Tipo de obra e Destino da obra, entre 1995 e 2015 ...	67
Tabela 22: Loteamentos licenciados por ano no concelho de S. Pedro do Sul, entre 1995 e 2015	71
Tabela 23: Aglomerados urbanos em vigor.....	74

ÍNDICE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução da População residente no concelho entre 1991 e 2011.....	12
Gráfico 2: Evolução da População residente por freguesias, 1991-2011	13
Gráfico 3: Evolução da Estrutura Etária da População do concelho, 1991-2011	13
Gráfico 4: Evolução do Índice de Envelhecimento da População do concelho, 1991-2011.....	14
Gráfico 5: Evolução do Índice de Envelhecimento da População por Freguesias, 2001-2011....	14
Gráfico 6: Taxa de crescimento natural e migratório (%) do concelho de S. Pedro do Sul, 1992-2013.....	15
Gráfico 7: Evolução das Famílias clássicas e dimensão média do agregado familiar, no concelho, 1991-2011.....	15
Gráfico 8: Evolução das Famílias nas freguesias do concelho, 1991-2011	16
Gráfico 9: Evolução dos Edifícios e dos Alojamentos no concelho, 1991-2011	17
Gráfico 10: Evolução do regime de ocupação dos alojamentos clássicos no concelho, 2001-2011	17
Gráfico 11: Evolução dos consumidores de electricidade no concelho, 1994-2014.....	24
Gráfico 12: Alojamentos familiares de residência habitual no concelho, segundo a existência de electricidade, 1991 e 2001.....	25
Gráfico 13: Evolução da Taxa de Desemprego (%) no concelho, 1991 - 2011	26
Gráfico 14: População Empregada por Setor de Atividade no concelho, 1991 - 2011.....	27
Gráfico 15: Histórico do Índice da qualidade do ar na região Centro Interior, 2014.....	29
Gráfico 16: Indicadores de saúde, no concelho de S. Pedro do Sul, 2004 - 2014.....	39
Gráfico 17: Evolução do consumo de água por habitante, na região, sub-região e concelho, 2001 - 2007.....	45
Gráfico 18: Evolução da população servida por sistema de drenagem de águas residuais, na região, sub-região e concelho, 2006 – 2009 (sem dados para o concelho em 2008 e 2009)	48
Gráfico 19: Evolução da população servida por estações de tratamento de águas residuais, na região, sub-região e concelho, 2006 – 2009 (sem dados para o concelho em 2008 e 2009)	48
Gráfico 20: Águas residuais drenadas e tratadas no concelho de S. Pedro do Sul, 2006 – 2007. 49	
Gráfico 21: Evolução dos resíduos urbanos recolhidos, no concelho de S. Pedro do Sul, 1999 - 2013.....	50
Gráfico 22: Consumo de energia eléctrica por habitante, no concelho de S. Pedro do Sul	51
Gráfico 23: Consumo de energia eléctrica e tipo de consumo, no concelho de S. Pedro do Sul .	52
Gráfico 24: Evolução das operações urbanísticas licenciadas no concelho de S. Pedro do Sul, 1995-2015.....	65
Gráfico 25: Evolução das operações concluídas no concelho de S. Pedro do Sul, 1995-2015....	66
Gráfico 26: Evolução dos edifícios licenciados destinados a habitação familiar no concelho de S. Pedro do Sul, 1995-2015	67
Gráfico 27: Evolução das licenças, informações prévias e autorizações, 1995-2015.....	68
Gráfico 28: Total das operações urbanísticas 1995-2015, na U.F. S. Pedro do Sul, Várzea e Baiões VS restantes freguesias do concelho S. Pedro do Sul	69
Gráfico 29: Distribuição por freguesia, das licenças, informações prévias e autorizações, 1995-2015.....	70

ÍNDICE FIGURAS

Figura 1: Localização do concelho em Portugal continental, na NUT II (Região Centro) e NUT III (Viseu Dão Lafões)	6
Figura 2: Municípios limítrofe do concelho de S. Pedro do Sul.....	7
Figura 3: Limites administrativos do concelho de S. Pedro do Sul, antes e depois da reorganização administrativa de 2013.....	8
Figura 4: Enquadramento viário regional inserido no Mapa da Rede Nacional.....	10
Figura 5: PRN 2000 – Rede rodoviária da envolvente ao concelho de S. Pedro do Sul	11
Figura 6: Excerto de relatório “Dados da Qualidade da Água para Consumo Humano no concelho de S. Pedro do Sul”	28
Figura 7: Mapa com Reserva Agrícola Nacional (RAN).....	54
Figura 8: Mapa dos ecossistemas da REN (Reserva Ecológica Nacional).....	56
Figura 9: Mapa da Rede Natura 2000	57
Figura 10: Mapa do Regime Florestal	58
Figura 11: Carta de Ordenamento do PDM em vigor.....	73
Figura 12: Carta de Ordenamento do PDM em vigor.....	74
Figura 13: Mapa das áreas urbanas, urbanizáveis, industriais e equipamento do PDM em vigor	80
Figura 14: Espaço Industrial proposto – Freguesia de Bordonhos	82
Figura 15: Mapa da cidade com o solo urbano	85
Figura 16: Mapa de Santa Cruz da Trapa com o solo urbano.....	86
Figura 17: Inexistência de solo urbano no centro do aglomerado/freguesia de São Félix	87
Figura 18: Inexistência de solo urbano em Quintas-Trás-da-Serra, freguesia de Sul.....	88
Figura 19: Inexistência de solo urbano nas localidades de Paraíso e Comenda	88

1. ENQUADRAMENTO

A Lei de bases da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo (Lei n.º 31/2014, de 30/05), conjugada com o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) - Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14/05 - determina que as Câmaras Municipais são as entidades responsáveis pela concretização da política de ordenamento do território e de urbanismo a nível local, devendo fomentar a monitorização e avaliação dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), através de Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território (REOT).

A revisão dos PMOT só poderá ser promovida quando, em sede de REOT se, “identificarem níveis de execução e uma evolução das condições ambientais, económicas, sociais e culturais que lhes estão subjacentes, suscetíveis de determinar uma modificação do modelo territorial definido” - n.º 2 do artigo 93.º do referido RJIGT.

Neste sentido, o presente REOT de S. Pedro do Sul, promovido pela Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, tem como objetivo fundamentar a revisão do PDM, dado que esse procedimento de dinâmica decorre “da necessidade de adequação à evolução, a médio e longo prazo, das condições ambientais, económicas, sociais e culturais, que determinaram a respetiva elaboração, tendo em conta os relatórios sobre o estado do ordenamento do território previsto no n.º 3 do artigo 189.º” - alínea a), do n.º 2, do artigo 124.º do RJIGT.

De acordo com o n.º 4 do artigo 189 do referido RJIGT, os REOT “traduzem o balanço da execução dos programas e dos planos territoriais, objeto de avaliação, bem como dos níveis de coordenação interna e externa obtidos, fundamentando uma eventual necessidade de revisão.” Neste contexto legal compete à Câmara Municipal a elaboração do REOT que deverá ser submetido, a um período de discussão pública de duração não inferior a 30 dias - n.º 5 do referido diploma - divulgado através do site da Câmara Municipal, e à apreciação da Assembleia Municipal.

2. O PLANO DIRETOR MUNICIPAL (PDM) EM VIGOR

O PDM de S. Pedro do Sul foi ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 105/95, tendo sido publicado no Diário da República (DR) n.º 237, 1.ª série-B, de 13/10.

Desde a sua entrada em vigor, este PDM foi sujeito às seguintes alterações:

- Alteração, a nível regulamentar, através do Aviso n.º 15121/2012, publicado no DR n.º 217, 2ª série-S, de 9/11. Esta alteração diz respeito à correção de diversas incongruências, contradições e omissões existentes na redação do regulamento existente.

- Alteração pontual à delimitação da REN na freguesia de Pindelo dos Milagres por forma a possibilitar a ampliação do cemitério local (aprovada através do Despacho n.º 5637/2014, publicado do DR n.º 82, 1ª série-B, de 29/04).

- Encontra-se a decorrer uma nova alteração pontual ao regulamento, por forma a permitir e regular a implantação de estruturas de produção elétrica (eólicas e mini-hídricas), assim como torres de telecomunicações.

- Também se encontra a decorrer a alteração pontual ao regulamento do PDM no âmbito da entrada em vigor do Decreto Lei n.º 165/2014, de 05/11 (RERAE).

- Encontra-se ainda a decorrer a alteração à delimitação da REN na freguesia de Pindelo dos Milagres por forma a possibilitar a construção de um Parque Industrial.

Tendo em conta que as disposições contidas no PDM de S. Pedro do Sul, assim como os pressupostos de desenvolvimento futuro, se encontram bastantes desajustadas da realidade atual, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, proceder à sua revisão.

Decorridos 23 anos após a publicação do PDM e na sequência da entrada em vigor da referida Lei de Bases, do novo RJIGT, da publicação do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19/08, que estabelece os critérios de classificação e reclassificação do solo, e da Portaria n.º 277/2015, de 10/09, que regula a constituição, composição e funcionamento das comissões consultivas da elaboração e revisão do PDM, a Câmara Municipal de S. Pedro do Sul decidiu iniciar o processo

de revisão do PDM, tendo em consideração novas permissas estratégicas de longo prazo e face às mudanças socio-económicas ocorridas entretanto.

Neste sentido, a câmara Municipal deliberou dar início ao processo de revisão, através dos seguintes itens:

- Estabelecimento de um prazo para período de participação pública;
- Estabelecimento de um prazo para a revisão do PDM;
- Comunicação à CCDRC do teor da deliberação e solicitar a marcação de uma reunião preparatória, nos termos do n.º 1 do artigo 3.º da Portaria n.º 277/2015, de 10/09 (reunião essa já realizada);
- Proceder à Avaliação Ambiental Estratégica, nos termos do artigo 78.º do RJIGT (o processo já deu início);
- Constituir e aprovar uma Comissão de Acompanhamento da revisão do PDM (já foi publicado por intermédio do Despacho nº 4898/2014, publicada no Diário da República nº 68, 2.ª série, de 7/04).
- A composição da referida comissão é a seguinte:
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, que preside;
- Direção-Geral do Território;
- Instituto Português do Desporto e da Juventude, I. P.;
- Direção Regional de Economia do Centro;
- Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.;
- Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro;
- Agência Portuguesa do Ambiente, I. P.;
- Turismo de Portugal, I. P.;
- Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural;
- EP - Estradas de Portugal, SA;
- Administração Regional de Saúde do Centro, I. P.;
- ICP – Autoridade Nacional de Comunicações;
- Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares;
- Direção Regional da Cultura do Centro;
- Guarda Nacional Republicana;
- Autoridade Nacional de Proteção Civil;
- Direção Geral de Energia e Geologia;

- Assembleia Municipal de S. Pedro do Sul;
- Um representante de cada um dos seguintes municípios envolventes: Arouca, Castro Daire e Oliveira de Frades.

2.1. JUSTIFICAÇÃO DA REVISÃO

A revisão do PDM de S. Pedro do Sul é justificada pelos seguintes aspetos:

- O PDM em vigor já foi publicado à cerca de 23 anos, pelo que se justifica plenamente a sua revisão/atualização;
- O quadro legislativo e normativo que determinou a sua execução está atualmente revogado, tendo sido substituído pelo decreto de Lei 80/2015 de 14 de Maio e alterações subsequentes;
- Os pressupostos de delimitação da REN concelhia já foram alterados;
- O plano encontra-se unicamente em suporte papel, não possuindo rigor e é de difícil leitura;
- Os investimentos previstos no PDM em vigor ou já foram realizados ou verificou-se que não são necessários;
- A cartografia que serviu de base ao PDM atual não possui a qualidade e rigor atualmente exigida para este tipo de plano e encontra-se desatualizada;
- Inexistência de instrumentos de gestão territorial adequados à estratégia de desenvolvimento pretendida;
- Novos investimentos que a câmara pretende realizar num futuro próximo não possuem enquadramento no PDM em vigor (nomeadamente o Parque Empresarial de Pindelo dos Milagres, no extremo nascente do concelho, o acesso ao nó de Arcas da A24, a estrada para Arouca, as variantes à cidade e a plataforma logística na zona da Pedreira).

2.2. OBJETIVOS DA REVISÃO

Os principais objetivos da revisão do PDM de S. Pedro do Sul, são os seguintes:

- Reformular os limites dos aglomerados urbanos, contendo a dispersão e racionalizando consequente o investimento municipal em infra-estruturas;
- Criação de novas zonas industriais, de serviços e comércio com vista à criação de novos postos de trabalho;
- Incentivar o investimento privado (não apenas na indústria, mas também na atividade avícola, florestal, agrícola e turismo sustentável);
- Racionalizar e tornar eficaz a produção/proteção florestal;

- Proteger/classificar de forma rigorosa e eficaz o património concelhio (nomeadamente os lugares típicos das aldeias, os conjuntos edificados e a arquitetura típica da região);
- Permitir os diversos investimentos viários que a Câmara Municipal pretende desenvolver;
- Melhorar a proteção da natureza e da paisagem;
- Permitir o investimento em energias renováveis;
- Permitir a exploração de matérias primas do sub-solo, de forma regrada e ambientalmente sustentável;
- Atrair a fixação de séniores estrangeiros, através da melhoria dos serviços de apoio à 3ª idade, apoiada pelo termalismo, e disponibilizando um concelho ordenado, seguro, organizado e com um mercado habitacional de qualidade disponível;
- Fixar a população concelhia e melhorar os indicadores de qualidade de vida das populações.

3. CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL

O território que compõe o município de S. Pedro do Sul faz parte, juntamente com os concelhos de Vouzela e Oliveira de Frades, da designada "Região de Lafões", integrante da sub-Região Dão-Lafões (NUT III) e da região Centro (NUT II).

S. Pedro do Sul delimita a noroeste com a região Norte (concelhos de Arouca e Vale de Cambra), confinando ainda de Nordeste com Castro Daire, Sudeste com Viseu, Sul com Vouzela e Sudoeste com Oliveira de Frades.

Possui uma área total de 348,68 km², possuindo um relevo muito montanhoso na sua metade norte. Possui uma enorme variação altimétrica, variando desde a cota 110m (cota máxima da albufeira de Ribeiradio, no rio Vouga), no extremo sudoeste do concelho, até cotas acima dos 1.100m (Maciço da Gralheira), no extremo noroeste.

O município encontra-se tangencial a 2 importantes eixos viários supra-regionais: a A24 (no extremo nascente) e a A25 (a cerca de 12km a sul), sendo este um dos principais eixos viários nacionais. Situa-se ainda a escassos 23 quilómetros da cidade de Viseu, principal aglomerado urbano da Região de Dão-Lafões.



Figura 1: Localização do concelho em Portugal continental, na NUT II (Região Centro) e NUT III (Viseu Dão Lafões)

FONTE: DGT, CAOP 2016



Figura 2: Municípios limítrofe do concelho de S. Pedro do Sul

FONTE: DGT, CAOP 2016

O concelho de S. Pedro do Sul possuía 19 freguesias. Com a entrada em vigor da lei nº11-A/2013 de 28/01, que re-organiza as freguesias do ponto de vista administrativo através da criação de freguesias por agregação, é atualmente composto pelas seguintes 14 freguesias:

- Bordonhos
- Figueiredo de Alva
- Manhouce
- Pindelo dos Milagres
- Pinho
- São félix
- Serrazes
- Sul
- União de Freguesias de Carvalhais e Candal
- União de Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões
- União de Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio
- União de freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões
- Valadares
- Vila Maior

Na seguinte figura é possível verificar os atuais limites administrativos das freguesias que compõem o município, bem como os anteriores limites antes da reorganização administrativa de 2013.



Figura 3: Limites administrativos do concelho de S. Pedro do Sul, antes e depois da reorganização administrativa de 2013

FONTE: CAOP 2012, CAOP 2016

Por uma questão de facilidade no tratamento dos dados estatísticos, toda a informação do presente REOT está já estruturada com os limites territoriais das freguesias após a reorganização administrativa de 2013. Apesar de muitos dos dados se reportarem a anos anteriores a 2013, é possível desta forma dar um maior realismo e atualidade na análise a efetuar do território.

O concelho de S. Pedro do Sul, sobretudo a sua cidade, principal aglomerado e sede do concelho, é servido por uma rede viária supra-municipal algo deficitária e obsoleta. O acesso ao principal eixo viário regional (A25) ainda se realiza, em parte da extensão concelhia, por uma

Estrada Nacional (EN) com um traçado muito antigo e atravessando na quase totalidade aglomerados populacionais (caso da EN16). O acesso a Viseu padece do mesmo problema, tendo inclusive a sua via de acesso (EN16) sido desclassificada para a categoria municipal e encontrando-se parcialmente ocupada com construções e semáforos. O acesso ao outro grande eixo supra-municipal (A24) realiza-se por pequenas vias municipais.

A ligação a Vale de Cambra/Sever do Vouga (ex-EN227) efetua-se por uma estrada com as mesmas características da referida EN16 e igualmente desclassificada como municipal. A situação repete-se no acesso a Castro Daire (ER 228) e Oliveira de Frades (ER 333-3), com a desclassificação das suas vias de EN para ER. O acesso ao concelho de Arouca, apesar de várias vezes referido e incluído em Planos Rodoviários Nacionais, realiza-se ainda através de vias municipais, ao longo dos anos a serem beneficiadas e reconfiguradas a expensas dos respetivos municípios.

No entanto, internamente o município possui uma rede viária municipal bastante completa, servindo todos os aglomerados populacionais. Encontra-se em razoável estado de conservação, apesar da sua grande extensão territorial e relevo acidentado.

O principal aglomerado urbano do concelho – a cidade de S. Pedro do Sul – Não possui ainda nenhuma variante que permita retirar veículos pesados do seu centro nem uma travessia condigna para o tráfego de passagem.

Verifica-se que o PDM em vigor só contempla, no capítulo das acessibilidades supra-municipais, e ao nível da Carta de Ordenamento, uma variante da EN16 às Termas de São Pedro do Sul (já executada, embora com um traçado ligeiramente diferente) e uma ligação desde a ER228 à A24 (que não foi executada porque o nó de saída da referida A24 - nó de Arcas - acabou por se situar noutra local). Todos os restantes problemas enumerados relativos às acessibilidades supra-municipais não são contemplados ao nível cartográfico nem sequer referidos no relatório do PDM em vigor.

Torna-se necessário para o desenvolvimento do concelho, aumentar a qualidade e quantidade das acessibilidade supramunicipais, nomeadamente uma ligação rápida a Viseu e uma ligação continua entre a Variante às Termas e Vouzela (que tarda em ser qualificada).

Ligação Centro de Saúde – Avenida da Estação para tirar o trânsito do centro, permitindo mais celeridade e fluência no trânsito.

Necessidade de planificar uma variante/circular à cidade desviando o trânsito de atravessamento e contribuindo para melhor o acesso à A25 e a Viseu.

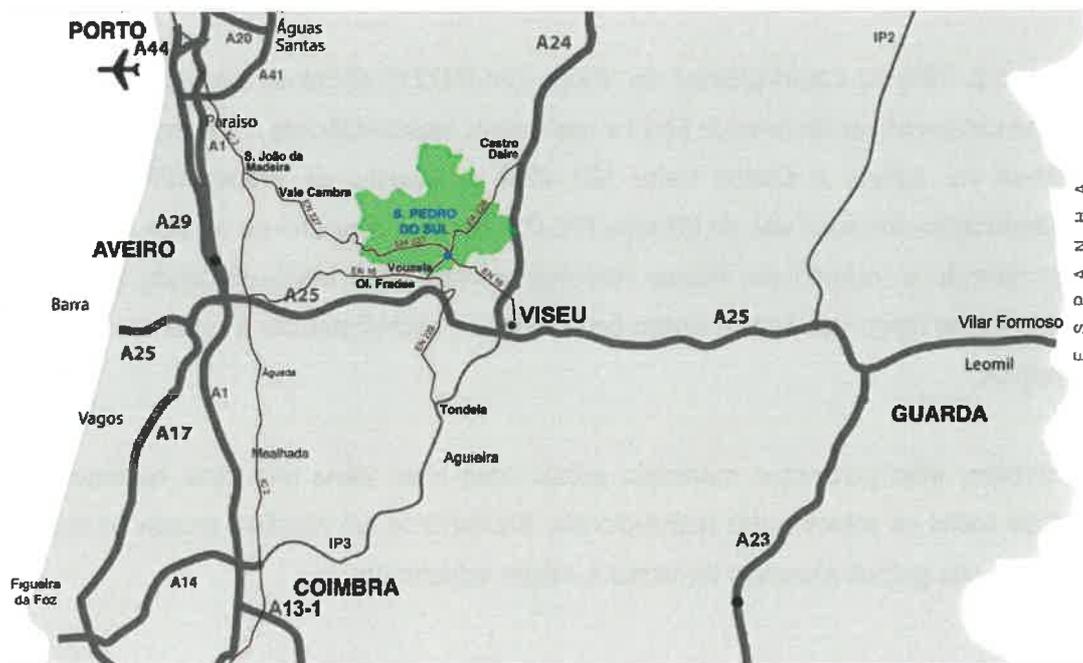


Figura 4: Enquadramento viário regional inserido no Mapa da Rede Nacional

FONTE: Mapa geral da rede rodoviária nacional (www.infraestruturasdeportugal.pt, 2016), Município de S. Pedro do Sul

4. EVOLUÇÃO SOCIO-ECONÓMICA

A análise estatística seguidamente apresentada realiza-se com base nas atuais 14 freguesias. Tendo em conta que a base da informação é a disponibilizada pelo INE, nomeadamente os dados dos Censos, ainda contempla 19 freguesias para o concelho, efetuou-se o somatório dos valores das freguesias agregadas.

4.1. DEMOGRAFIA

O município de S. Pedro do Sul assistiu a uma quebra populacional muito acentuada nas últimas duas décadas, à semelhança da quase totalidade dos municípios da região onde se insere (Dão Lafões) e do interior de Portugal.

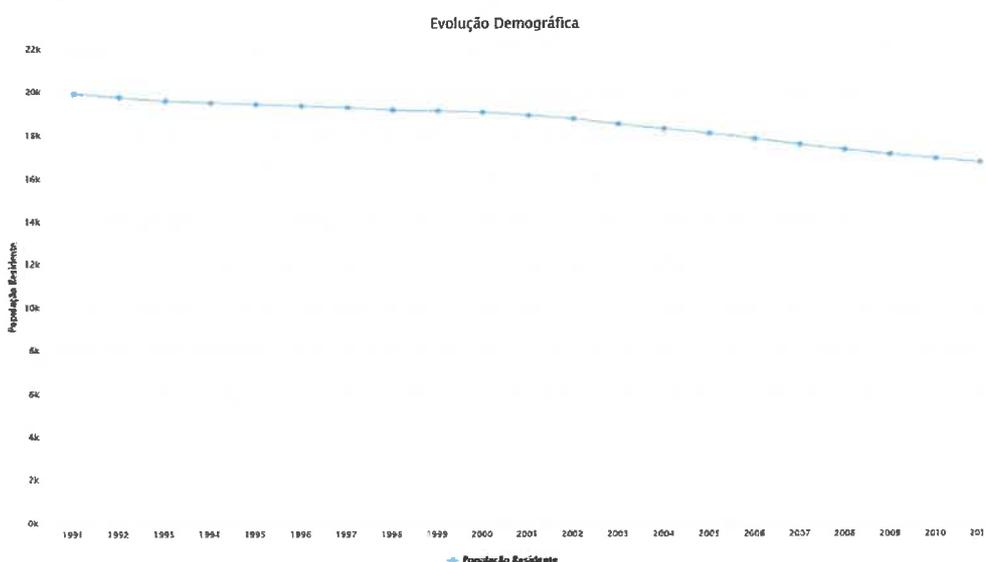


Gráfico 1: Evolução da População residente no concelho entre 1991 e 2011

FONTE: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

Tabela 1: Evolução da população residente na Região Centro, Dão-Lafões e concelho de S. Pedro do Sul, 1991-2011

	1991	Var % 91-01	2001	Var % 01-11	2011
Região Centro	2258768	4,0%	2348397	-0,9%	2327755
Dão-Lafões	282462	1,4%	286313	-3,2%	277240
São Pedro do Sul	19985	-4,5%	19083	-11,7%	16851

FONTE: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

A evolução demográfica ocorrida no município deve-se sobretudo à quebra generalizada de todas as freguesias do município, com exceção da freguesia sede de concelho, que tem revelado algum dinamismo demográfico, contribuindo deste modo para o seu papel de principal pólo de desenvolvimento do município e principal aglomerado populacional da sub-região de Lafões. De facto, o somatório das 3 freguesias que compoem a atual freguesia/cidade registaram entre 1991 e 2011 algum crescimento populacional. Por outro

lado as restantes freguesias registaram entre 1991 e 2011 quebras populacionais muito diferentes, com pequenas diminuições nas freguesias mais próximas da cidade ou dos parques industriais e descidas muito acentuadas nas freguesias serranas a norte do município.

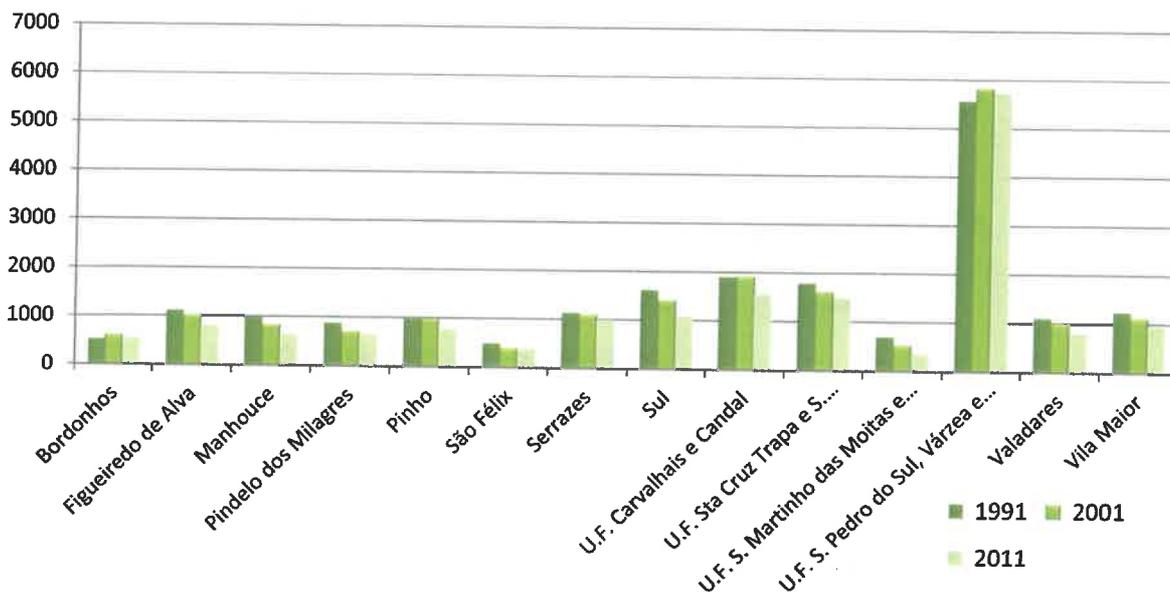


Gráfico 2: Evolução da População residente por freguesias, 1991-2011

FONTE: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

A nível dos grupos etários da população concelhia é evidente a existência de dois cenários evolutivos distintos. Por um lado, o grupo etário das crianças e jovens revela uma diminuição dos seus efetivos populacionais. Por outro lado, a população adulta e idosa registou um forte aumento de efetivos.

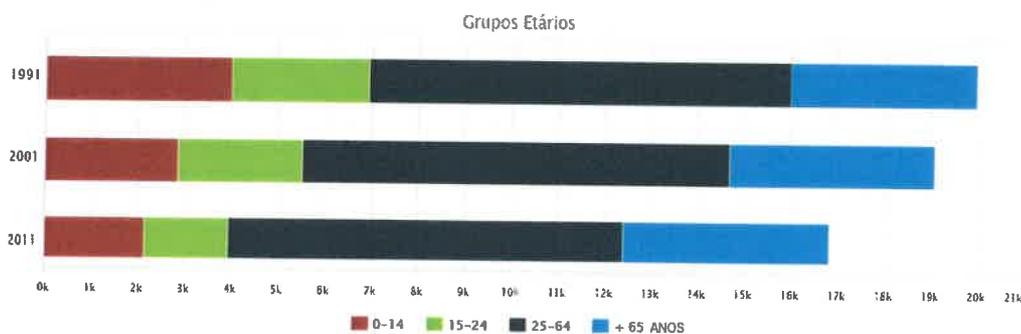


Gráfico 3: Evolução da Estrutura Etária da População do concelho, 1991-2011

FONTE: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

Em consequência, verifica-se claramente a tendência de aumento da população idosa em relação às crianças com o índice de envelhecimento a registar um incremento continuado ao longo das duas últimas décadas, situando-se a cima da média nacional (Portugal, em 2014,

registava um índice de envelhecimento de 141,3).

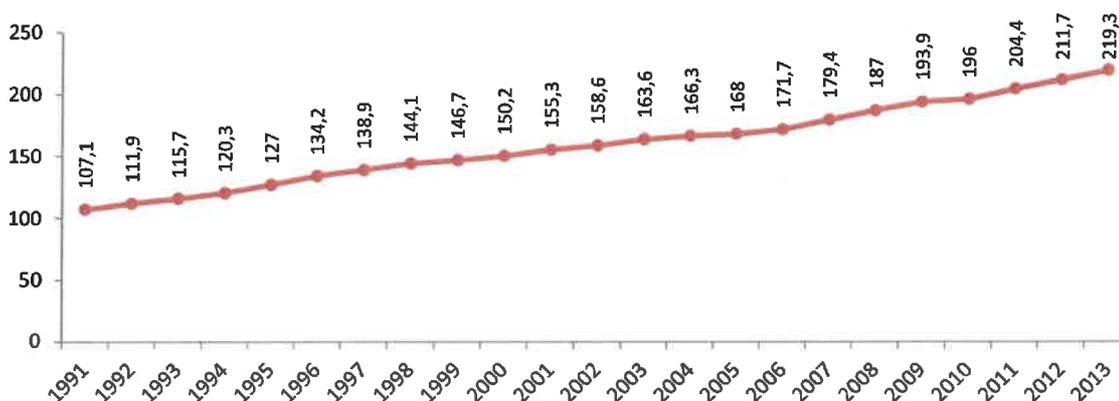


Gráfico 4: Evolução do Índice de Envelhecimento da População do concelho, 1991-2011

FONTE: INE, Estimativas Anuais da População, 1991-2013

Verifica-se que as freguesias que registaram uma maior diminuição da população são também aquelas que registam um mais elevado índice de envelhecimento. Essas freguesias situam-se sobretudo na metade norte do concelho ou mais distantes da sede concelhia.

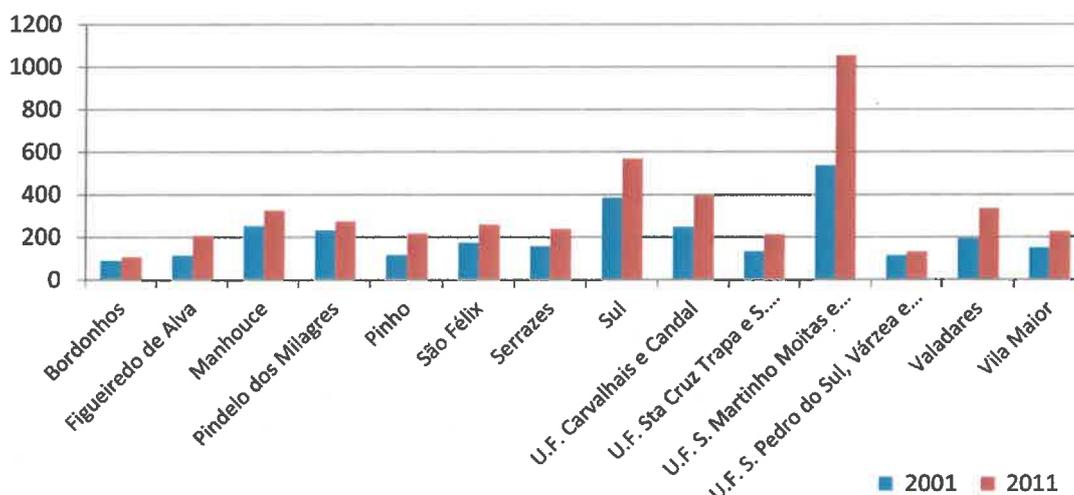


Gráfico 5: Evolução do Índice de Envelhecimento da População por Freguesias, 2001-2011

FONTE: INE, Estimativas Anuais da População, 1991-2013

Tal como acontece um pouco por todo o país (sobretudo nos pequenos concelhos no interior), assiste-se em S. Pedro do Sul à ocorrência de saldos naturais negativos, ou seja o número de nascimentos é inferior ao número de óbitos, o que se tem vindo a traduzir em consecutivas taxas de crescimento natural negativas ao longo das duas últimas décadas. Os saldos migratórios do período em análise não permitiram compensar a taxa natural negativa, tendo revelado mesmo uma evolução negativa.

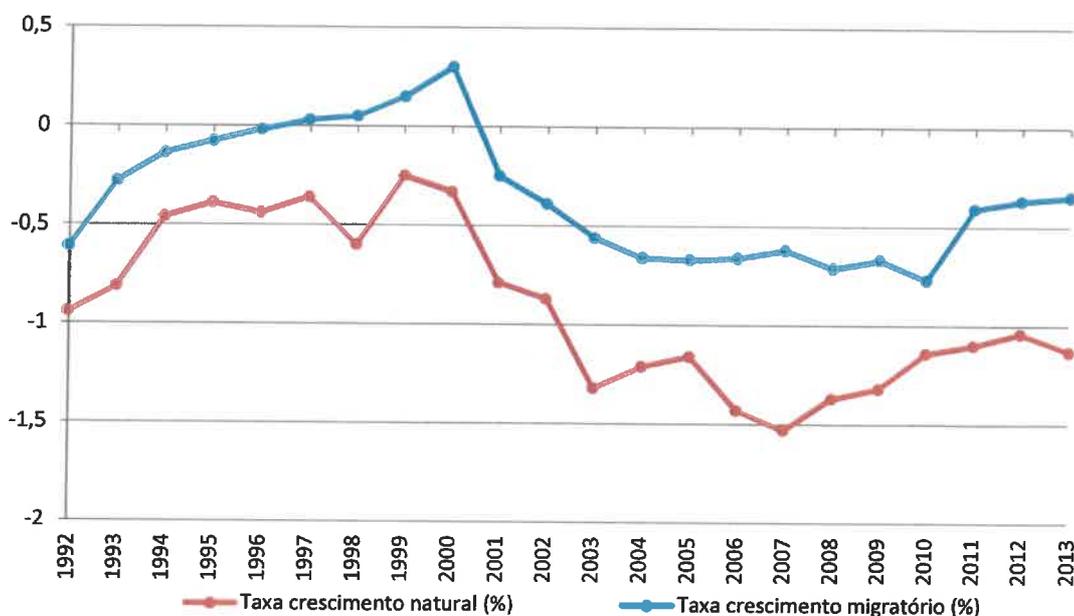


Gráfico 6: Taxa de crescimento natural e migratório (%) do concelho de S. Pedro do Sul, 1992-2013

FONTE: INE, Indicadores Demográficos, 1992-2013

O número de famílias no município de S. Pedro do Sul evoluiu positivamente até 2001, registando contudo na última década uma quebra, à semelhança da quebra populacional ocorrida no mesmo período. De qualquer forma verifica-se uma diminuição da dimensão média dos agregados populacionais.

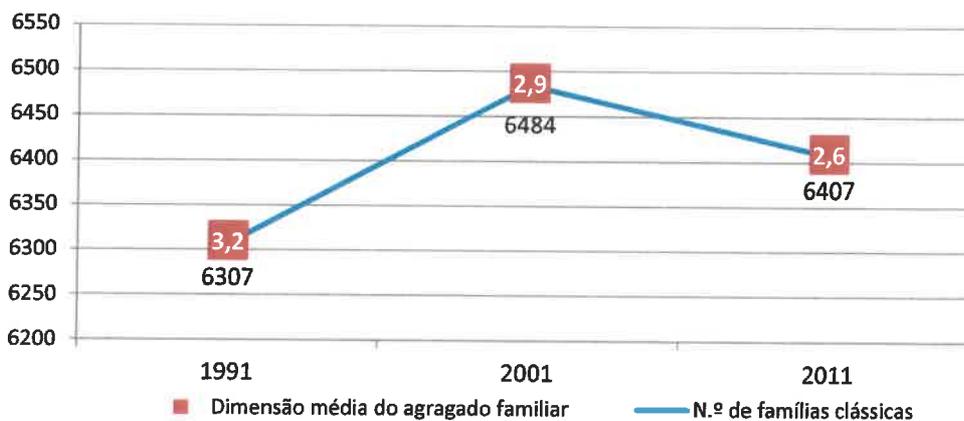


Gráfico 7: Evolução das Famílias clássicas e dimensão média do agregado familiar, no concelho, 1991-2011

FONTE: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

Os dados relativos à dimensão média do agregado familiar são muito semelhantes aos registados a nível nacional (2,8 em 2001 e 2,6 em 2011).

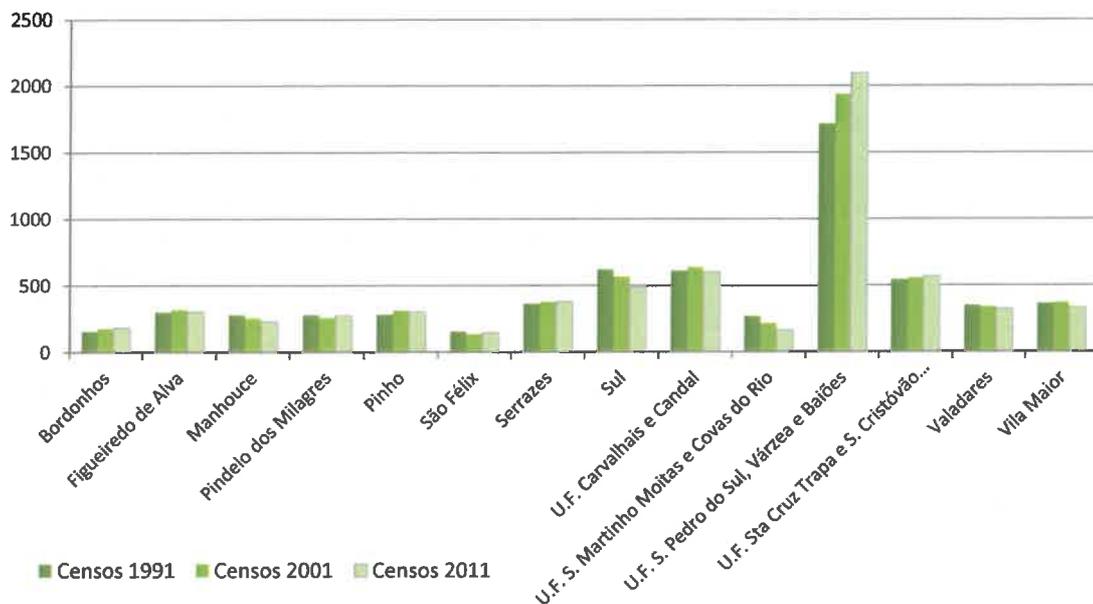


Gráfico 8: Evolução das Famílias nas freguesias do concelho, 1991-2011

FONTE: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

4.2. HABITAÇÃO

O número de alojamentos familiares e de edifícios registaram subidas significativas nas últimas duas décadas, com o acréscimo a ser mais expressivo no período entre 1991 e 2001. Os dados revelam, portanto, a existência de uma dinâmica edificatória e construtiva bastante positiva, pelo que se mantiveram deste modo as necessidades de habitação e de manutenção das infraestruturas.

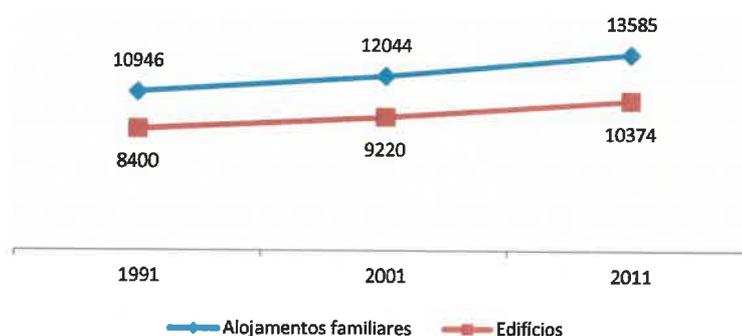


Gráfico 9: Evolução dos Edifícios e dos Alojamentos no concelho, 1991-2011

FONTE: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

Tendo em conta o período compreendido entre 2001 e 2011 registou-se, no município de S. Pedro do Sul, uma evolução muito positiva no nº de alojamentos familiares clássicos, tendo sido a evolução particularmente significativa nos alojamentos familiares clássicos ocupados de forma sazonal ou como residência secundária. Também os alojamentos vagos experimentaram um aumento significativo no mesmo período. Os de Residência Habitual tiveram um muito ligeiro decréscimo.

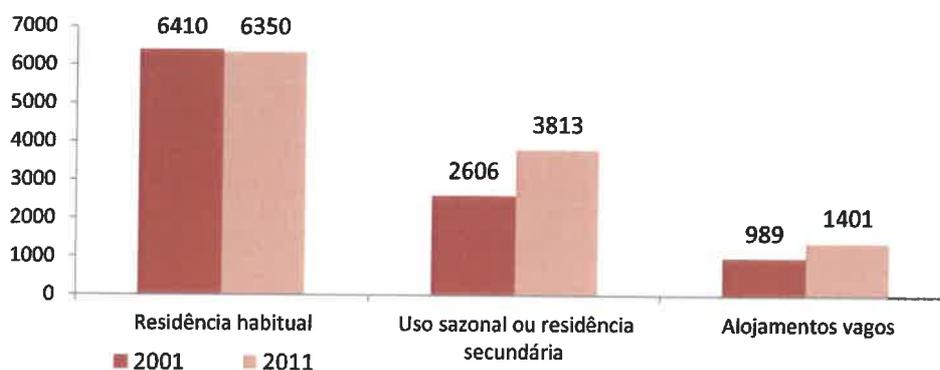


Gráfico 10: Evolução do regime de ocupação dos alojamentos clássicos no concelho, 2001-2011

FONTE: INE, Censos 2001 e 2011

Em 2011 a forma de ocupação dos alojamentos clássicos do município continua a ser a residência habitual, seguido dos alojamentos de uso sazonal ou residência secundária e por último os alojamentos vagos.

O que se verifica da leitura dos números apresentados é que existe uma procura crescente pela residência secundária e de uso sazonal no município, derivado da existência do maior Centro Termal da península ibérica, associado a uma zona montanhosa de grande valor ambiental, rural e paisagístico, tornando-se atrativa à fixação de turistas (normalmente há uma apetência pelo restauro de habitações antigas em aldeias típicas). De igual modo, quase por regra, quem emigra acaba sempre por construir uma habitação na sua terra-natal (quase sempre construção nova), que na realidade é utilizada de forma sazonal. Tendo em conta que o processo de emigração dos habitantes locais ainda hoje é uma realidade, continua a existir uma grande procura, no concelho, por solo apto para construção, curiosamente sobretudo em aldeias que denotaram uma elevada diminuição da população nas duas últimas décadas.

4.2.1. Abastecimento de água nos alojamentos familiares

Pelos dados obtidos do INE verifica-se que em 2001 o município já possuía uma boa cobertura de abastecimento de água dos alojamentos familiares ocupados como residência habitual. No período compreendido entre 2001 e 2011 é possível atestar uma melhoria da cobertura, sendo certo que até à atualidade foi realizado um esforço muito grande de modo a aumentar a cobertura tornando o abastecimento praticamente pleno.

Tabela 2: Alojamentos familiares ocupados como residência habitual no concelho, segundo a ligação a redes de abastecimento de água, por freguesia, 2001-2011

Freguesias	Existência de água canalizada											
	Com água canalizada						Sem água canalizada					
	Proveniente de rede pública		Proveniente de rede privada		Total		No alojamento, mas existente no edifício		No alojamento ou edifício		Total	
2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	
Bordonhos	36	92	132	91	168	183	1	0	11	1	12	1
Figueiredo de Alva	22	26	279	252	301	278	0	2	21	12	21	14
Manhouce	133	130	103	93	236	223	5	0	17	9	22	9
Pindelo dos Milagres	177	211	72	60	249	271	1	0	9	3	10	3
Pinho	44	118	221	170	265	288	4	3	45	8	49	11
São Félix	43	50	84	94	127	144	5	1	5	2	10	3
Serrazes	22	15	320	342	342	357	2	0	27	20	29	20
Sul	426	378	115	100	541	478	6	0	19	7	25	7
U.F. Carvalhais e Candal	294	452	291	136	585	588	28	1	24	11	52	12
U.F. S. Martinho Moitas e Covas do Rio	88	117	92	45	180	162	6	1	32	2	38	3
U.F. S. Pedro do Sul, Várzea e Baiões	1495	1804	385	262	1880	2066	8	2	29	22	37	24
U.F. Sta Cruz Trapa e S. Cristóvão Lafões	388	481	140	80	528	561	8	0	21	3	29	3
Valadares	97	76	215	229	312	305	8	1	21	9	29	10
Vila Maior	61	121	275	210	336	331	4	1	31	4	35	5
TOTAL	3326	4071	2724	2164	6050	6235	86	12	312	113	398	125

FONTE: INE, Censos 2001 e 2011

4.2.2. Instalações sanitárias nos alojamentos familiares

No tempo decorrido entre 2001 e 2011 as instalações sanitárias foram alvo de melhorias significativas no município. Se em 2001, a percentagem de alojamentos familiares de residência habitual sem ligação a sistema de esgotos ainda era significativo, em 2011 o valor diminuiu significativamente.

Tabela 3: Alojamentos familiares de residência habitual no concelho, segundo existência de Sistema de esgotos, 2001-2011

	Tem sistema de esgotos ligado à rede pública			Tem sistema de esgotos particular (fossa séptica, etc)			Outras situações			Não tem sistema de esgotos		
	2001	2011	Var (%) 01-11	2001	2011	Var (%) 01-11	2001	2011	Var (%) 01-11	2001	2011	Var (%) 01-11
Concelho S. Pedro do Sul	1624	2282	-40,52%	3944	3749	-4,94%	549	217	-60,47%	331	158	-52,27%
Bordinhos	3	2	-33,33%	155	171	10,32%	11	12	9,09%	11	2	-81,82%
Figueiredo de Alva	0	1	-	295	264	-10,51%	8	22	175,00%	19	10	-47,37%
Manhouce	30	68	126,67%	165	145	-12,12%	42	3	-92,86%	21	18	-14,29%
Pindelo dos Milagres	186	238	27,96%	52	31	-40,38%	13	1	-92,31%	8	4	-50,00%
Pinho	12	91	658,33%	75	192	156,00%	194	10	-94,85%	33	9	-72,73%
São Félix	0	4	-	120	135	12,50%	10	5	-50,00%	7	5	-28,57%
Serrazes	21	26	23,81%	313	327	4,47%	12	22	83,33%	25	11	-56,00%
Sul	70	122	74,29%	418	326	-22,01%	54	21	-61,11%	24	21	-12,50%
U.F. Carvalhais e Candal	50	71	42,00%	513	495	-3,51%	39	23	-41,03%	35	12	-65,71%
U.F. S. Martinho Moitas e Covas do Rio	5	5	0,00%	135	143	5,93%	41	11	-73,17%	37	6	-83,78%
U.F. S. Pedro do Sul, Várzea e Baiões	1190	1498	25,88%	657	532	-19,03%	40	37	-7,50%	30	25	-16,67%
U.F. Sta Cruz Trapa e S. Cristóvão Lafões	53	146	175,47%	447	381	-14,77%	31	27	-12,90%	26	16	-38,46%
Valadares	3	3	0,00%	280	295	5,36%	32	11	-65,63%	26	14	-46,15%
Vila Maior	1	7	600,00%	319	312	-2,19%	22	12	-45,45%	29	5	-82,76%

FONTE: INE, Censos 2001 e 2011

4.2.3. Existência de recolha de RSU nos alojamentos familiares

Pelos dados constantes dos Censos verifica-se uma melhoria global na taxa de cobertura de 2001 para 2011, embora se registre ainda em algumas freguesias rurais a manutenção ou mesmo o piorar da situação, que deverá ser resolvida pela empresa Planalto Beirão, com o apoio da Câmara Municipal e das Juntas de Freguesia visadas.

Tabela 4: Edifícios servidos por sistema de recolha de resíduos urbanos (RSU), 2001 e 2011

Freguesias	Com recolha de resíduos sólidos urbanos			Sem recolha de resíduos sólidos urbanos		
	2001	2011	Var (%)	2001	2011	Var (%)
Bordonhos	233	270	15,9%	20	20	0,0%
Figueiredo de Alva	450	444	-1,3%	1	42	4100,0%
Manhouce	293	356	21,5%	39	22	-43,6%
Pindelo dos Milagres	399	464	16,3%	1	1	0,0%
Pinho	388	389	0,3%	36	42	16,7%
São Félix	211	226	7,1%	1	2	100,0%
Serrazes	558	665	19,2%	18	15	-16,7%
Sul	960	1006	4,8%	77	76	-1,3%
U.F. Carvalhais e Candal	970	1104	13,8%	41	7	-82,9%
U.F. S. Martinho Moitas e Covas do Rio	366	499	36,3%	30	9	-70,0%
U.F. S. Pedro do Sul, Várzea e Baiões	2206	2524	14,4%	65	64	-1,5%
U.F. Sta Cruz Trapa e S. Cristóvão Lafões	804	927	15,3%	11	15	36,4%
Valadares	347	526	51,6%	169	102	-39,6%
Vila Maior	375	499	33,1%	151	58	-61,6%
TOTAL	8560	9899	15,6%	660	475	-28,0%

FONTE: INE, Censos 2001 e 2011

4.2.4. Instalação de banho ou duche nos alojamentos familiares

Os alojamentos familiares de residência habitual do município revelaram melhorias a nível da existência de instalações de banho ou duche durante o período de vigência do PDM. Se em 2001 existia ainda uma percentagem significativa dos alojamentos que não estavam apetrechados com instalações de banho ou duche, em 2011 essa percentagem pode-se considerar muito pouco significativa.

Tabela 5: Alojamentos familiares de residência habitual no concelho, segundo a existência de bano ou duche, 2001 e 2011

	Total			COM instalação de banho ou duche			SEM instalação de banho ou duche		
	2001	2011	Var (%) 01-11	2001	2011	Var (%) 01-11	2001	2011	Var (%) 01-11
Concelho S. Pedro do Sul	6448	6360	-1,4%	5226	6024	15,3%	1222	336	-72,5%
Bordonhos	180	184	2,2%	152	179	17,8%	28	5	-82,1%
Figueiredo de Alva	322	292	-9,3%	274	271	-1,1%	48	21	-56,3%
Manhouce	258	232	-10,1%	197	209	6,1%	61	23	-62,3%
Pindelo dos Milagres	259	274	5,8%	209	264	26,3%	50	10	-80,0%
Pinho	314	299	-4,8%	236	276	16,9%	78	23	-70,5%
São Félix	137	147	7,3%	101	140	38,6%	36	7	-80,6%
Serrazes	371	377	1,6%	306	349	14,1%	65	28	-56,9%
Sul	566	485	-14,3%	423	432	2,1%	143	53	-62,9%
U.F. Carvalhais e Candal	637	600	-5,8%	484	559	15,5%	153	41	-73,2%
U.F. S. Martinho Moitas e Covas do Rio	218	165	-24,3%	126	155	23,0%	92	10	-89,1%
U.F. S. Pedro do Sul, Várzea e Baiões	1917	2090	9,0%	1745	2044	17,1%	172	46	-73,3%
U.F. Sta Cruz Trapa e S. Cristóvão Lafões	557	564	1,3%	426	532	24,9%	131	32	-75,6%
Valadares	341	315	-7,6%	255	293	14,9%	86	22	-74,4%
Vila Maior	371	336	-9,4%	292	321	9,9%	79	15	-81,0%

FONTE: INE, Censos 2001 e 2011

4.2.5. Sistema de Aquecimento nos alojamentos familiares

Pelos dados do INE referentes a 2001 e 2011 é possível verificar o nível de evolução em termos da existência de sistemas de aquecimento nos alojamentos familiares de residência habitual do município. Os principais sistemas de aquecimento nos alojamentos do município em 2011 eram a lareira aberta e com recuperador de calor. Verifica-se que na última década ocorreu um enorme aumento dos alojamentos com aquecimento central, com quase o dobro dos alojamentos, registando-se uma diminuição em praticamente todos os outros sistemas, nomeadamente nos aparelhos fixos. De referir ainda que o nº de alojamentos sem qualquer tipo de sistema de aquecimento diminuiu de forma acentuada no concelho, apesar de algumas freguesias terer piorado.

Tabela 6: Alojamentos familiares de residência habitual no concelho, segundo a existência de sistema de aquecimento, por freguesia, 2001 e 2011

	Aquecimento central			Aquecimento não central									Sem aquecimento		
				Lareira (aberta ou com recuperador de calor)			Aparelhos fixos (salamandra, aquecedores de parede, etc.)			Aparelhos móveis (aquecedores eléctricos, a gás, etc.)					
	2001	2011	Var (%) 01-11	2001	2011	Var (%) 01-11	2001	2011	Var (%) 01-11	2001	2011	Var (%) 01-11	2001	2011	Var (%) 01-11
Total concelho	572	1091	90,7%	3338	3148	-5,7%	1295	1018	-21,4%	844	847	0,4%	399	256	-35,8%
Bordonhos	17	44	158,8%	77	81	5,2%	36	36	0,0%	40	21	-47,5%	10	2	-80,0%
Figueiredo de Alva	15	34	126,7%	232	209	-9,9%	27	35	29,6%	35	11	-68,6%	13	3	-76,9%
Manhouce	13	39	200,0%	239	184	-23,0%	0	4	400,0%	2	4	100,0%	4	1	-75,0%
Pindelo dos Milagres	33	81	145,5%	183	148	-19,1%	31	24	-22,6%	6	16	166,7%	6	5	-16,7%
Pinho	22	63	186,4%	93	98	5,4%	171	92	-46,2%	13	29	123,1%	15	17	13,3%
São Félix	6	23	283,3%	60	63	5,0%	26	39	50,0%	10	16	60,0%	35	6	-82,9%
Serrazes	13	55	323,1%	244	244	0,0%	74	33	-55,4%	31	26	-16,1%	9	19	111,1%
Sul	24	56	133,3%	316	266	-15,8%	121	106	-12,4%	57	30	-47,4%	48	27	-43,8%
U.F. Carvalhais e Candal	43	87	102,3%	287	301	4,9%	228	135	-40,8%	49	53	8,2%	30	24	-20,0%
U.F. S. Martinho Moitas e Covas do Rio	0	5	-	168	119	-29,2%	29	29	0,0%	14	8	-42,9%	7	4	-42,9%
U.F. S. Pedro do Sul, Várzea e Baiões	220	262	19,1%	511	524	2,5%	163	176	8,0%	427	393	-8,0%	94	81	-13,8%
U.F. Sta Cruz Trapa e S. Cristóvão Lafões	40	77	92,5%	232	260	12,1%	185	132	-28,6%	41	75	82,9%	59	20	-66,1%
Valadares	20	40	100,0%	280	243	-13,2%	8	17	112,5%	16	12	-25,0%	17	3	-82,4%
Vila Maior	32	55	71,9%	156	131	-16,0%	139	97	-30,2%	25	31	24,0%	19	22	15,8%

FONTE: INE, Censos 2001 e 2011

4.2.6. Instalações de eletricidade nos alojamentos familiares

O número de consumidores de eletricidade do concelho registou um aumento uniforme desde 1994 até 2010. Desde essa data verificou-se uma diminuição muito ligeira até 2014, sobretudo fruto da diminuição no número de consumidores agrícolas e da estagnação do número de consumidores domésticos. De referir ainda o aumento constante no período de referência dos consumidores não domésticos.

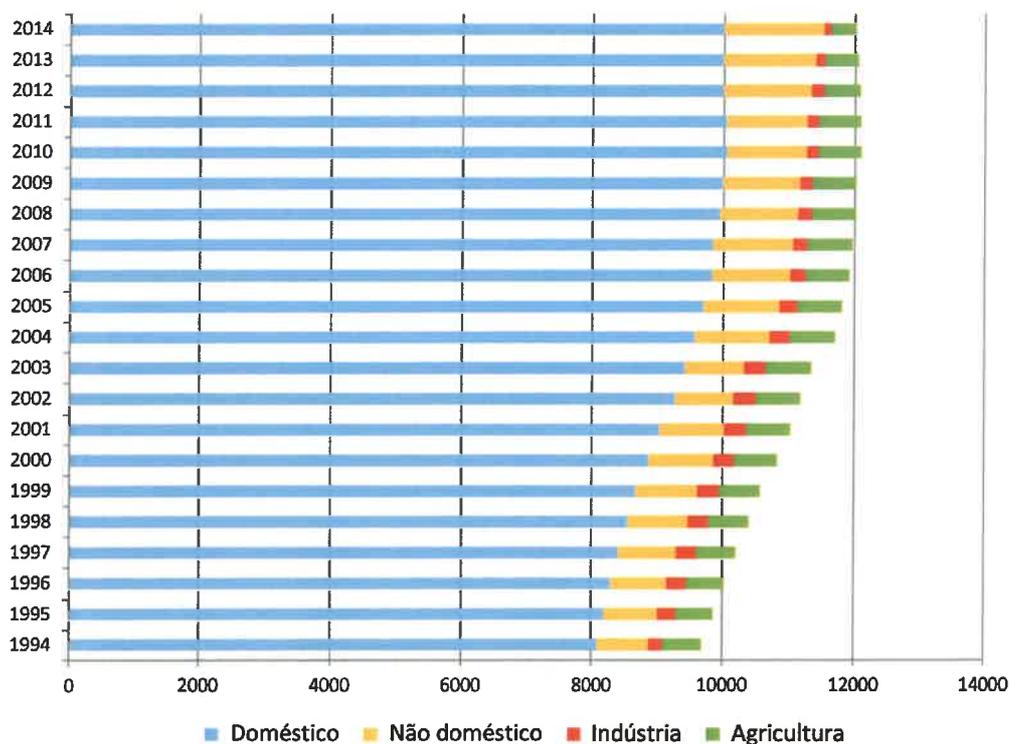


Gráfico 11: Evolução dos consumidores de electricidade no concelho, 1994-2014

FONTE: INE, Direção Geral de Energia e Geologia, 1994-2014

Em 1991 o valor de alojamentos familiares dotados de eletricidade era já bastante significativo. Apesar de tudo, desde 1991 o aumento verificado no nº de alojamentos dotados de rede elétrica evoluiu positivamente até atingir quase o pleno em 2001. A partir dessa data o INE deixou de proceder ao registo desses dados nos Censos.

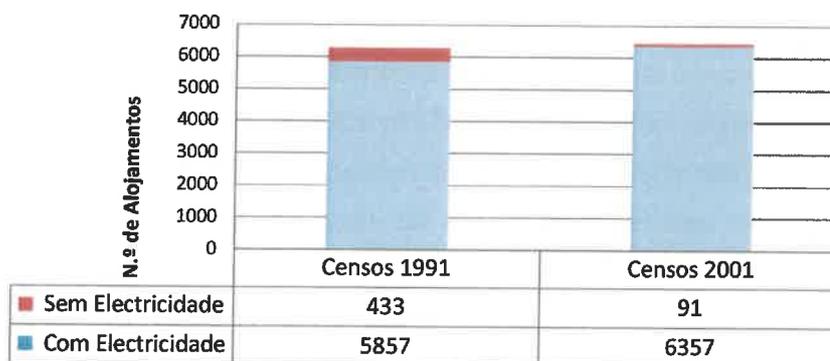


Gráfico 12: Alojamentos familiares de residência habitual no concelho, segundo a existência de electricidade, 1991 e 2001

FONTE: INE, Censos 1991, 2001

4.2.7. Existência de cozinha ou kitchenette nos alojamentos familiares

Tal como nos alojamentos ligados à rede elétrica, para os alojamentos dotados de cozinha ou kitchenette apenas existem dados relativos a 1991 e 2001, em virtude da cobertura ser praticamente plena. Contudo dos dados em análise pode-se, apesar de tudo, verificar um aumento da cobertura nesse período de tempo, registando-se quase o pleno em 2001.

Tabela 7: Alojamentos familiares de residência habitual no concelho, segundo a existência de cozinha, 2001 e 2011

	ANO	Existência de cozinha ou kitchenette			
		Total	Com cozinha	Com kitchenette	Sem cozinha
Concelho S. Pedro do Sul	1991	6219	6138	35	46
	2001	6438	6371	43	24
	Var. 91-01 (%)	4%	4%	23%	-48%
Bordinhos		179	178	1	0
Figueiredo de Alva		318	315	2	1
Manhouce		257	252	3	2
Pindelo dos Milagres		261	261	0	0
Pinho		310	309	0	1
São Félix		138	137	0	1
Serrazes		379	379	0	0
Sul	2001	561	553	2	6
U.F. Carvalhais e Candal		634	629	2	3
U.F. S. Martinho Moitas e Covas do Rio		216	212	3	1
U.F. S. Pedro do Sul, Várzea e Baiões		1416	1398	16	2
U.F. Sta Cruz Trapa e S. Cristóvão Lafões		552	549	0	3
Valadares		337	331	4	2
Vila Maior		372	369	1	2

FONTE: INE, Censos 2001 e 2011

4.3. ECONOMIA

A população ativa e o taxa de atividade do concelho, entre o período de 1991 a 2001, aumentou ligeiramente, tendo sofrido uma forte diminuição em 2011, o que revela a existência de um menor contingente populacional para o mercado de trabalho. Verifica-se que esta situação deriva de, não apenas do aumento da taxa de desemprego, como também do forte envelhecimento da população concelhia.

Tabela 8: Evolução da população ativa e taxa de atividade no concelho, 1991 – 2011

	1991		2001		2011	
	Pop. Ativa N.º	Tx Atividade %	Pop. Ativa N.º	Tx Atividade %	Pop. Ativa N.º	Tx Atividade %
São Pedro do Sul	7848	41,2	7991	41,9	6754	40,08

FONTE: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

A crise do desemprego que o país atravessou e atravessa também teve repercussões no município de S. Pedro do Sul, tendo-se registado um aumento significativo da taxa de desemprego comparativamente a 1991. Ainda assim o município apresenta uma taxa mais favorável do que aquela que o país registou à data dos últimos Censos (13,8%).

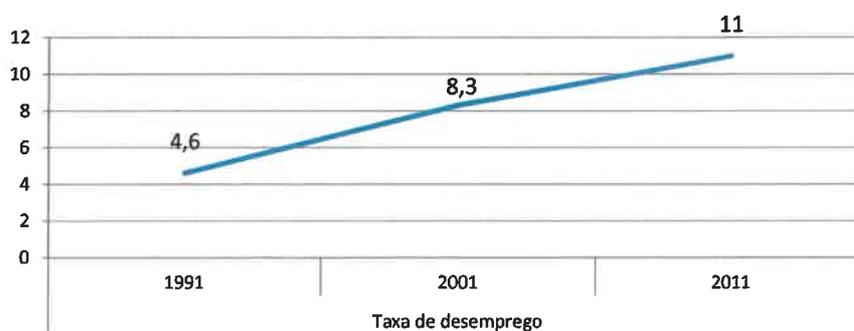


Gráfico 13: Evolução da Taxa de Desemprego (%) no concelho, 1991 - 2011

FONTE: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

Relativamente aos setores de atividade, como se pode visualizar na tabela seguinte, constata-se que entre 1991 e 2011 acentuou-se o processo de alteração da composição dos setores de atividade. Denota-se o reforço progressivo do setor terciário e o declínio acentuado e contínuo do setor primário. O setor secundário mantém praticamente o seu relativo peso no emprego local.

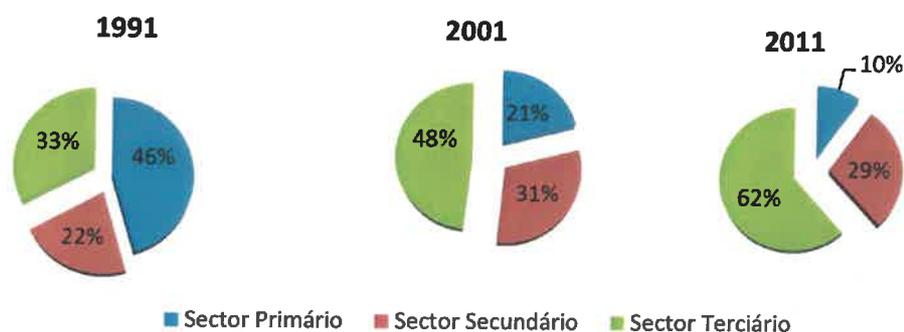


Gráfico 14: População Empregada por Setor de Atividade no concelho, 1991 - 2011

FONTE: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

4.4. EDUCAÇÃO

Os níveis de literacia da população do município de S. Pedro do Sul têm evoluído muito positivamente nas duas últimas décadas. Da leitura dos dados apresentados verifica-se a diminuição entre 1991 e 2011 da população sem nenhum nível de ensino e da população com o 1.º ciclo do ensino básico, ou seja, com habilitações mais baixas, e o aumento da população com habilitações académicas mais elevadas.

Apesar das grandes mudanças verificadas, denota-se que a evolução positiva deveu-se sobretudo devido à morte da população mais idosa, na grande maioria quase sem instrução e à escolaridade mínima obrigatória generalizada entre a população jovem, e não a um aumento da instrução da população menos literada.

Denota-se ainda que, a continuarem as tendências atuais, será uma questão de tempo até termos uma taxa de literacia de praticamente 100% e uma população ativa com a escolaridade mínima obrigatória.

De referir ainda que em 2011 a população com ensino pós-secundário e superior quase atingiu o valor da população sem qualquer nível de instrução.

Tabela 9: Evolução da população segundo o nível de instrução, 1991 – 2011

Nível de Instrução	Nenhum	Básico - 1.º ciclo	Básico - 2.º ciclo	Básico - 3.º ciclo	Secundário	Pós-secundário	Superior
1991	4378	9644	2886	2068		579	
2001	2504	5951	2903	1874	1215	61	623
2011	1856	6447	2055	2157	2278	123	1589

FONTE: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

5. CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL

Pretende-se neste capítulo analisar e verificar as condições ambientais do concelho de S. Pedro do Sul nos seguintes itens: Qualidade da Água, Qualidade do Ar, Energia, Ruído e Resíduos.

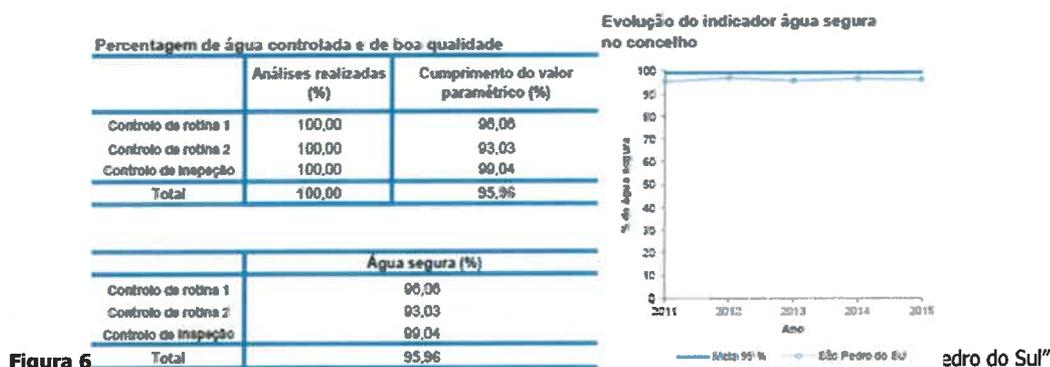
5.1. QUALIDADE DA ÁGUA

Os dados mais recentes referentes à qualidade da água para consumo humano no concelho, expressos nas tabelas seguintes, revelam que a qualidade da água é segura.

Tabela 10: Análises efetuadas em relação ao regulamentar e análises em cumprimento dos valores paramétricos (VP), no município de São Pedro do Sul (2001-2011)

Ano	Entidade gestora	Análises realizadas	Análises em cumprimento VP ¹	Água segura
2002	Câmara Municipal de São Pedro do Sul	87,28	94,14	82,17
2003	Câmara Municipal de São Pedro do Sul	90,29	93,60	84,51
2004	Câmara Municipal de São Pedro do Sul	99,81	96,15	95,97
2005	Câmara Municipal de São Pedro do Sul	100,00	96,27	96,27
2006	Câmara Municipal de São Pedro do Sul	100,00	95,68	95,68
2007	Câmara Municipal de São Pedro do Sul	100,00	96,68	96,67
2008	Câmara Municipal de São Pedro do Sul	100,00	96,54	96,54
2009	Câmara Municipal de São Pedro do Sul; Outras (Juntas de Freguesia)	100,00	94,82	94,82
2010	CM de São Pedro do Sul; JF de Candal; JF de Carvalhais; JF de Pindelo dos Milagres; JF de Santa Cruz da Trapa; JF de Sul	100,00	94,90	94,90
2011	CM de São Pedro do Sul; JF de Baiões; JF de Candal; JF de Carvalhais; JF de Pindelo dos Milagres; JF de Santa Cruz da Trapa; JF de Sul	100,00	95,35	95,35
2012	CM de São Pedro do Sul; JF de Baiões; JF de Candal; JF de Carvalhais; JF de Pindelo dos Milagres; JF de Santa Cruz da Trapa; JF de Sul	100,00	96,75	96,75

Fonte: ERSAR, 2014



FONTE: ERSAR, in <http://www.ersar.pt/>

¹ Valor paramétrico: o valor máximo ou mínimo fixado para cada um dos parâmetros a controlar, tendo em atenção o disposto no Decreto-lei n.º 306/2007, de 27 de agosto.

5.2. QUALIDADE DO AR

Os dados mais recentes da Base de Dados Online sobre a Qualidade de Ar referentes a 2014 revelam que o histórico anual do índice da qualidade do ar para o Centro Interior (onde se inclui o município de S. Pedro do Sul) é globalmente “Bom”.

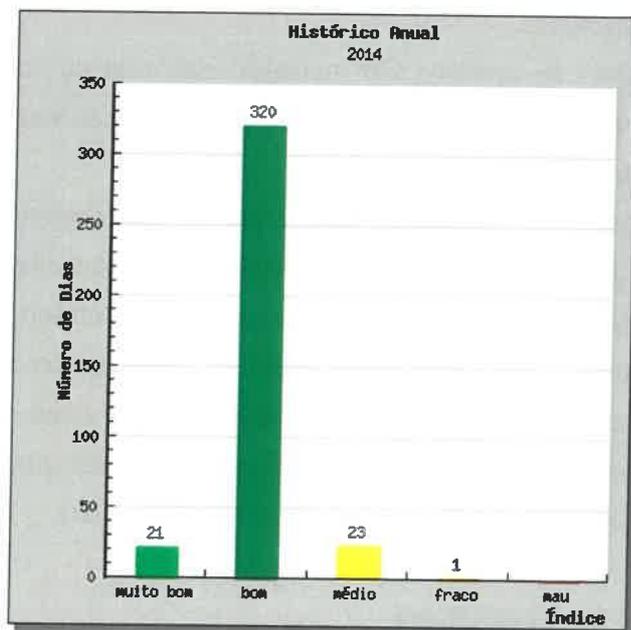


Gráfico 15: Histórico do Índice da qualidade do ar na região Centro Interior, 2014

FONTE: APA, QualAr, in <http://qualar.apambiente.pt>

5.3. ENERGIA

O concelho de S. Pedro do Sul é produtor de energia elétrica através de fontes renováveis, possuindo várias mini-hídricas e parques eólicos, o que torna o município auto-suficiente em termos energéticos e “exportador” de energia.

5.4. RESÍDUOS

Apesar dos habitantes do concelho de S. Pedro do Sul produzirem individualmente quantidades elevadas de resíduos, a existência de um Eco-centro e vários eco-pontos espalhados um pouco por todo o concelho, a par de campanhas de sensibilização para a população utilizar cada vez mais práticas sustentáveis na produção de resíduos, poderá contribuir para uma diminuição gradual na produção de lixo per-capita.

5.5. RUÍDO

Segundo as Conclusões do Mapa de Ruído de S. Pedro do Sul, “As principais rodovias do Concelho são as EN16, EN227 e EN228, cujos valores de Tráfego Médio Horário Calculado são os mais elevados e conseqüentemente são nestes eixos rodoviários que se verificam os valores de Ruído mais altos. Ainda não existem barreiras acústicas ao longo dos troços mais movimentados destas vias, nos locais com maior densidade populacional, que permitam a redução dos níveis sonoros.

As restantes rodovias do concelho têm também relevância no ambiente sonoro, no entanto, devido ao menor volume de tráfego comparativamente às vias enunciadas atrás, verifica-se um menor impacto nos níveis sonoros gerados.

As duas áreas industriais existentes, para além de não possuírem industria anormalmente ruidosa, estão longe de receptores sensíveis (sobretudo escolas e hospitais).

Nas zonas afastadas das fontes referidas anteriormente, o ambiente sonoro é de um modo geral calmo, estando todo o concelho, à excepção da imediata envolvência das principais vias rodoviárias, enquadrado dentro dos limites definidos para zonas Mistas, sendo que, a maior parte destas zonas se enquadram ainda dentro dos limites definidos para zona Sensível, para os indicadores Diurno-Entardecer-Nocturno (Lden) e Nocturno (Ln).

6. DINÂMICAS DA EXECUÇÃO

Importa referir que a avaliação que se segue foi efetuada tendo por base os “Estudos de Caracterização”, o “Relatório”, a Carta de Ordenamento e a Carta de Condicionantes do PDM em vigor e tem por objeto analisar e avaliar a execução das ações previstas desde a sua aprovação. De modo a organizar as matérias a tratar, optou-se por individualizar as diversas temáticas que permitirão avaliar o nível de execução do plano e perceber qual foi a evolução do concelho durante a vigência do atual PDM.

6.1. INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL

6.1.1. Planos de âmbito municipal

Os únicos dois planos de âmbito municipal em vigor para o concelho de S. Pedro do Sul são o já referido PDM e o Plano de Pormenor (PP) do Parque industrial do Alto do Barro.

O PDM de S. Pedro do Sul estabelece no seu regulamento os usos dominantes do solo,

subdivididos pelas seguintes classes de espaços:

Espaços urbanos:

- Áreas urbanas;
- Áreas urbanizáveis;

Espaços de reserva de equipamento;

Espaços industriais;

Espaços agrícolas;

Espaços florestais;

Espaços naturais;

Espaços culturais;

Espaços-canais.

O PDM em vigor, do ponto de vista regulamentar, para as suas Áreas Urbanas e Urbanizáveis não faz distinção se se trata de uma pequena aldeia ou do centro da cidade, tendo exatamente as mesmas regras edificatórias para toda esta classe de espaço. Tal situação não é a mais adequada para um bom planeamento territorial, levando a graves disfunções que urge colmatar na próxima revisão do plano.

De acordo com o Regulamento do PDM, os Espaços Urbanizáveis, com maior expressão territorial na cidade, podem adquirir características de espaço urbano não apenas através de planos de pormenor ou operações de loteamento, como também através de um simples ato de licenciamento. A ocupação destes espaços até hoje não foi alvo de nenhum plano de pormenor. Com a revisão do PDM urge colmatar esta situação, que em nada contribui para um correto ordenamento territorial.

Quanto aos Espaços Industriais, apenas se encontram identificados dois. Um foi objeto de uma operação de loteamento (Parque Industrial de Bordonhos) e é anterior ao PDM em vigor. O outro (Alto do Barro) foi objeto de um PP, constituindo-se este como o único em vigor no município. Identifica-se ainda um Espaço Industrial Proposto numa área onde, devido à sua localização formal e espacial, não permite a sua implementação como Parque Empresarial. Com a revisão do PDM poderá finalmente alterar-se este espaço proposto para espaço agrícola ou florestal, prevendo novas áreas para fixação de indústrias em locais onde existe efetiva procura (nomeadamente no extremo nascente do concelho, próximo da A24, e nas proximidades da

cidade).

6.1.2. Planos de âmbito nacional e regional

Para além dos planos municipais atrás referidos, incidem sobre o território concelhio outros planos de hierarquia superior que, tendo surgido no período de vigência do PDM, constituem-se como elementos a ter em conta no processo de revisão, em termos da necessidade de compatibilização entre instrumentos, e da própria redefinição das estratégias de desenvolvimento do município, enquadradas por esse conjunto diversificado de referências.

Deste modo, listam-se seguidamente os instrumentos de gestão territorial que entraram em vigor no período de vigência do PDM:

Plano Rodoviário Nacional (PRN) aprovado por meio do Decreto-Lei n.º 222/98, de 17/07 (com as alterações posteriores: Declaração de Retificação n.º 19-D/98, de 31/10, Lei n.º 98/99, de 26/07 e o Decreto-Lei n.º 182/2003, de 16/08);

Plano Nacional da Água (PNA) por intermédio do Decreto-Lei n.º 112/2002, de 17/04;

Plano Regional de Ordenamento Florestal de Dão-Lafões, por intermédio do Decreto Regulamentar n.º 7/2006, de 19/07 (tendo sido suspenso pelo prazo de dois anos, de acordo com a Portaria n.º 78/2013, de 19/02 e por mais dois anos, através da Portaria n.º 141/2015, de 21/05);

Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) através da Lei n.º 58/2007, de 4/09. Com as seguintes alterações posteriores: Declaração de Retificação n.º 80-A/2007, de 7/09 e da Declaração de Retificação n.º 103-A/2007, de 2/11);

Entretanto a CCDRC deu início à execução do Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT) do Centro, mas até à data este documento não entrou em vigor.

O município é abrangido ainda pelos Sítios Rede Natura 2000 “PTCON0059 - Rio Paiva” e “PTCON0047 - Serras da Freita e Arada”, ambos classificados pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/00, de 5/07;

Mais recentemente, em 2013, foi publicado o Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas (PGBH) que integram a Região Hidrográfica 4 – “Vouga, Mondego e Lis e Ribeiras do Oeste”, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 16-B/2013, de 22/03.

Por razões óbvias nenhum destes planos é tido em conta no PDM em vigor, pelo que, aquando da próxima revisão, deverão ser tidos em consideração, nomeadamente do ponto de vista cartográfico e regulamentar.

6.2. OUTROS PLANOS

O município de S. Pedro do Sul possui atualmente os seguintes Planos para a sua área territorial:

Carta Educativa

Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI)

Mapa de Ruído

Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil

Tal como referido no capítulo anterior, todos estes planos deverão ser tidos em consideração na próxima revisão do PDM.

6.3. DEMOGRAFIA

Uma das restrições ao desenvolvimento identificada pelo PDM em vigor dizia respeito à existência de uma dinâmica demográfica negativa, aliás registada em toda a população da sub-região de Dão-Lafões e da Região Centro, resultado do fluxo emigratório e da diminuição da taxa de natalidade em contraponto ao aumento da taxa de mortalidade.

Efetivamente ao longo da vigência do plano, como vimos, a tendência manteve-se, verificando-se uma evolução demográfica negativa associado ao envelhecimento da estrutura populacional do concelho. A partir dos dados do INE é possível estimar a continuidade desta tendência regressiva nos próximos anos.

6.4. HABITAÇÃO

Apesar do decréscimo populacional nas últimas décadas, o parque habitacional do concelho verificou uma evolução positiva, com maior incidência na sede do concelho, em que também tem sido notado o aumento de equipamentos e a melhoria das infraestruturas.

Em termos de tipologia de construção a tendência verificada ao longo da vigência do plano, foi relativamente similar à verificada à data do PDM em Vigor – construção sobretudo de habitações unifamiliares. Importa ainda referir o aumento do peso da segunda habitação ou uso sazonal.

6.4.1. Reabilitação Urbana

O PDM em vigor refere apenas que deverá intervir-se na reabilitação urbana de S. Pedro do Sul, sendo totalmente omissivo em relação a intervenções concretas.

Contudo, nos últimos 20 anos podemos destacar a requalificação urbana realizada no centro das

Termas de S. Pedro do Sul, no final do Séc. XX e, mais recentemente, a reabilitação do centro histórico da cidade, ocorrida entre 2013 e 2014.

Mais recentemente o município de S. Pedro do Sul aprovou a delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) da cidade de S. Pedro do Sul, através do Aviso nº 6174,/2015, de 4/6, publicado em Diário da República, II série.

A regeneração urbana assume-se atualmente como uma componente importante da política das cidades e da política da habitação, na medida em que nela convergem os objetivos de requalificação e revitalização das cidades, em particular do edificado e das áreas mais degradadas, procurando o funcionamento mais harmonioso, a revitalização das atividades económicas e a melhoria da qualidade de vida da população.

Neste sentido, e no âmbito do Portugal 2020, foi solicitado aos municípios para apresentarem Planos de Ação de Regeneração Urbana (PARU), para áreas delimitadas por ARU, ao qual o município respondeu afirmativamente, encontrando-se neste momento a candidatar o PARU a financiamento comunitário.

Os PARU têm com objetivo a *"adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído"* (POR-C, 2014-2020).

Pretende-se ainda que a revisão do PDM em vigor se revista de uma oportunidade para proteger, dinamizar e promover a reabilitação urbana de outros núcleos concelhios, nomeadamente das aldeias típicas da serra.

Neste momento encontra-se em vigor um PERU, e um IFRRU.

6.5. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

Em relação ao desenvolvimento económico, o PDM em vigor não fazia grandes referências que pudessem ser consideradas como objetivos estratégicos.

De acordo com os dados mais recentes do INE, e como já referido anteriormente, foi possível constatar importantes alterações na estrutura económica do concelho. Desde já, da análise à população ativa constata-se que se verificou um aumento entre 1991 e 2011.

Quanto à taxa de desemprego no município, esta também verificou um aumento nas últimas décadas.

No que concerne aos setores de atividade, acompanhando a tendência nacional, o concelho tem vindo a registar um fenómeno de terciarização, assumindo-se atualmente o setor terciário como

o mais representativo. O setor secundário mantém também alguma importância. Por sua vez o setor primário é aquele que registou o maior decréscimo nas últimas décadas, reforçando ainda mais a tendência que o PDM em vigor já apontava de uma diminuição gradual da sua importância económica.

Apesar desta tendência anunciada do setor primário, o PDM em vigor reforçava a importância da componente avícola e silvícola, quer pelo nº de explorações, quer pela área que ocupa, tendo recentemente sido criadas algumas Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) com vista à sua correta e eficaz gestão territorial.

6.5.1. Dinâmica Empresarial

S. Pedro do Sul é um concelho marcadamente rural e como tal caracteriza-se por apresentar uma baixa densidade de empresas, com uma média de 4,86 unid/km², conforme o Anuário Estatístico da Região Centro de 2014.

Face a esta realidade interessa fazer uma análise à composição da estrutura económica, recorrendo para isso aos dados do INE.

Tabela 11: Empresas com sede no concelho de S. Pedro do Sul em 2013

Setor atividade	Empresas
A – Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	171
B - Indústrias Extractivas	1
C - Indústrias Transformadoras	86
D – Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0
E – Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento gestão de resíduos e despoluição	3
F - Construção	198
G – Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	314
H – Transportes e armazenagem	42
I – Alojamento, restauração e similares	156
J - Actividades de informação e de comunicação	9
K - Actividades financeiras e de seguros	6
L - Actividades Imobiliárias	66
M – Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	57
N – Actividades administrativas e dos serviços de apoio	53
P - Educação	60
Q – Actividades de saúde humana e apoio social	60
R – Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	13
S – Outras Actividades de serviços	47
TOTAL	1342

FONTE: INE, Anuário Estatístico da Região Centro 2014

No universo das 1342 empresas existentes em 2013, a maioria pertenciam a atividades de Comércio por grosso e a retalho e reparação de veículos automóveis e motocicletas, atividades de Construção, Agricultura e atividades de Alojamento e Restauração, o que mostra a tendência de terciarização também da iniciativa empresarial.

Em relação à variação no nº de empresas, verifica-se uma diminuição significativa entre 2001 e 2013, com uma forte diminuição no setor primário e algo significativa no setor secundário.

A diminuição no nº de empresas do setor primário (todas elas ligadas à agricultura) tem equivalente na diminuição da população ativa neste setor (ver cap. 4.3), fruto do envelhecimento populacional, tradicionalmente ligado à atividade agrícola e do decréscimo económico desta atividade.

Em relação ao setor terciário, a diminuição no nº de empresas não representou uma diminuição da importância deste setor de atividade, antes um aumento da população ativa empregada, fruto do encerramento do pequeno comércio rural e do aparecimento de atividades com necessidade de muita mão de obra (nomeadamente na hotelaria).

Tabela 12: Empresas por setor de atividade no concelho de S. Pedro do Sul

Setores de Atividade Empresas	2001	2013
Setor Primário	407	171
Setor Secundário	516	602
Setor Terciário	917	569
TOTAL	1840	1342

FONTE: INE, Anuário Estatístico da Região Centro 2001 e 2014

Localização Empresarial

Conforme já referido neste relatório, o concelho de S. Pedro do Sul possui 2 Parques Industriais atualmente sem lotes disponíveis a investidores. Pretende-se num futuro próximo disponibilizar mais alguns lotes no Parque Industrial do Alto do Barro, através da alteração ao seu Plano de Pormenor, assim como a construção de um novo Parque Empresarial, em 2 fases, no extremo nascente do concelho, nas proximidades do nó de Arcas da A24 e Pedreira.

6.5.2. Turismo

O concelho de S. Pedro é um dos mais importantes pólos turísticos da Região de Dão-Lafões, graças sobretudo à existência de 2 Balneários Termas nas Termas de S. Pedro do Sul.

O PDM em vigor já previa recuperar os balneários existentes e aumentar a capacidade de atendimento de utentes, tal como se veio a verificar.

Graças à implantação do programa PITER nas Termas, no ano 2000, vários hotéis existentes aumentaram a sua capacidade e melhoraram as suas instalações, tendo igualmente surgido

novas unidades.

Ao nível do Turismo Rural tem havido igualmente um crescimento sustentado nas 2 últimas décadas.

Tabela 13: Alojamentos Turísticos (N.º) por tipo, e capacidade de alojamento (N.º), no concelho de São Pedro do Sul, em 2015

Loc. geográfica (NUTS - 2013)	Tipo (estabelecimento hoteleiro)	N.º Estabelecimentos	N.º de Quartos	N.º Alojamentos
São Pedro do Sul	Hotéis	7	502	1218
	Pensões	21	249	468
	Turismo em Espaço Rural	11	67	
	Alojamento Local	42	327	
	Parques de Campismo	2		290
	Total		28	751

FONTE: INE 2015, e Município de S. Pedro do Sul

6.6. REDE VIÁRIA E TRANSPORTES

Conforme já referido neste relatório, a única nova via proposta pelo PDM em vigor, e que foi executada nos últimos 20 anos, foi a variante às Termas de S. Pedro do Sul.

A previsão de uma via rodoviária pelo traçado da ex-linha de caminho-de-ferro não se concretizou (irá ser proximamente transformada numa eco-pista), assim com a previsão de uma estrada na ligação da EN228 ao limite do concelho.

Em relação às vias nacionais, a EN227, EN228 e EN333-3 foram repavimentadas e desclassificadas (para Estrada Municipal ou Regional).

O extremo nascente passou a ser atravessado pela A24, existindo um nó nas proximidades da freguesia de Pindelo dos Milagres.

Em relação às vias municipais, foram construídos, pavimentados e re-pavimentados vários km's de vias, merecendo especial destaque a conclusão da Av. Sá Carneiro, na cidade, a construção de um pequeno troço de variante à cidade e a estrada de ligação entre S. Cruz da Trapa e o limite norte do concelho (Arouca) - variante do Candal - possibilitando uma ligação entre São Pedro e Arouca rápida, segura e sem os constrangimentos.

A Câmara Municipal pretende no futuro, para além da conclusão da referida ligação a Arouca, executar uma completa variante à cidade, assim como um bom acesso rodoviário ao nó de Arcas da A24. Pretende-se ainda diligenciar junto do Instituto de Estradas a melhoria do traçado da EN16 entre a Variante das Termas e a variante a Vouzela, na ligação de S. Pedro do Sul à

A25 (grande parte deste troço encontra-se já no referido concelho vizinho).

6.7. PATRIMÓNIO

Relativamente ao património do concelho de S. Pedro do Sul, o PDM em vigor apenas faz referência à proteção do património existente. Na Carta de Ordenamento são identificados todos os imóveis classificados, assim como outros considerados pelo plano como de valor concelhio. Também são identificadas Áreas a Salvaguardar (aldeias típicas e zonas históricas), embora o Regulamento do PDM seja pouco claro e completo nas regras de atuação sobre essas áreas.

Nos últimos 20 anos novos elementos foram classificados, assim como foram identificados outros elementos e conjuntos patrimoniais de valor.

De referir ainda que o plano atual é completamente omissivo em relação aos inúmeros valores arqueológicos do concelho, assim como em relação ao património móvel e património imaterial. Tendo em conta que o concelho possui um extenso e riquíssimo património construído, o seu restauro, gestão e aproveitamento turístico deverá passar por uma estratégia concertada ancorada no processo de revisão do PDM.

De referir que se encontra em restauro as Termas Romanas através da intervenção: “Valorização/Conservação/Reabilitação das Termas Romanas de S. Pedro do Sul”, classificado como Património Nacional e até recentemente em adiantado estado de ruína.

6.8. EQUIPAMENTOS

Seguidamente descreve-se e informa-se da evolução dos diversos equipamentos concelhios, divididos por:

6.8.1. Equipamentos Escolares

Relativamente aos equipamentos escolares, o PDM nada refere como objetivos futuros.

Com a publicação da Carta Educativa de S. Pedro do Sul, o município deu início a uma reforma na rede escolar do 1º ciclo do ensino básico. Assim, foram encerradas as muitas escolas do concelho com menos de 10 alunos e construído de raiz um Centro Escolar na cidade, tendo igualmente sido reformuladas as “escolas primárias” de Manhouce e Carvalhais, adaptando-as a Pólos Pedagógicos. Encontra-se também em fase de projeto a intervenção, através de restauro/ampliação/adaptação, de mais 3 escolas: Vila Maior, Oliveira (Sul) e Pindelo dos Milagres.

Durante este período houve também um aumento na oferta de instalações e vagas de Jardim de infância.

Os restantes equipamentos existentes à data do PDM em vigor mantêm o seu funcionamento. Prevê-se ainda uma futura intervenção estatal na Escola Secundária da cidade, com vista à sua reabilitação.

6.8.2. Equipamentos de Saúde

O PDM em vigor previa a construção de um futuro Centro de Saúde, tendo este sido entretanto construído.

Os equipamentos de saúde que existiam, mantêm o seu uso, nomeadamente as extensões de saúde, as farmácias e os postos de medicamentos.

Na tabela seguinte encontram-se representados alguns indicadores na área da saúde correspondentes ao concelho, verificando-se uma melhoria em quase todos os itens desde 2004 até 2014.

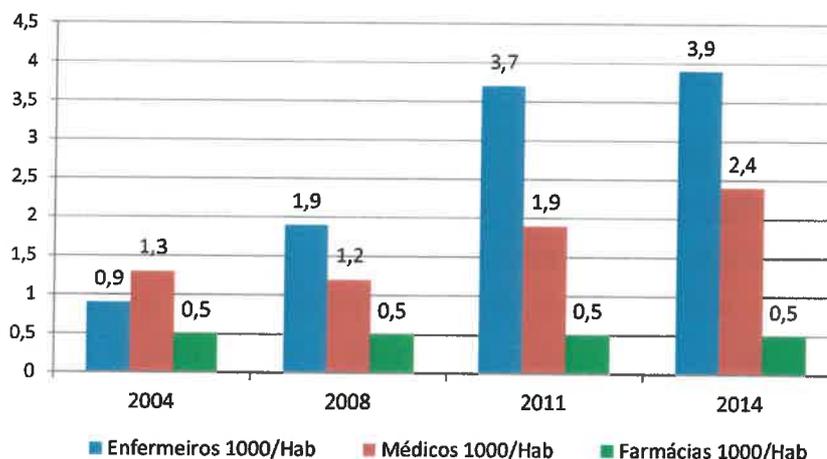


Gráfico 16: Indicadores de saúde, no concelho de S. Pedro do Sul, 2004 - 2014

FONTE: INE, Anuário Estatístico da Região Centro 2004, 2008, 2011 e 2014

6.8.3. Equipamentos de Desportivos

O PDM em vigor refere apenas a construção do pavilhão e piscinas municipais, concluídos pouco tempo depois da sua entrada em vigor (1997).

Nos últimos 20 anos foram entretanto construídos vários polidesportivos descobertos em diversas freguesias do concelho, construído um gimnodesportivo nas Termas de S. Pedro do Sul (Lameira), assim como foi totalmente reabilitado e dotado de relvado sintético o estádio Municipal da Pedreira.

Encontra-se atualmente em construção um gimnodesportivo na vila de S. Cruz da Trapa.

Deverá ser realizada proximamente uma Carta Desportiva do concelho, que servirá de apoio à

revisão do PDM em vigor.

Equipamentos de Recreio e Lazer

O PDM em vigor nada referia relativamente a este item.

Nas 2 últimas décadas foram construídos diversos equipamentos de recreio e lazer, nomeadamente parques infantis, sedes de associações recreativas, PR's sinalizados e dinamizados, parques de merendas e espaços verdes, sendo de salientar, entre outros, o jardim do Miradouro (EN16) e a Zona de Lazer do Gerós (Termas de S. Pedro do Sul) - espaço privado abandonado que a Câmara Municipal atualmente dinamiza e que é constituído por piscinas ao ar livre, campos de tenis, relvados e parque de merendas.

A Câmara Municipal tem ainda o objetivo de, num futuro próximo, construir uma Parque da Cidade entre a zona histórica e o rio Vouga.

Pretende-se que, com a revisão do atual PDM, seja delineada uma estratégia municipal para os equipamentos de recreio e lazer.

6.8.4. Equipamentos Culturais

O PDM em vigor apenas referia a necessidade de recuperação do cine-teatro municipal e a construção de uma nova biblioteca municipal

Atualmente a biblioteca ainda não foi construída, embora se preveja a médio prazo a sua construção, aproveitando a futura recuperação da antiga prisão concelhia.

O cine-teatro foi entretanto recuperado, possuindo uma programação cultural com uma certa continuidade.

Desde a entrada em vigor do PDM até aos nossos dias vários investimentos foram feitos no âmbito cultural no concelho, nomeadamente:

O já referido restauro do Cine-teatro da cidade;

A criação de um núcleo museológico termal, mini-biblioteca e um auditório multi-usos nas Termas de S. Pedro do Sul;

A construção do Centro Cultural de S. Cruz da Trapa (com sala de exposições, auditório e mini-biblioteca);

Foram igualmente construídas ou melhoradas instalações de diversas associações culturais um pouco por todo o concelho.

Conforme referido anteriormente, estão a decorrer as obras de restauro e adaptação das ruínas

romanas das Termas a espaço museológico.

À semelhança do que foi referido para os Equipamentos de Recreio e Lazer, os Equipamentos Culturais deverão obedecer a uma estratégia municipal a ser vertida na próxima revisão do PDM.

6.8.5. Equipamentos de Prevenção e Segurança Pública

À data do PDM em vigor ressaltava a necessidade de construção de um Quartel de Bombeiros que congregasse as 2 corporações existentes na cidade. Até à data tal não se concretizou, sendo que o local previsto para esse fim, na carta de Ordenamento, configura-se como impróprio para a pretensão. Prevê-se proximamente a construção de do novo Quartel de Bombeiros, obra de interesse municipal, na zona da Pedreira (através de uma operação de R.I.P.).

Entretanto o quartel da GNR foi reabilitado e foi construída uma extensão dos bombeiros na freguesia de Pindelo dos Milagres.

6.8.6. Equipamentos de Solidariedade e Apoio Social

O PDM em vigor não previa nem apontava grandes transformações e evoluções futuras nesta área.

Na altura existia unicamente um Lar de Idosos e uma creche, ambos na cidade, não existindo serviços de apoio domiciliário.

Atualmente a situação melhorou muito, conforme se verifica pela tabela seguinte (os equipamentos existentes são divididos consoante o público-alvo: idosos, infância e outros grupos sociais carenciados):

Tabela 14: Equipamentos de Solidariedade e Ação Social, no concelho de São Pedro do Sul

Instituição	Resposta Social /Capacidade	Apoio Domiciliário (SAD)	Cantina Social	ATL	Centro de Dia	Centro de Noite	Creche	Jardim de Infância	Lar de Acamados	Lar de Idosos	Apoio à Deficiência em Equipamentos	Fórum Sócio Ocupacional	Formação Profissional ASSOL	CRJ – Centro Recursos Inclusão	Int. Precoce	Total
ARCA – Associação de Solidariedade Social de Sta. Cruz da Trapa	Capacidade efetiva (Nº total vagas)	30			25											
	Nº Utentes	28			20											48
	Nº utentes abrangidos por acordo de cooperação	25			10											35
	Capacidade disponível	2			5											7
ASSOL (S. Pedro do Sul)	Capacidade efetiva (Nº total vagas)										30	25				55
	Nº Utentes										30	23	15	44	19	53
	Nº utentes abrangidos por acordo de cooperação										30	15	15			45
	Capacidade disponível										0	2				2
Centro de Promoção Social de Carvalhais	Capacidade efetiva (Nº total vagas)	45	75		30		66									216
	Nº Utentes	45	51		28		23									147
	Nº utentes abrangidos por acordo de cooperação	45	51		28		23									147
	Capacidade disponível	0	24		2		43									69
Centro Social de Vila Maior	Capacidade efetiva (Nº total vagas)	54			15	12				46						127
	Nº Utentes	44			10	11				46						111
	Nº utentes abrangidos por acordo de cooperação	54			15	11				30						110
	Capacidade disponível	10			5	1				0						16
Centro Social e Paroquial S. Martinho das Moitas	Capacidade efetiva (Nº total vagas)	36														36
	Nº Utentes	22														22
	Nº utentes abrangidos por acordo de cooperação	30														30
	Capacidade disponível	14														14
Centro Social de Valadares	Capacidade efetiva (Nº total vagas)	50								19						69
	Nº Utentes	40								19						59
	Nº utentes abrangidos por acordo de cooperação	35								10						45
	Capacidade disponível	10								0						10
Santa Casa da Misericórdia de S. Pedro	Capacidade efetiva (Nº total vagas)	60	80	60			76	100	92	75						543
	Nº Utentes	40	42	49			58	86	85	72						432

Instituição	Resposta Social /Capacidade	Apoio Domiciliário (SAD)	Cantina Social	ATL	Centro de Dia	Centro de Noite	Creche	Jardim de Infância	Lar de Acamados	Lar de Idosos	Apoio à Deficiência em Equipamentos	Fórum Sócio Ocupacional	Formação Profissional ASSOL	CRI – Centro Recursos Inclusão	Int. Precoce	Total
do Sul	Nº utentes abrangidos por acordo de cooperação	30	42	43			45	61	78	75						374
	Capacidade disponível	20	38	11			18	14	7	3						111
Mut - Associação Mutualista dos Trabalhadores da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul	Capacidade efetiva (Nº total vagas)			25				20								45
	Nº Utentes			25				10								35
	Nº utentes abrangidos por acordo de cooperação			20				9								29
	Capacidade disponível			0				10								10
Centro Social da Paróquia de Manhouce	Capacidade efetiva (Nº total vagas)	40			18											58
	Nº Utentes	13	7		8											28
	Nº utentes abrangidos por acordo de cooperação	10														10
	Capacidade disponível	27			10											37
SulSocial	Capacidade efetiva (Nº total vagas)	15														15
	Nº Utentes	15														15
	Nº utentes abrangidos por acordo de cooperação	8														8
	Capacidade disponível	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		247	100	74	66	11	81	96	85	137	30	23	15	44	19	1028

FONTE: Município S. Pedro do Sul, Anuário Social de 2015

Para além das diversas IPSS´s que atuam no âmbito da proteção social no território municipal, a resposta social dos serviços municipais compreende:

- Sinalização de situações de risco e respetivo encaminhamento;
- Diversos tipos de apoio direto a famílias carenciadas;
- Apoio psicológico
- Serviço de fisioterapia ao domicílio
- Apoio na melhoria das condições de habitabilidade das habitações de famílias carenciadas (através de projeto e execução de obras).

No âmbito da população mais nova, foi constituída a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, vocacionada para a proteção de crianças e jovens face a situações de perigo, maus tratos e/ou abandono escolar.

Importa referir que durante a vigência do plano foram dados importantes passos na construção de equipamentos de índole social. Atualmente existe um maior número de equipamentos e respostas sociais, existindo uma cobertura de praticamente 100% do território com serviços de apoio domiciliário. No entanto ainda existem algumas lacunas a colmatar nomeadamente ao nível da oferta de equipamentos para a população idosa (lares e centros de dia) visto que o que existe não consegue colmatar a procura.

A revisão do PDM deverá verter os dados e conclusões do Relatório Social do concelho.

6.9. INFRAESTRUTURAS

A avaliação dos níveis de infraestruturização tem por objeto a caracterização sumária da eficiência das redes de abastecimento de água, saneamento básico, recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos, rede elétrica e telecomunicações.

6.9.1. Abastecimento de Água

A rede de abastecimento de água no concelho à data do PDM em vigor era considerada deficitária, sobretudo ao nível da percentagem de população abrangida. Este plano refere que deveria proceder-se a uma melhoria nesse aspeto.

A captação de água para consumo na maioria das aldeias do concelho era efetuada por captação em furos ou nascentes e encaminhada através de redes da responsabilidade das respetivas freguesias ou mesmo da população local. Atualmente todas as redes passaram para a responsabilidade do município, tanto ao nível da sua gestão, como também da sua manutenção, melhoria e alargamento.

Nos aglomerados principais, sobretudo na cidade de S. Pedro do Sul, as captações, armazenagem e distribuição eram (e continuam a ser) da responsabilidade municipal.

A Câmara Municipal encontra-se a desenvolver atualmente grandes investimentos na modernização e melhoria das redes existentes, assim como no aumento da capacidade de armazenamento e melhoria da qualidade, sobretudo para a cidade e nos meses mais secos do verão, procurando novas alternativas de captação e armazenagem.

Apesar das melhorias e investimentos realizados dos últimos 20 anos, o município está ainda longe de atingir uma taxa de cobertura de 100% do território, assim como um nível de qualidade do serviço prestado e de qualidade de água que seriam de esperar. Prevê-se num futuro próximo uma melhoria substancial, fruto dos enormes investimentos que se encontram a

decorrer.

Pretende-se ainda melhorar a eficiência na distribuição, eventualmente passando por um sistema de telegestão.

Não se prevê num futuro próximo a concessão do abastecimento de água ao sector privado.

O consumo *percapita* do concelho é inferior ao das NUT's II e III onde se insere devido ao facto de possuir uma taxa de cobertura inferior à média e também ao facto de a maioria da população rural possuir um furo ou poço na sua propriedade e que ainda utiliza no consumo humano.

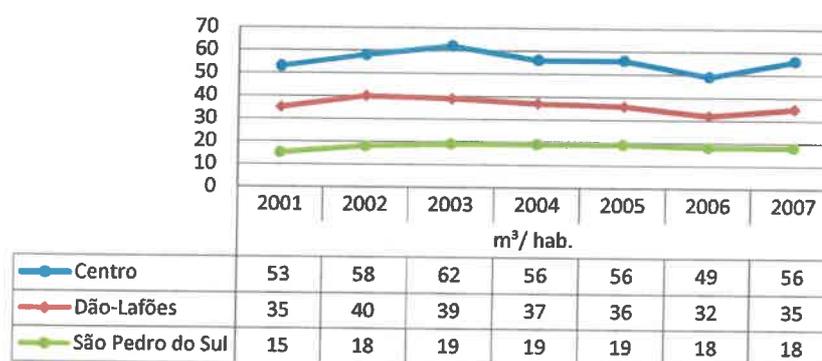


Gráfico 17: Evolução do consumo de água por habitante, na região, sub-região e concelho, 2001 - 2007

FONTE: INE, 2001-2007

6.9.2. Saneamento

O PDM em vigor refere que a rede de Saneamento do concelho é muito limitada, estando longe de cobrir todo o território. No entanto é de salientar que nos últimos 4 anos tem sido feito um intenso investimento na expansão e requalificação do saneamento que se materializa na execução da modernização da ETAR de Valgode (Intermunicipal) e na construção de inúmeros sistemas de tratamento nas localidades do concelho (tendo em conta que algumas destas redes ainda se encontram em execução/alteração, os dados atuais referentes à cobertura do saneamento do concelho estão longe de ser definitivos, pelo que sofrerão grandes alterações proximamente).

A Gestão e exploração dos sistemas de drenagem de águas residuais de todo o concelho são da responsabilidade do município, designadamente:

- Manutenção das redes de drenagem de águas residuais (desobstrução e limpeza de coletores);
- Operação e manutenção de estações elevatórias de águas residuais;
- Operação e manutenção de ETAR;

- Execução de ramais de ligação;
- Ampliação e remodelação de redes de coletores;
- Limpeza de fossas sépticas.

A maioria das águas residuais tem como destino final os meios hídricos, sendo, por isso, necessário efetuar o seu tratamento, conforme exigido por lei.

Atualmente, no concelho de S. Pedro do Sul existem 5 ETAR's, conforme sistematizado no quadro seguinte:

Tabela 15: Lista de ETAR's no concelho de São Pedro do Sul

ETAR'S	
Local / Freguesia	Tipo / nome
S. Pedro do Sul/Várzea	ETAR S. Pedro do Sul
Oliveira	Fossa séptica/lagoa de macrófitas
Mosteirinho	Fossa Mosteirinho
Manhouce	Fossa/lagoa de macrófitas Manhouce
Serrazes	Fossa Outeiro do Concelho

FONTE: Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, 2016

As Estações Elevatórias são infraestruturas utilizadas para a elevação das águas residuais produzidas no concelho, nos casos em que estas são provenientes de zonas de drenagem abaixo da cota da rede principal do coletor municipal.

No concelho de S. Pedro do Sul existem 9 estações elevatórias de águas residuais, conforme sistematizado no quadro seguinte.

Tabela 16: Lista Estações Elevatórias no concelho de São Pedro do Sul

Posto de bombagem / Estação Elevatória	
Freguesia (antes da união)	Local
S. Pedro do Sul	Quinta das Várzeas
S. Pedro do Sul	Sacor
S. Pedro do Sul	Orino
Várzea	Ponte
Várzea	Drizes
Várzea	Carvalhedo
Várzea	Balneário D. Afonso Henriques
Várzea	Correios/Termas
Várzea	Intermédia

FONTE: Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, 2016

No Concelho de S. Pedro do Sul, existem 18 Fossas Sépticas Coletivas, conforme consta no

quadro seguinte, sobretudo em pequenas aldeias situadas nas zonas mais montanhosas da parte norte do concelho.

Tabela 17: Lista de Fossas Sépticas coletivas no concelho de São Pedro do Sul

Fossas Sépticas	
Local / Freguesia	Tipo / nome
Sul	Fossa de Sul
Aldeia	Fossa Aldeia
Sobral	Fossa Sobral
Eiras	Fossa Eiras
Bocô	Fossa Bocô
Alvarinho	Fossa Alvarinho
Galifães	Fossa Galifães
Gralheira	Fossa Gralheira
Paredes	Fossa Paredes
Manhouce	Bondança
Manhouce	Salgueiro
Manhouce	Gestosinho
Manhouce	Gestoso
União das Freguesias de Carvalhais e Candal	Candal
União das Freguesias de Carvalhais e Candal	Coelheira
União das Freguesias de Carvalhais e Candal	Póvoa das Leiras
Pindelo dos Milagres	Pindelo dos Milagres
Pindelo dos Milagres	Rio de Mel

FONTE: Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, 2016

Apresenta-se seguidamente uma serie de indicadores ambientais nesta matéria, utilizando sempre que possível os dados mais recentes disponibilizados pelo INE, de forma a demonstrar a sua evolução.

Assim, de acordo com os dados mais recentes do INE, em 2009 a taxa de cobertura dos sistemas de águas residuais, a nível do concelho era ainda baixa e ainda menos favorável quando comparado com a Região Centro e a Sub-região Dão-Lafões, mas que, a pesar de tudo, revela uma melhoria face à data do PDM em vigor.

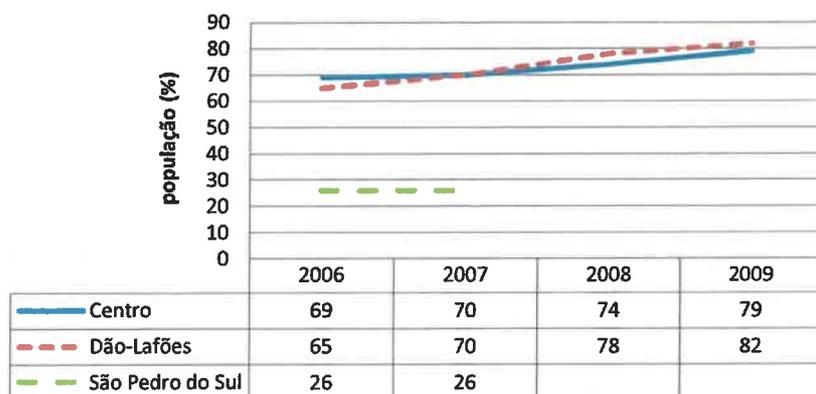


Gráfico 18: Evolução da população servida por sistema de drenagem de águas residuais, na região, sub-região e concelho, 2006 – 2009 (sem dados para o concelho em 2008 e 2009)

FONTE: INE, 2006-2009

No que concerne à percentagem de população servida por estações de tratamento de águas residuais, este indicador tinha em 2009 de acordo com os dados mais recentes do INE no concelho de S. Pedro do sul um valor baixo, sendo inferior ao da população servida por sistema de drenagem de águas residuais, revelando assim uma situação ambiental desfavorável, potencialmente comprometedora do equilíbrio ambiental (o mesmo acontecia ao nível da Região Centro e da Sub-região Dão-Lafões).

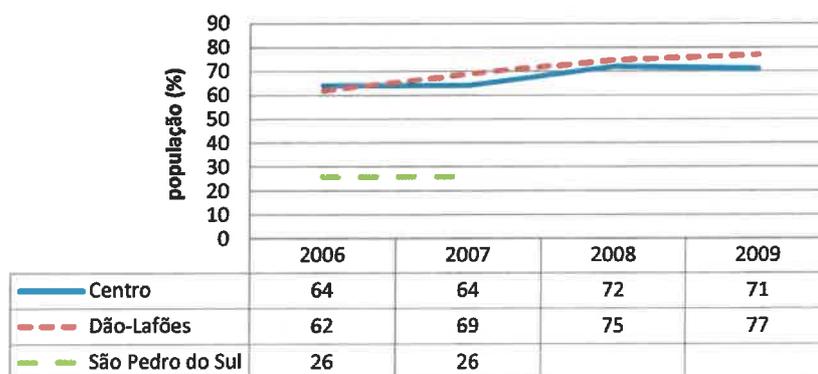


Gráfico 19: Evolução da população servida por estações de tratamento de águas residuais, na região, sub-região e concelho, 2006 – 2009 (sem dados para o concelho em 2008 e 2009)

FONTE: INE, 2006-2009

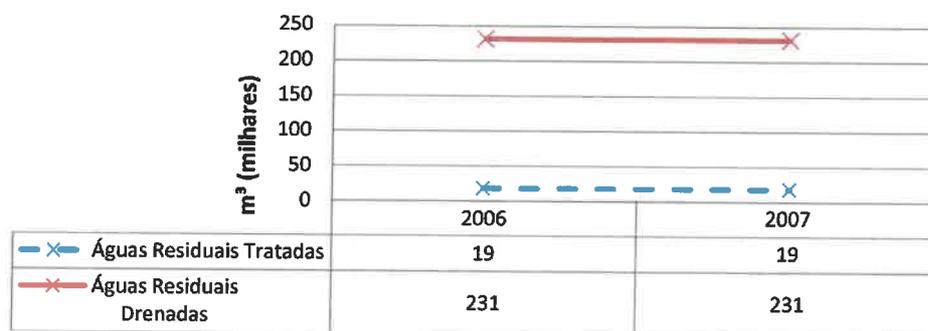


Gráfico 20: Águas residuais drenadas e tratadas no concelho de S. Pedro do Sul, 2006 – 2007

FONTE: INE, 2006-2009

Apesar de algum investimento realizado de forma contínua ao longo da vigência do plano, seja ao nível da cobertura, seja ao nível do tratamento, o saneamento básico continua a ser um problema no concelho de S. Pedro do Sul, muito abaixo do que pretendia o PDM em vigor. Atualmente o município encontra-se a realizar avultados investimentos no aumento da taxa de cobertura e na melhoria ambiental do serviço existente, prevendo-se a construção de uma nova ETAR que deverá servir a freguesia da cidade e freguesias limítrofes.

6.9.3. Resíduos Sólidos Urbanos

Nesta matéria o PDM em vigor, referia que deveria haver uma cobertura de 100% na recolha de Resíduos Urbanos (RU) e a transformação da lixeira municipal em Aterro Sanitário.

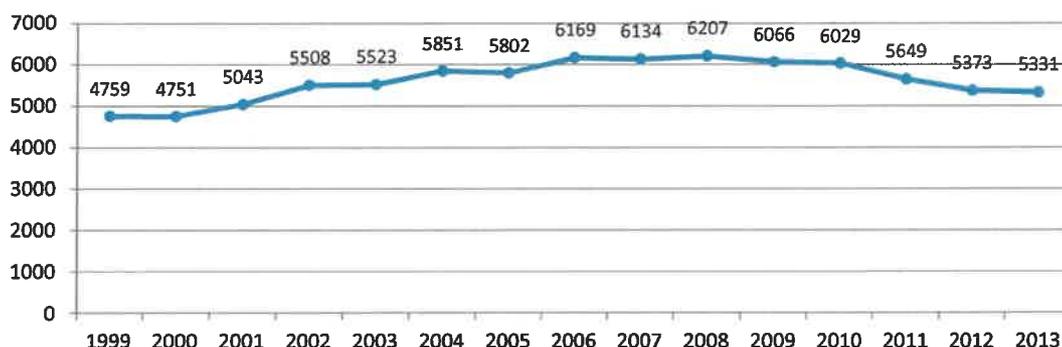
Atualmente a Associação de Municípios do Planalto Beirão é responsável pela recolha e tratamento dos resíduos sólidos urbanos do concelho. Em conjunto com outros 19 municípios, esta associação criou um sistema integrado de gestão de resíduos sólidos urbanos que permite a valorização e tratamento dos mesmos, com vista à proteção do ambiente da região. Inaugurado em 1999, o Centro de Tratamento de RSU do Planalto Beirão marcou o fim das lixeiras municipais. Após uma intervenção de selagem e recuperação ambiental de todas as lixeiras municipais existentes, este moderno equipamento passou a ser o destino dos RSU produzidos nos municípios associados.

A rede de recolha de resíduos sólidos urbanos abrange atualmente a totalidade do concelho, servindo todos os aglomerados.

A deposição de resíduos indiferenciados é feita através de contentores distribuídos por todo o município. Para além dos contentores de superfície existem ainda, instaladas na cidade, várias plataformas subterrâneas para recolha deste tipo de resíduos.

Na cidade de São Pedro do Sul localiza-se ainda o EcoCentro que é gerido pela referida

associação. Este está acessível a toda a população através da simples deposição gratuita. Importa referir que existem também 52 Ecopontos distribuídos pelo território concelhio. De acordo com a tabela seguinte é possível verificar que a recolha de RSU no concelho teve um comportamento crescente até 2008, tendo diminuído ligeiramente desde então de forma constante, o que poderá estar relacionado com a diminuição da população nos últimos anos.



FONTE: INE, 1999-2013

Relativamente aos RSU recolhidos seletivamente no Ecocentro de S. Pedro do Sul e nos Ecopontos espalhados pelo concelho, pelo quadro seguinte é possível observar que a recolha tem sido alvo de oscilações anuais, com uma ligeira diminuição face a 2011.

Tabela 18: Resíduos urbanos recolhidos seletivamente, no concelho S. Pedro do Sul

Tipo de resíduo recolhido seletivamente	Toneladas / ano			
	2011	2012	2013	2014
Vidro	154,702	150,129	151,838	150,986
Papel e cartão	124,288	122,813	90,042	111,011
Embalagens	66,799	67,441	54,173	52,323
Pilhas	0,265	0,409	0	129

FONTE: INE, 2011-2014

Importa referir que os resíduos recolhidos como “indiferenciados”, assim como os que são objeto de recolha diferenciada, têm como destino o aterro sanitário do Centro de Tratamento de RSU do Planalto Beirão.

O PDM em revisão deverá ter em conta a estratégia estabelecida pelo PERSU 2020, onde se

define a política, orientações e prioridades para os RU da região do Planalto beirão.

6.9.4. Rede Elétrica

Atualmente a rede elétrica serve a totalidade do concelho, sem existirem constrangimentos significativos.

Apresentam-se seguidamente alguns indicadores nesta matéria, tendo como base os dados mais recentes disponibilizados pelo INE.

Da leitura do gráfico seguinte verifica-se que o consumo de energia elétrica por habitante tem sofrido algumas flutuações anuais.

De referir que o consumo doméstico tem diminuído uniformemente de 2011 a 2014, sobretudo fruto da diminuição da população.

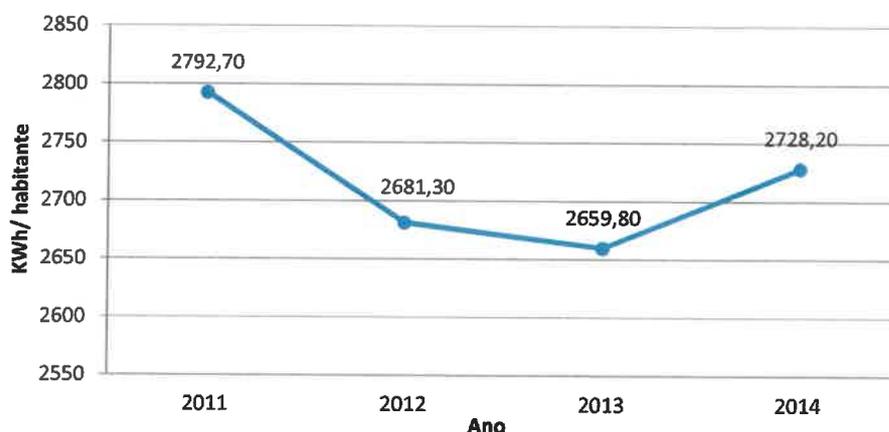


Gráfico 22:

de energia eléctrica por habitante, no concelho de S. Pedro do Sul

Consumo

FONTE: INE, 2011-2014

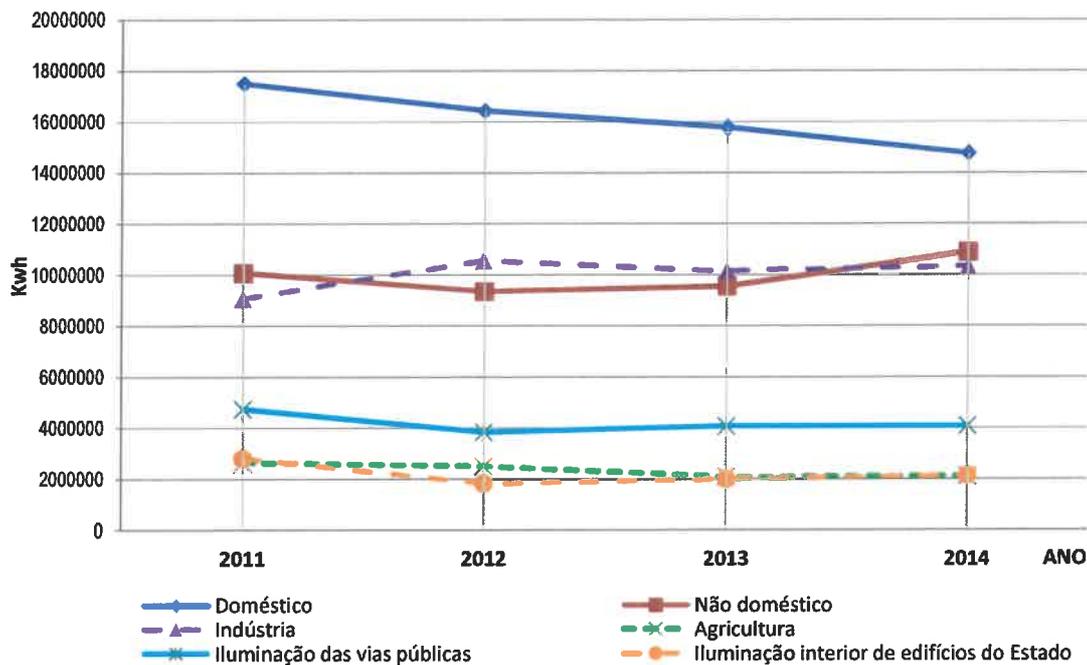


Gráfico 23: Consumo de energia eléctrica e tipo de consumo, no concelho de S. Pedro do Sul

FONTE: INE, 2011-2014

De referir que o concelho de S. Pedro do Sul é um produtor de energia eléctrica “limpa”, através das 5 mini-hídricas e outros tantos parques eólicos existentes no seu território, com potencial para a implantação de mais estruturas produtivas.

6.9.5. Redes de Telecomunicações

Relativamente à rede de telecomunicações o PDM em vigor não fazia qualquer referência.

Atualmente o nível de cobertura das redes móveis no concelho é relativamente Bom, com excepção de algumas aldeias mais isoladas na parte norte do concelho.

A rede de telefone fixo chega a todo o território, existindo posto de telefone público em quase todas as aldeias.

A *internet* também está disponível para a população, via satélite.

Pretende-se que futuramente possa vir a ser disponibilizado um serviço de NET móvel gratuito, se não na totalidade do território concelhio, pelo menos nos seus principais aglomerados e

zonas turísticas.

6.10. SERVIDÕES E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA

A Carta de Condicionantes identifica o conjunto de servidões e restrições de utilidade pública em vigor para o concelho. Apesar da Carta de Condicionantes publicada se encontrar muito incompleta e desatualizada, a gestão dos respetivos condicionalismos por parte da Câmara mantém a sua atualidade e rigor porque tem mantido a sua atualização interna.

As Servições e Restrições de Utilidade Pública presentes na referida Carta de Condicionantes são as seguintes:

- Reserva Agrícola Nacional (RAN)
- Reserva Ecológica Nacional (REN)
- Marcos geodésicos
- Rede rodoviária – zonas non aedficandi
- Património arquitetónico e cultural
- Rede elétrica
- Regime florestal
- Áreas de fomento hidro-agrícola
- Perímetro de proteção das Termas

Uma vez que a Carta de Condicionantes constitui um elemento fundamental da gestão municipal ao nível da utilização, ocupação e transformação do território, a revisão do PDM terá que contemplar agora todas as servidões que não foram consideradas ou que não existiam à data. Deve ainda ser garantida a delimitação rigorosa das condicionantes que, embora representadas, não possuem o grau de exatidão desejável e, ainda, a atualização de alguns aspetos como é o caso da Rede Viária que, entretanto, sofreu alterações. De referir ainda a necessidade de adequação às orientações de representação gráfica dos elementos da referida carta.

6.10.1 RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL (RAN)

A Reserva Agrícola Nacional é entendida como o conjunto das áreas que, em virtude das suas características morfológicas, climatéricas e sociais, apresentam maiores potencialidades para a produção de bens agrícolas, formalizada com o objetivo de “defender e proteger as áreas de maior aptidão agrícola e garantir a sua afetação à agricultura de forma a contribuir para o pleno desenvolvimento da agricultura portuguesa e para o correto ordenamento do território”-

DGOTDU, 2005.

A RAN foi criada pelo Decreto-Lei n.º 196/89, de 14/06 (com as alterações do Decreto-Lei n.º 274/92, de 12/12). Passadas duas décadas foi aprovado um novo diploma da RAN (Decreto-Lei n.º 73/2009, de 3/03, alterado pelo Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16/09), contemplando novas definições, regras e disposições.

No concelho de S. Pedro do Sul a RAN foi publicada pela Portaria nº 301/93, de 16/03 e contabiliza cerca de 2.823,97 ha, encontrando-se espalhada um pouco por todo o território, embora se concentre sobretudo na metade sul do concelho e na proximidade das principais linhas de água.

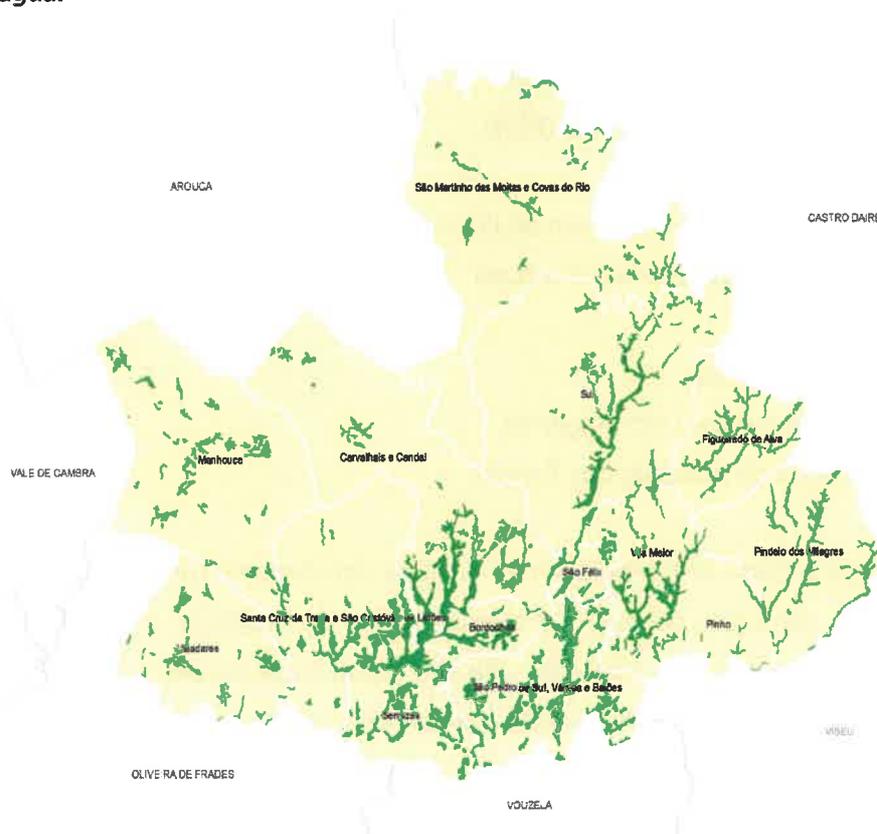


Figura 7: Mapa com Reserva Agrícola Nacional (RAN)

FONTE: CAOP 2016, PDM Município S. Pedro do Sul

Ao longo dos anos têm vindo a ser realizadas Obras de Fomento Hidro-agrícola (vulgo "Regadios"), algumas das quais identificadas na atual Carta de Condicionantes. Com a próxima revisão estes limites deverão ser aferidos e atualizados.

6.10.2. RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL (REN)

A REN é uma estrutura biofísica que integra o conjunto das áreas que, pelo valor e sensibilidade ecológicos ou pela exposição e suscetibilidade perante riscos naturais, são objeto de proteção especial.

Constitui-se como uma restrição de utilidade pública, à qual se aplica um regime territorial especial que estabelece um conjunto de condicionamentos à ocupação, uso e transformação do solo, identificando os usos e as ações compatíveis com os objetivos desse regime nos vários tipos de áreas.

Visa contribuir para a ocupação e o uso sustentáveis do território e tem por objetivos (de acordo com o n.º3 do Artigo 2.º do Regime Jurídico da REN – Decreto Lei n.º 166/2008, de 22/08):

- Proteger os recursos naturais água e solo, bem como salvaguardar sistemas e processos biofísicos associados ao litoral e ao ciclo hidrológico terrestre, que asseguram bens e serviços ambientais indispensáveis ao desenvolvimento das atividades humanas;
- Prevenir e reduzir os efeitos da degradação da recarga de aquíferos, dos riscos de inundação marítima, de cheias, de erosão hídrica do solo e de movimentos de massa em vertentes, contribuindo para a adaptação aos efeitos das alterações climáticas e acautelando a sustentabilidade ambiental e a segurança de pessoas e bens;
- Contribuir para a conectividade e a coerência ecológica da Rede Fundamental de Conservação da Natureza;
- Contribuir para a concretização, a nível nacional, das prioridades da Agenda Territorial da União Europeia nos domínios ecológico e da gestão transeuropeia de riscos naturais.

A delimitação da REN em vigor referente ao concelho de S. Pedro do Sul encontra-se aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 89/96, publicada no Diário da República nº 137, 1ª série-B, de 15/06. Esta delimitação ainda foi efetuada à luz do Decreto Lei 93/90, de 19/03 e legislação subsequente, tendo toda esta legislação sido entretanto totalmente revogada.

A imagem seguinte representa a REN em vigor.

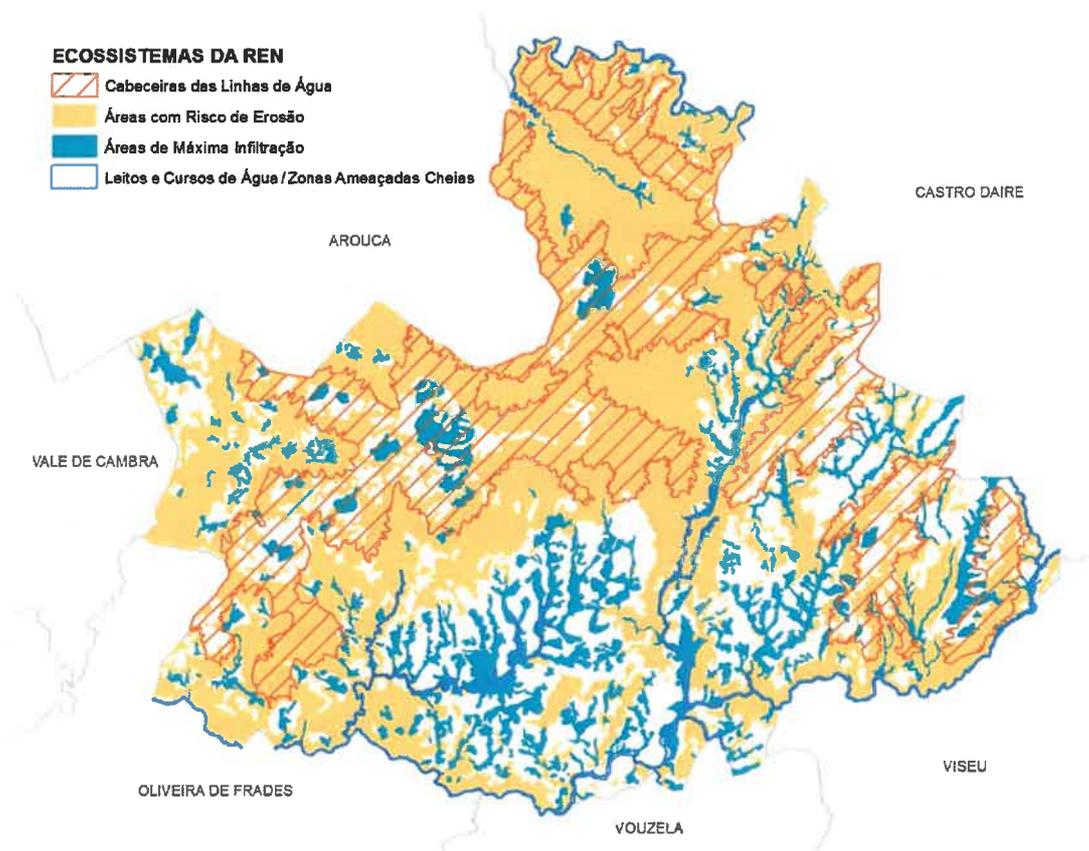


Figura 8: Mapa dos ecossistemas da REN (Reserva Ecológica Nacional)

FONTE: CAOP 2016, PDM Município S. Pedro do Sul

A área total de REN no município de S. Pedro do Sul é de 38.819,78 ha, concentrando-se sobretudo na metade norte do concelho.

Os ecossistemas que a compõem são os seguintes:

- Leitos dos Cursos de Água e Zonas ameaçadas pelas Cheias - **548,92 ha**
- Cabeceiras das Linhas de Água - **10.656,61 ha**
- Áreas de Máxima Infiltração - **6.967,52 ha**
- Áreas com Riscos de Erosão - **20.646,73 ha**

Da análise destes elementos verifica-se que no concelho predominam as Áreas com Risco de Erosão, resultado do seu relevo muito montanhoso e de declives acentuados.

Tendo em conta que esta condicionante foi aprovada à cerca de 20 anos e o seu quadro legislativo já foi alterado, deverá, aquando da próxima revisão do PDM, ser efetuada nova

delimitação da REN, cumprindo os requisitos legais do novo Regime Jurídico da REN (Decreto Lei nº 166/2008, de 22/08).

6.10.3. REDE NATURA 2000

A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica para o espaço comunitário da União Europeia resultante da aplicação da Diretiva 79/409/CEE do Conselho, de 2 de abril de 1979 (Diretiva Aves) - revogada pela *Diretiva 2009/147/CE*, de 30 de novembro - e da *Diretiva 92/43/CEE* (Diretiva Habitats) que tem como finalidade assegurar a conservação a longo prazo das espécies e dos habitats mais ameaçados da Europa, contribuindo para parar a perda de biodiversidade. Constitui o principal instrumento para a conservação da natureza na União Europeia. É constituída por Zonas de Proteção Especial (ZPE) e Zonas Especiais de Conservação (ZEC).

O município engloba os sítios da Rede Natura 2000 “Serras da Freita e Arada” e “Rio Paiva”, ambos situados na metade norte do concelho e representando quase metade da totalidade do concelho.

A Rede Natura 2000 foi publicada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/00, de 5/07.

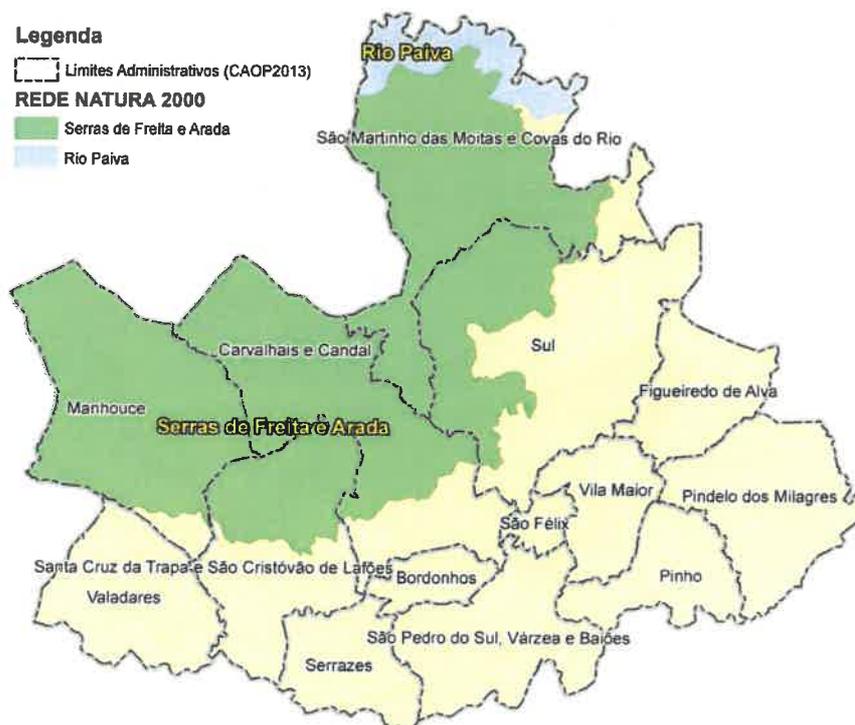


Figura 9: Mapa da Rede Natura 2000

FONTES: CAOP 2016, ICNF

6.10.4. REGIME FLORESTAL

“Regime Florestal é o conjunto de disposições destinadas não só à criação, exploração e conservação da riqueza silvícola, sob o ponto de vista da economia nacional, mas também o revestimento florestal dos terrenos cuja arborização seja de utilidade pública, e conveniente ou necessária para o bom regime das águas e defesa das várzeas, para a valorização das planícies áridas e benefício do clima, ou para a fixação e conservação do solo, nas montanhas, e das areias no litoral marítimo.” – *Regime Florestal. Um Século de Existência*. Germano, Maria Adelaide. DGRF. Lisboa, 2004

Compreende Matas Nacionais, constituídas pelo património fundiário pertencente ao domínio privado do Estado e que se encontram submetidos ao Regime Florestal Total e por Terrenos Baldios, submetidos ao Regime Florestal Parcial. No concelho de S. Pedro do Sul só existem terrenos afetos ao Regime Florestal Parcial.

Do ponto de vista legal esta condicionante territorial encontra-se enquadrada pelo Decreto de 24/12/1901 e legislação subsequente.

O município possui uma enorme área afeta ao regime florestal, compreendendo a quase totalidade dos baldios concelhios. Tal como com a rede natura, a sua quase totalidade situa-se na parte norte do concelho, possuindo ainda manchas significativas também nas freguesias situadas mais a nascente.

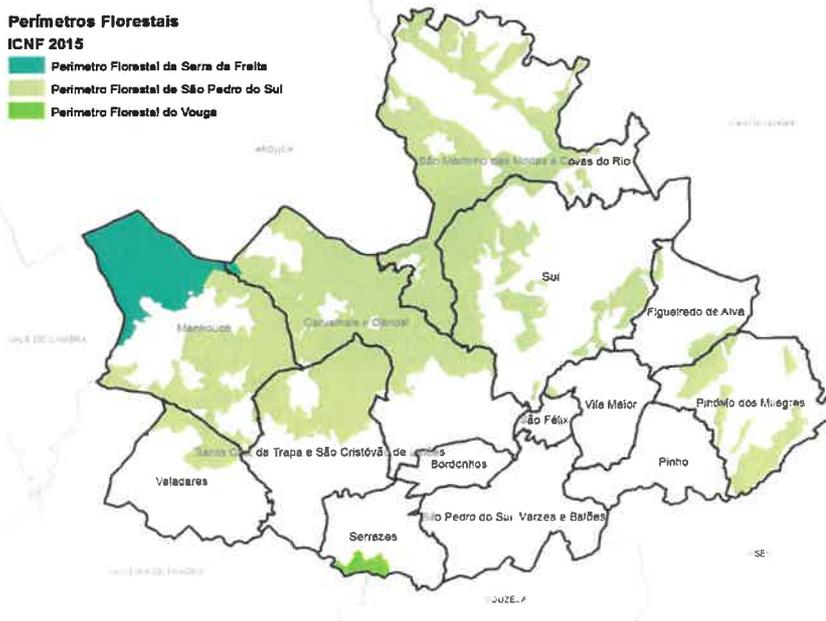


Figura 10: Mapa do Regime Florestal

FONTE: CAOP 2016, ICNF 2015

6.11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois da avaliação da execução das ações previstas no PDM em vigor, podemos considerar que o território concelhio nos últimos 20 anos sofreu enormes alterações, quase sempre à revelia do preconizado pelo referido plano, tendo sido concretizadas e implementadas apenas algumas ações e medidas previstas. Da análise efetuada, apesar de tudo, podemos concluir que genericamente o nível de execução do PDM em vigor foi 'Satisfatório', no entanto torna-se premente efetuar a sua revisão, não só pelas alterações socio-económicas entretanto ocorridas, como pelo seu enquadramento na nova legislação e na necessidade de traçar um novo modelo estratégico de desenvolvimento para o concelho.

Ao nível da população, verificou-se a tendência regressiva já evidenciada nas últimas décadas, associado a um acentuar da composição da estrutura etária, isto é, o grupo dos idosos é superior aos dos jovens, traduzindo-se num elevado índice de envelhecimento.

Relativamente à habitação, e apesar da diminuição da população, assistiu-se a uma aumento do parque habitacional, em parte associado ao aumento do peso da segunda habitação ou de uso sazonal. Verifica-se ainda o esforço da autarquia no estabelecimento e desenvolvimento de programas de recuperação do património edificado e do espaço público, onde se destacam as ações de reabilitação ocorridas na Cidade, a delimitação da ARU e o PARU, entre outras ações.

No que concerne às atividades económicas, assentou-se a tendência de terciarização da economia. Contudo é reconhecido por parte da autarquia o papel determinante da indústria na dinamização e sustentabilidade dos territórios, pelo que se pretende Alterar o PP do Parque Industrial do Alto do Barro, para o dotar de mais lotes, assim como a criação de um novo parque no lado nascente do concelho, visto que atualmente não existem lotes disponíveis que permitam a fixação de empresas.

No que diz respeito ao turismo, a autarquia tem vindo a apoiar e incentivar o crescimento do setor, investindo nas Termas de S. Pedro do Sul, na reabilitação urbana da cidade, na criação de equipamentos culturais, na recuperação do património, na melhoria das acessibilidades à serra, na criação de diversos percursos e circuitos turísticos que potenciam o turismo de natureza, assim como no apoio e dinamização de eventos de importância supra-municipal. Atualmente o concelho possui já produtos endógenos consolidados que se afirmam como imagem de marca

deste território, como é o caso da Vitela de Lafões e do Cabrito da Gralheira, de importância supra-municipal, e dos doces tradicionais locais, da castanha e do mel concelhios.

Ao nível da rede viária nacional, praticamente todas as vias sofreram beneficiação ao nível da pavimentação e sinalética. Contudo não foram construídas novas vias, com exceção da variante às Termas de S. Pedro do Sul, conforme previsto no PDM em vigor. Como aspeto negativo há a referir a desclassificação da EN 227 a Estrada Municipal e a reclassificação das EN333-3 e EN228 a Estrada Regional, levando a que, em 20 anos, a cidade de S. Pedro do Sul deixasse de ser um nó de ligação de estradas nacionais tornando-se um aglomerado periférico.

Ao nível da rede viária municipal, refira-se que a grande maioria das ações efetuadas nos últimos anos está associada à beneficiação, sinalização e repavimentação de vias existentes, conforme previsto no PDM em vigor, com exceção da ligação entre S. Cruz da Trapa e o limite com o concelho de Arouca, atravessando o maciço montanhoso situado na metade norte do concelho. A obra encontra-se parcialmente construída, não estando prevista no referido PDM.

Quanto à rede de equipamentos coletivos é de notar que não foram concretizados alguns dos investimentos previstos no PDM em vigor, nomeadamente a construção de um novo quartel de bombeiros. Assinala-se ainda a necessidade de ampliação da oferta no que diz respeito aos equipamentos de cariz social principalmente com respostas direcionadas para os mais idosos.

Ao nível das infraestruturas, no que diz respeito ao abastecimento de água, encontra-se em fase final de conclusão a cobertura total do município, tendo igualmente vindo a ser introduzidas melhorias nas redes existentes por forma a contribuir para a melhoria deste serviço, conforme previsto no PDM em vigor.

As intervenções no âmbito da recolha e tratamento de águas residuais foram só parcialmente efetuadas, sendo que as razões apontadas para a baixa cobertura do serviço estão relacionadas com os custos da rede associados à dispersão dos aglomerados pelo território. Encontram-se em vias de implementação novas redes e sistemas de tratamento, nomeadamente a construção de uma nova ETAR que irá servir a cidade e freguesias limítrofes.

Relativamente à recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos, a situação é bastante boa,

tendo sido melhorada com a integração do concelho no Sistema Integrado de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão. A "lixreira" municipal existente foi há muito selada e recuperada ambientalmente.

Quanto às redes de energia elétrica e telecomunicações, verificaram-se também melhorias, não se verificando atualmente problemas.

Tabela 19: Intervenções previstas no PDM em vigor

	EXECUTADO	NÃO EXECUTADO	OBSERVAÇÕES
Variante das Termas	X		
Variante pelo Caminho-de-ferro		X	Será ecopista
Via de ligação entre EN228 e limite do concelho		X	Prevê-se a sua execução com traçado diferente devido à localização do nó de Arcas da A24
Quartel de Bombeiros		X	O local previsto não é adequado
Aterro sanitário	X		Foi selada a lixeira existente

7. DINÂMICAS URBANAS

7.1. EDIFÍCIOS LICENCIADOS

Para aferir da dinâmica urbanística do município de S. Pedro do Sul nas últimas duas décadas, recorreu-se aos dados disponíveis nos serviços técnicos da Câmara relativos aos edifícios licenciados por tipo e destino de obra entre 1995 e 2015.

Tabela 20: Edifícios licenciados por tipo de utilização no concelho de S. Pedro do Sul entre 1995 e 2015

Tipo de Utilização	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total por Tipo
Abrigo									1		1				1							3
Acesso				1					1				1									3
Adega		1						1														2
Agência Funerária																1						1
Alambique													1				1	2	1			5
Albergaria						2																2
Alojamento Local																		1	1			2
Alpendre	4	3	1	3	3	2	1	2	6		1		2	3	5	3		1			1	41
Anexo		7	4	4	4	2	3	6	9	1	3	6	4	5	9	5	8	1	2	2		85
Antenas de radiocomunicações						2				1	1					1						5
Antenas televisão	2																					2
Aproveitamento Hidroelétrico	2			1	2	5		2		5												17
Armazém					3			1	2		3	1	3	2	1	4		1	4		1	26
Armazem gas												1	2	1			2	1				7

Tipo de Utilização	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total por Tipo	
Armazens	2	2	1	5	3	3			2	1	1	1				1						1	23
Arnelro											1												1
Arrumos		1	2	3	7	3	4	5	3	4	2	4	4	4	7	7	6	6	3	7	7		89
Aviário	1	5	3	3	5	4	10	24	10	14	7	2	2	2	10	9	8	2	9	3	2		136
Balneario																			1				1
Bancos/seguro	1	1	2								2		1		1								8
Barracão	14	40	31	34	15	6	15	12	9	15	11	11	9	12	7	20	8	18	6	8	6		307
Barracão agrícola	20	26	33	60	57	44	35	27	23	12	5	4	4	8	5	6	5	2	2	2	4		364
Cabeleireiro					1		1					3	2				2		1				10
Cabine	1	1	1	3	1	1	4																12
Cabril				1																			1
Camara frigorifica																	1						1
Canil					1			1															2
Capela															1			1					2
Carpintaria					1		3	3	1	1	1			1			1		2	1	1		15
Casa de campo																	1		2		1		4
Casa de hospedes								1	1						1					1			4
Casa mistura massas dorada									2														2
Casa Paroquial													1					1					2
Centro Comercial	1					1	1	1							1								5
Centro comunitario															1	3							4
Centro de abate de aves									2														2
Centro de Apoio Domiciliário							2		2				1		1								6
Centro de classificação de ovos				1												1					2		4
Centro de dia															2			1					3
Centro de formação													1			1							2
Centro de noite									1		1		1										3
Centro de Saúde						1																	1
Centro Social																	1		2	1	1		5
Churrasqueira		3	1					2		1	1								1	1			10
Clinica dentaria			1							1							1	1					4
Clinica veterinaria							2	2															4
Comércio	5	2	9	4	5	7	3	10	8	7	2	6	4	2	7	1	2	4	5	5	1		99
Consultório Médico												2				2							4
Cooperativa Agro-Pecuária													1		1								2
Creche											1	1						2					4
Cunicultura	1			4		1	1				1										1		9
Currais															1	1							2
Depósito de GPL					1					1		1		1	1	1	4						10
Destilaria		1																					1

Tipo de Utilização	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total por Tipo
Edificação instalação agrícola	5	4	3	1	2			1	1						1		2	1			1	22
Edifício de Apoio à Gestão Florestal				1	1	1	3	3	6	2	3	9	4	3	3	3	4	1	1	1	1	50
Edifício de apoio à habitação										1		1	2	1		1						6
Edifício industrial								1				2		1	1						1	6
Edifício para confecção de alimentos compostos														2								2
Edifícios públicos			1																1			2
Educação																			1			1
Empreendimentos turísticos						1																1
Escadaria			1	1		1		1	1				1									6
Escola de condução		2																2				4
Escritórios	1		2	1	2		3	3	1			1										14
Esplanada																					1	1
Estabelecimento de bebidas		4	5	1	2	3	4	3	5	1	4	1		1	4	1		1	2			42
Estabelecimento comércio não alimentar			2														1	1	1			5
Estabelecimento de bebidas com padaria e pastelaria		1								1	1			1								4
Estabelecimento de bebidas / restauração	1	1	2	1	3	4	2	3		5	2	4	2	1		1		1		1	2	36
Estabelecimento de comércio alimentar	1	1		1								1		1	1				2			6
Estabelecimento de restauração		5			2	1	3	1	1			1		1	3						2	20
Estabelecimento de Venda de Produtos Congelados											1	1									1	3
Estábulo									1		1		2								1	6
Estacionamento										1												1
Estrutura metálica												1			1							2
Exposição/venda de móveis											2											2
Fábrica de subprodutos							2															2
Fachada															2		1				1	4
Farmácia											2											2
Fossa séptica		1		1	1																	3
Galinheiro				2	3																	5
Garagem	9	12	14	20	15	6	7	9	13	7	10	1	8	5	4	3	5	5	3	1		157
Ginásio										2												2
Habitação	209	305	255	295	387	362	383	390	468	386	225	198	173	184	144	142	141	110	89	83	67	4996
Habitação / comércio	17	17	13	17	40	16	27	29	13	14	24	15	14	18	14	13	10	8	11	3	5	338
Hospedaria		2				1	1	1				1	1			1	2	2				12
Hotel			1				3	1		3		1			1	3		1	1			15
Hotel Rural					2			1	1	1												5
Igreja		1	1	1	1							1						1				6
Industria						1	2															3
Industria avícola	1			1	2	1	1	2	3													13
Industria de confecções			1			1	2															4

Tipo de Utilização	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total por Tipo
Indústria de perfis metálicos					1		1						1									3
Industria de Reciclagem												1			1							2
Industria de Serração					1						1									1	1	4
Industria diversas	7	1	3	1	5	2	4	5	1	5		1	2			2	2		2			43
Instalações Sanitárias						1								1	1							3
Instituição solidariedade social										1	1											2
Instituto de beleza								1		1												2
Lagar de azeite				1				1	3													5
Lar de Idosos																		2	2	2		6
Lavandaria																1						1
Loja alimentar - LIDL											2										1	3
Loteamento	1	8	1	2	1	2		1	2	1	1		1			2						23
Marquises				1	2			1							1							5
Mercearia								3	1	2	1	1	1							1		10
Montra	1				2				1						1							5
Muro	32	60	40	62	62	63	55	29	19	18	14	8	9	7	3	5	1	3	2	2	2	496
Oficinas	1	2	1	2	4	1		2		1				3	1		3	1	2		1	25
Ourivesaria							2									1		1				4
Padaria	1	2	3												2							8
Padaria/pastelaria				1	1											1						3
Palco					1											1	1					3
Palheiro											1		1					2	2			6
Papelaria										1			1	1		1		1				5
Parque de Campismo			2																			2
Parque Eólico										2		1	1		1					1		6
Parques de campismo		1													1							2
Pavilhão para Exposição de Móveis				1	1	1																3
Peixaria									1													1
Pensão					1		1	2	1								1					5
Pérgola				1																		1
Pirotecnia									2													2
Piscina		1		2	1			1	1		1		1	4					2			14
Polidesportivo	1																					1
Portal	5	6	7	7	3	2	2		1	2												35
Posto combustíveis	3				1		4	1			1					6		1			2	19
Posto de Recolha de Leite									1													1
Posto de Transformação Produtos fitofarmacêuticos									2													2
Quartel bombeiros						1					1				1						1	3
Reservatório subterrâneo de G.P.L.											2	1	1		2	1	2				1	10

Tipo de Utilização	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total por Tipo
Reservatório subterrâneo de gásóleo															1							1
Restauração e bebidas						1																1
Salão de Jogos									3			1	1									5
Sapataria															1							1
Sede social	2	1	1	1		2		2		2	1	1		1				2		1		17
Serralharia	1	1									1		1		1	1	1					7
Serviços Administrativos																	1					1
Talho	2				1			1														4
Tanque						1	1		1					2								5
Telecomunicações																				1		1
Telheiro	5	12	3	11	13	1	8	4	3	1	1		3	1	1		1					68
Terraço			1	1	1				1		1	1	1	1			1					8
Tipografia													2									2
Turismo rural	1	2	1	1		1	10	1	1	2		2	1	1	1	2	1	1	1	1	5	35
Vacaria			1					1		2		1									1	7
Varanda	3			2	1																	6
Vedação		1			1		3							1								6
Total por Ano	364	547	454	567	673	565	519	604	639	534	349	301	280	283	262	258	232	195	188	144	111	8181

FONTE: Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, Secção de Obras e Urbanismo, SPO 2016

No gráfico seguinte é possível observar a evolução dos edifícios licenciados desde 1995 até 2015, a qual apresenta uma tendência de decréscimo, tendo-se registado nos anos mais recentes os menores valores de edifícios licenciados. Salienta-se que a maioria dos licenciamentos se destina a construções novas para habitações familiares.

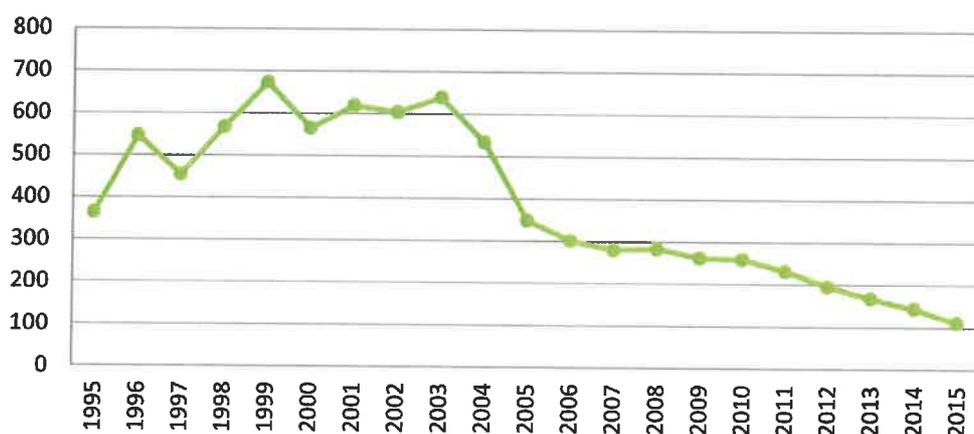


Gráfico 24: Evolução das operações urbanísticas licenciadas no concelho de S. Pedro do Sul, 1995-2015

FONTE: Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, Secção de Obras e Urbanismo, SPO 2016

O comportamento evolutivo dos edifícios concluídos é semelhante ao dos edifícios licenciados, já que também se assistiu a uma redução gradual no período em análise, conforme se pode observar pela tabela seguinte:

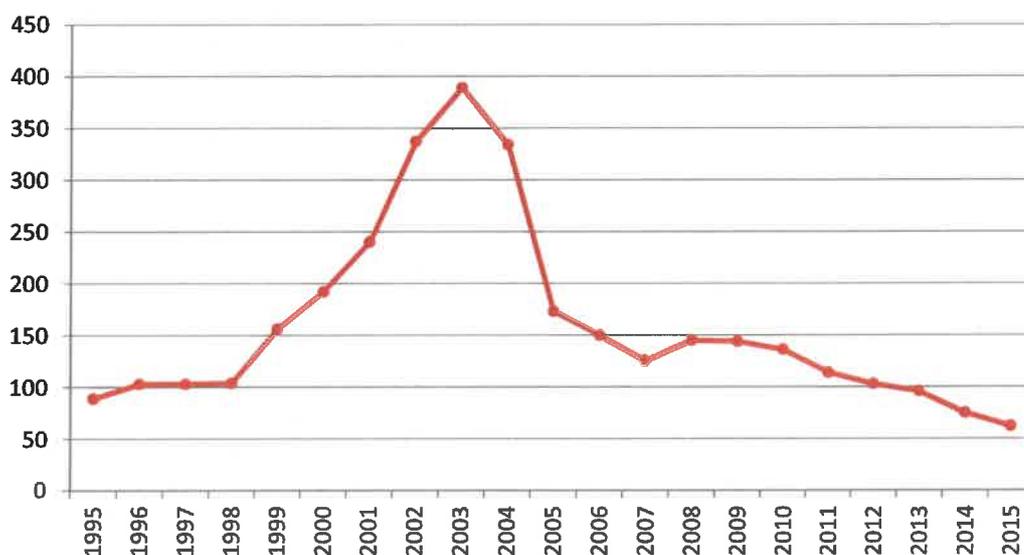


Gráfico 25: Evolução das operações concluídas no concelho de S. Pedro do Sul, 1995-2015

FONTE: Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, Secção de Obras e Urbanismo, SPO 2016

Em termos do tipo de obra, a maior parte dos edifícios licenciados neste período foram referentes a construções novas, seguido das ampliações/alterações/reconstruções, enquanto no que se refere ao destino da obra, a maioria foram destinados a habitação familiar (ver quadro seguinte). Constatou-se que a maioria dos edifícios licenciados dizem respeito a construções novas de habitação familiar. As ampliações/alterações/reconstruções destinadas a habitação familiar também possuem expressão no total de licenciamentos.

Tabela 21: Edifícios licenciados (N.º) por Tipo de obra e Destino da obra, entre 1995 e 2015

Tipo de obra	Destino da obra	Edifícios licenciados (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2002), Tipo de obra e Destino da obra; Anual (1)																				
		Período de referência dos dados																				
		2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002	2001	2000	1999	1998	1997	1996	1995
		Localização geográfica (NUTS - 2002)																				
		São Pedro do Sul																				
		1651816																				
		N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	
Construções novas	Habitação familiar	16	22	20	33	48	47	30	37	35	50	51	58	73	72	107	116	126	100	95	117	84
	Outros	1	0	15	18	19	20	16	13	13	5	17	25	32	42	35	15	48	42	30	33	28
Ampliações, alterações e reconstruções	Habitação familiar	9	15	16	0	0	3	3	26	10	4	18	27	42	46	36	54	86	85	70	84	64
	Outros	0	1	7	0	0	0	1	6	1	0	2	5	16	18	15	24	46	29	32	25	16

FONTE: INE, Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios, 1995-2015

As construções novas são, por norma, o tipo de obra mais executada nos diferentes anos do período compreendido entre 1995 e 2015. As ampliações/alterações/reconstruções ainda têm um peso relativamente baixo em relação à totalidade.

No que diz respeito ao destino de obra, a habitação familiar registou em todos os anos uma posição cimeira em relação a outros fins.

Através do quadro seguinte é possível constatar que os edifícios licenciados destinados a habitação familiar apresentaram uma tendência de crescimento até 2003 e um decréscimo posteriormente até à atualidade.

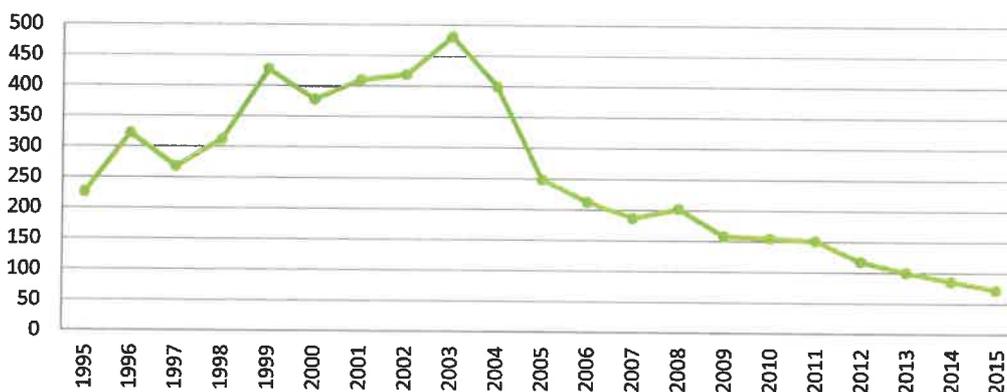


Gráfico 26: Evolução dos edifícios licenciados destinados a habitação familiar no concelho de S. Pedro do Sul, 1995-2015

FONTE: Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, Secção de Obras e Urbanismo, SPO 2016

O quadro seguinte ilustra a evolução de edifícios licenciados dos vários tipos de obras que têm como destino a habitação familiar entre 1995 e 2015. Verifica-se a tendência de decréscimo das diferentes modalidades de tipo de obra que têm como destino a habitação familiar.

Face aos dados apurados, constata-se que as construções novas, reconstruções e ampliações de habitação familiar constituíram e continuam a constituir o motor da dinâmica edificatória e urbanística no município nas duas últimas décadas, já que constituíram mais de metade de todos os edifícios licenciados entre 1995 e 2015.

Importa ainda considerar uma transformação essencial na intervenção e apropriação do território que se verifica na evolução da melhoria das condições de habitabilidade, e das novas necessidades contemporâneas de qualidade de vida, traduzidas em intervenções que são tipologicamente mais variadas e apetrechadas quer em termos de divisões, quer em termos de áreas afetas a habitação.

A partir dos dados constantes no quadro seguinte, é possível verificar a diminuição do n.º médio de licenças / ano.

De referir que os Pedidos de Informação Prévia têm uma expressão residual na totalidade dos atos indicados.

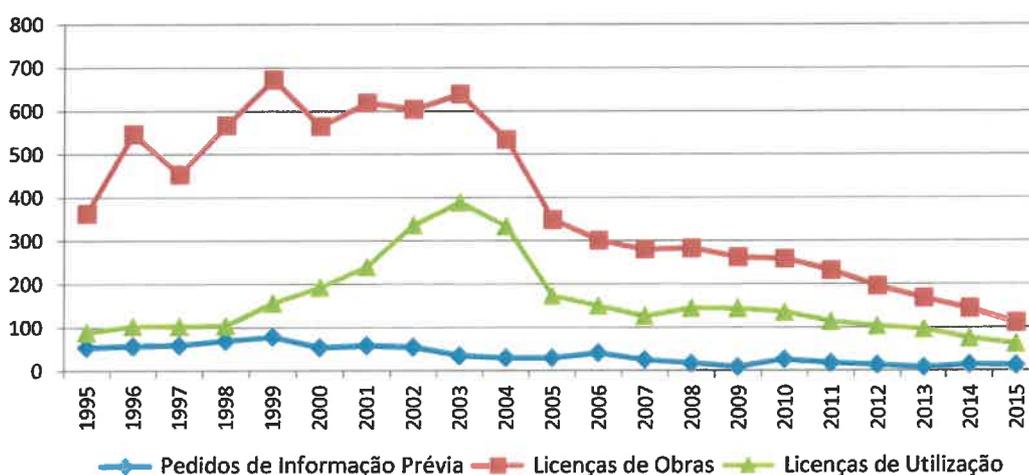


Gráfico 27: Evolução das licenças, informações prévias e autorizações, 1995-2015

FONTE: Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, Secção de Obras e Urbanismo, SPO 2016

7. 2. EXPRESSÃO TERRITORIAL DAS OPERAÇÕES URBANÍSTICAS

O presente capítulo tem como objetivo a análise e tradução territorial das operações urbanísticas ocorridas no município de S. Pedro do Sul entre 1995 e 2015 organizadas em dois grupos:

- I. Licenças, comunicações e autorizações;
- II. Loteamentos

A Câmara Municipal tem organizada em base de dados de apoio à gestão urbanística informação rigorosa relativa aos diferentes atos administrativos.

Esta aferição reveste-se de uma grande importância para a compreensão da evolução urbanística do concelho, já que identifica os principais pólos territoriais onde a dinâmica mais se expressou e permite conhecer ao mesmo tempo os espaços de dinâmica socioeconómica e de atratividade do concelho.

I. Licenças, comunicações e autorizações

A esmagadora maioria dos atos de licenciamento, comunicações e autorizações entre 1995 e 2015 ocorreram na União de Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões, o que faz deste território o principal pólo de desenvolvimento urbanístico do município e vem ao encontro da sua condição de sede de concelho e capital da sub-região de Lafões.

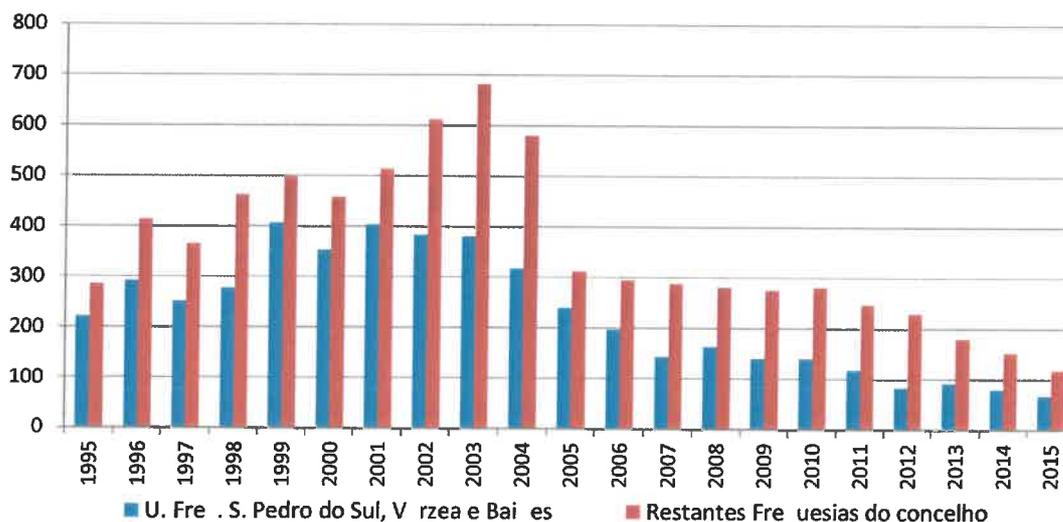


Gráfico 28: Total das operações urbanísticas 1995-2015, na U.F. S. Pedro do Sul, Várzea e Baiões VS restantes freguesias do concelho S. Pedro do Sul

FONTE: Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, Secção de Obras e Urbanismo, SPO 2016

Relativamente à evolução dos atos de licenciamento, comunicações e autorizações entre 1995 e 2015 no município, é possível observar uma tendência de decréscimo a partir de 2003, ano em que foi atingido o valor máximo. Por sua vez em 2015 foi atingido o valor mínimo o que ilustra alguma diminuição da dinâmica urbanística que o município tem vindo a sentir, um pouco à semelhança do que tem acontecido um pouco por todo o país.

Na tabela seguinte verifica-se que quase 40% da totalidade das Licenças, Comunicações Prévias e Autorizações no concelho de S. Pedro do Sul, desde a entrada em vigor do atual PDM, realizaram-se na União de Freguesias que compõem a cidade.

Em relação às restantes freguesias, nenhuma delas atinge sequer os 10% da totalidade, o que demonstra a importância territorial da cidade no contexto municipal.

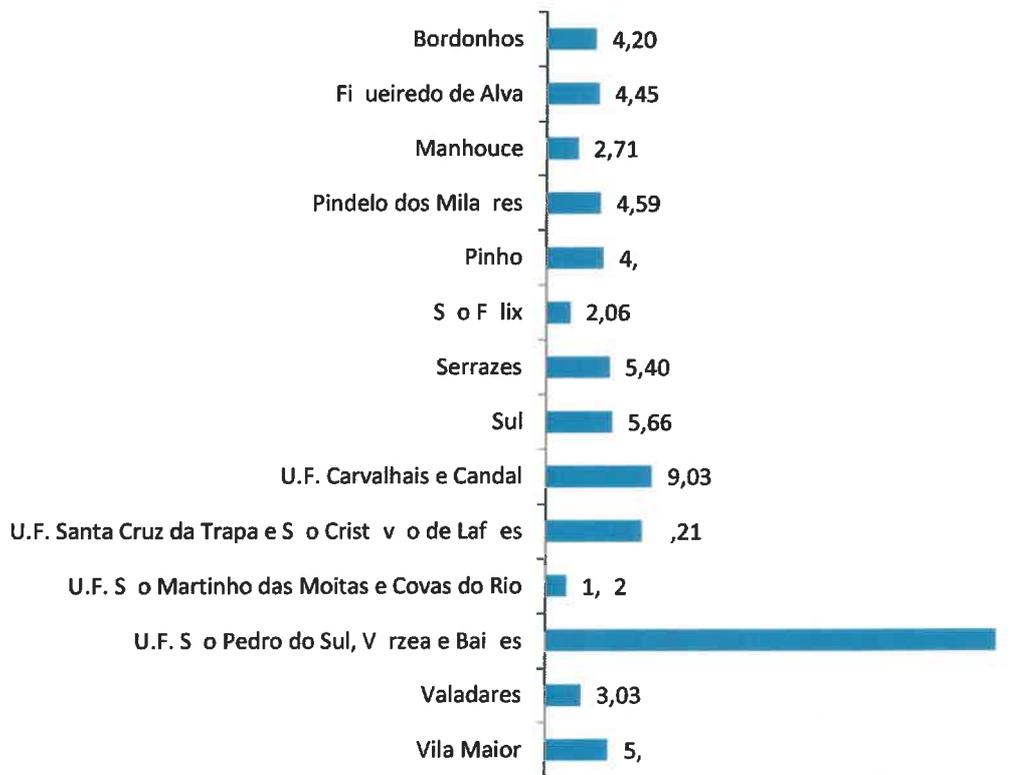


Gráfico 29: Distribuição por freguesia, das licenças, informações prévias e autorizações, 1995-2015

FONTE: Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, Secção de Obras e Urbanismo, SPO 2016

II. Loteamentos

No que diz respeito ao número de loteamentos, entre 1995 e 2015, verificaram-se um total de 23 processos. Da análise da tabela seguinte é possível observar que nos últimos anos houve

uma tendência para uma diminuição, sendo que, desde 2011, não entraram quaisquer processos de loteamento no município.

Os loteamentos tiveram particular expressão na União de Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões, com a larga maioria dos loteamentos registados no município no período em análise.

No que diz respeito à localização dos loteamentos no PDM em vigor, verifica-se que a totalidade ocorreu em espaços urbanos ou urbanizáveis.

Relativamente à finalidade dos lotes constituídos, a quase totalidade é afeta à Habitação, seguido por um valor residual de lotes especificamente para comércio/serviços.

Tabela 22: Loteamentos licenciados por ano no concelho de S. Pedro do Sul, entre 1995 e 2015

ANO	União de Freguesias São Pedro do Sul, Várzea e Baiões	Restantes Freguesias	Total por Ano
1995		1	1
1996	7	1	8
1997	1		1
1998	1	1	2
1999	1		1
2000	2		2
2001			
2002		1	1
2003	2		2
2004		1	1
2005	1		1
2006			
2007	1		1
2008			
2009			
2010	1	1	2
2011			
2012			
2013			
2014			
2015			
Total	17	6	23

FONTE: Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, Secção de Obras e Urbanismo, SPO 2016

8. CARACTERIZAÇÃO DOS PERÍMETROS URBANOS EM VIGOR

É objetivo do presente capítulo, proceder à identificação e breve caracterização dos perímetros urbanos atualmente em vigor.

As políticas e estratégias territoriais têm dedicado especial ênfase às formas de ocupação do território, nomeadamente no que concerne à dicotomia “dispersão” v. “consolidação urbana”. Estas preocupações decorrem da necessidade de se proceder a um desenvolvimento urbano sustentável, assente num crescimento compacto das áreas urbanas, surgindo como resposta à tendência de desenvolvimento urbano disperso, altamente consumidora de solo e com custos acrescidos em termos das infra-estruturas associadas.

De acordo com a Direção Geral do Território, a solução para a expansão urbana difusa e fragmentada, passará pela densificação urbana, associada à contenção dentro dos perímetros urbanos, cujo modelo territorial deverá ser implementado à escala municipal, nomeadamente, quando se proceder à revisão do PDM.

Neste sentido, pretende-se averiguar as tendências de ocupação do território no concelho, compreendendo a dinâmica de urbanização que o caracterizou nos últimos anos e que conduziu à situação atual.

8.1. OS PERÍMETROS URBANOS EM VIGOR

Na figura seguinte apresenta-se o extrato da Carta de Ordenamento do PDM (e respetiva legenda), que à semelhança de outras Cartas de Ordenamento de PDM’s de 1.ª geração, trata-se de uma peça complexa, de difícil leitura e interpretação.

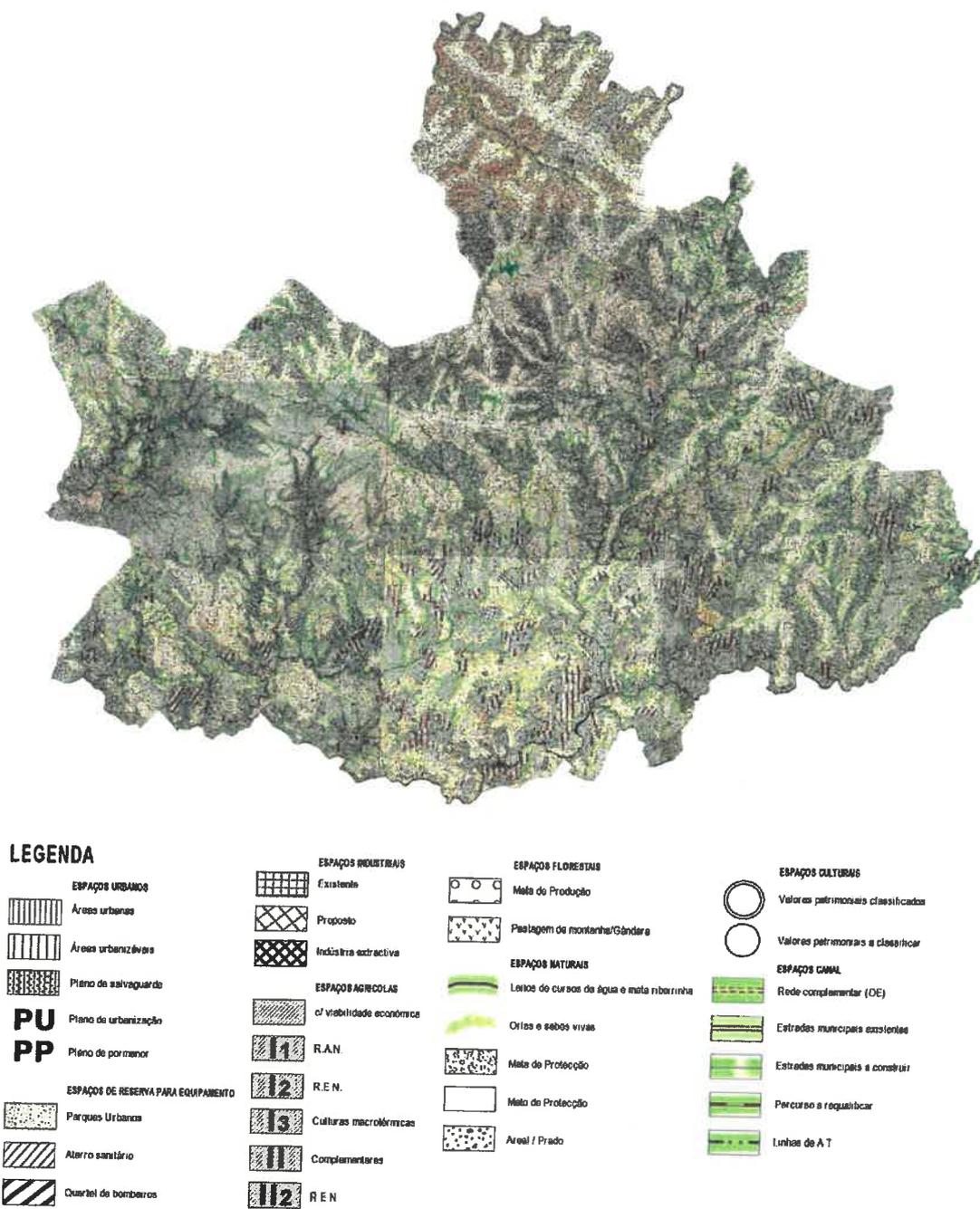


Figura 11: Carta de Ordenamento do PDM em vigor

FONTE: PDM de S. Pedro do Sul

Freguesia	N.º no Mapa	Nome / lugar	Área (hectares)	
	10	Fermontelos	5.41	
	11	Fermontelos	9.96	
	12	Fermontelos	3.40	
	13	Fermontelos	9.97	
	14	Figueiredo de Alva	3.45	
	15	Figueiredo de Alva	3.86	
	16	Figueiredo de Alva	26.40	
	17	Figueiredo de Alva	8.90	
	18	Figueiredo de Alva	10.06	
	19	Igreja	2.65	
	20	Igreja	8.05	
	21	Ladreda	2.28	
	22	Ladreda	11.14	
	23	Ucha de Baixo	3.06	
	24	Ucha de Cima	3.19	
	Manhouce	25	Barreira	2.97
		26	Bondança	5.73
		27	Bustarenga	4.12
		28	Carregal	8.90
		29	Gestoso	3.91
		30	Gestozinho	4.37
		31	Lageal	4.91
		32	Malfeitoso	2.28
		33	Manhouce	11.64
34		Manhouce	12.78	
35		Manhouce	4.02	
36		Muro	1.87	
37		Salgueiro	2.82	
38		Sernadinha	2.50	
39		Sernadinha	10.52	
40		Vilarinho - Manhouce	1.51	
41		Vilarinho - Manhouce	1.83	
42		Vilarinho - Manhouce	1.96	
Pindelo dos Milagres		43	Pindelo dos Milagres	2.93
		44	Pindelo dos Milagres	3.47
	45	Pindelo dos Milagres	32.92	
	46	Pindelo dos Milagres	2.54	
	47	Pindelo dos Milagres	4.47	
	48	Pindelo dos Milagres	8.51	
	49	Pindelo dos Milagres	11.06	
	50	Rio de Mel	1.83	
	51	Rio de Mel	6.62	
	52	Rio de Mel	6.24	
	53	Rio de Mel	8.95	
	54	Rio de Mel	11.76	
Pinho	55	Mosteirinho	2.19	
	56	Mosteirinho	6.30	
	57	Pinho	27.19	

Freguesia	N.º no Mapa	Nome / lugar	Área (hectares)
	58	Pinho	11.56
	59	Pinho	19.85
	60	Pinho - Moldes	8.68
	61	Pinhosão	5.34
	62	Sobral	14.84
	63	Alvarinho	2.37
São Félix	64	Casal / Couto	6.52
	65	Casal / Couto	7.42
	66	Sacados	9.65
	67	São Félix	4.66
	68	Vila Nova	15.64
	69	Covelas	4.24
Serrazes	70	Covelas	8.93
	71	Ferreiros	5.89
	72	Freixo	30.24
	73	Freixo	4.17
	74	Freixo	4.47
	75	Freixo	4.86
	76	Freixo	8.27
	77	Penso - Serrazes	16.08
	78	Serrazes	11.90
	79	Serrazes	48.80
	80	Serrazes	10.59
	81	Adopisco	0.73
Sul	82	Adopisco	11.84
	83	Aldeia	9.54
	84	Amoreira	4.52
	85	Ervilhal	7.65
	86	Fujaco	1.89
	87	Leirados	8.49
	88	Macleira	9.08
	89	Oliveira	23.17
	90	Outeiro	8.83
	91	Pesos - Sul	13.09
	92	Sul	13.39
	93	Sul	12.96
	94	Trigal	2.41
	União das freguesias de Carvalhais e Candal	95	Baiões / Vilar
96		Baiões / Vilar	29.43
97		Barbas / Bairro Novo	11.17
98		Candal	11.97
99		Carvalhais	5.78
100		Carvalhais	9.44
101		Carvalhais	52.51
102		Casal da Renda / Germinade	15.08
103		Coelheira	9.87
104		Favarrel	4.13
105		Mourel / Mota / Favarrelinho	26.93

Freguesia	N.º no Mapa	Nome / lugar	Área (hectares)
União das freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões	106	Passos	11.18
	107	Pisão	11.73
	108	Povoas das Leiras	5.35
	109	Prendedores	10.94
	110	Reguengo	5.76
	111	Ribas	6.18
	112	Sá - Carvalhais	2.17
	113	Torre	6.23
	114	Chousas	1.33
	115	Chousas	7.13
	116	Dianteiro	3.52
	117	Gralheira	16.26
	União das freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio	118	Janarde
119		Landeira	7.22
120		Lourosa da Trapa	22.09
121		Paredes	3.27
122		Ribeira de Lourosa	2.69
123		Santa Cruz da Trapa	12.48
124		Santa Cruz da Trapa	87.49
125		Santa Cruz da Trapa	4.17
126		Santa Cruz da Trapa	4.95
127		Santa Cruz da Trapa	13.67
128		Sobrosa	13.23
129		Vilarinho - S. Cristóvão de Lafões	2.17
130		Ameixiosa	1.94
131		Covas do Monte	4.25
132		Covas do Rio	5.68
133		Covelinhas	2.40
União das freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões		134	Deilão
	135	Lajeosa	4.30
	136	Nodar	2.44
	137	Pena	3.76
	138	Posmil	3.23
	139	Rompecilha	1.64
	140	Rompecilha	3.57
	141	São Martinho das Moitas	0.81
	142	São Martinho das Moitas	4.62
	143	São Martinho das Moitas	5.02
	144	Sequeiros	7.04
145	Sete Fontes	2.70	
146	Souto	2.79	
147	Arcozelo	10.08	
148	Baiões	15.54	
149	Bairro da Ponte	2.15	
150	Bairro da Ponte	18.21	
151	Cotens	6.04	
152	Galifães	3.78	
153	Lagea	6.64	

Freguesia	N.º no Mapa	Nome / lugar	Área (hectares)	
	154	Lameira	9.39	
	155	Mira Vouga	11.12	
	156	Negrelos	18.00	
	157	São Pedro do Sul	5.84	
	158	São Pedro do Sul	7.84	
	159	São Pedro do Sul	144.40	
	160	São Pedro do Sul	7.85	
	161	São Pedro do Sul	37.58	
	162	Segadães	6.02	
	163	Termas	10.62	
	164	Termas	32.54	
	165	Termas	2.94	
	166	Termas	3.17	
	167	Termas	4.26	
	168	Termas	6.62	
	169	Travanca	8.09	
	170	Covelo 2	10.69	
	Valadares	171	Gramol	1.42
		172	Gramol	6.96
173		Granja	6.54	
174		Paradela	4.77	
175		Pedreira - Valadares	7.25	
176		Preguinho	7.06	
177		Ribeira de Vilarinho	3.53	
178		Ribeira de Vilarinho	7.71	
179		Tronco	1.39	
180		Valadares	15.16	
Vila Maior	181	Valadares	20.79	
	182	Vilarinho	2.53	
	183	Vilarinho	5.76	
	184	Doide	7.85	
	185	Outeiro Nespeira	3.52	
	186	Outeiro Nespeira	19.96	
	187	Regada	2.27	
	188	Ribeira de Amarante	2.28	
	189	Torre	4.59	
	190	Vila Maior	2.47	
	191	Vila Maior	2.51	
	192	Vila Maior	4.35	
	193	Vila Maior	7.79	
	194	Vila Maior	13.66	
	195	Vila Maior	37.49	
	196	Vila Maior	4.96	
	197	Vila Maior	5.70	
	198	Vila Maior	17.05	
ÁREA TOTAL NO CONCELHO:		1918.63		

O município de S. Pedro do Sul apresenta, assim, um conjunto de 198 perímetros urbanos e urbanizáveis disseminados por todo o território, sendo na sua generalidade de reduzida dimensão, uma vez que apenas 15 aglomerados registam áreas superiores a 20 ha.

De acordo com a planta de ordenamento do PDM, estão definidas as seguintes classes de espaço no solo urbano:

Espaços Urbanos que correspondem às áreas com uma ocupação predominantemente urbana, nomeadamente habitacional, comercial e serviços, incluindo equipamentos públicos e/ou privados.

Espaços Urbanizáveis, correspondendo às áreas de expansão dos aglomerados. De acordo com o Regulamento do PDM, estes espaços acabam por ter a mesma regulamentação e uso dos espaços urbanos.

Espaços Industriais, destinados exclusivamente às atividades industriais existentes, bem como às suas funções complementares.

Espaços Industriais Propostos, destinados à instalação de novas unidades ou parques industriais.

Espaço de Reserva de Equipamentos, correspondentes aos espaços destinados à instalação de equipamentos (não especificando se apenas públicos).

Na legenda da Carta de Ordenamento aparece ainda “Espaços Culturais” mas não tem representação gráfica territorial.

A área total em solo urbano é de 2.117,82 ha, dos quais cerca de 76% são Espaços Urbanos, 14% Espaços Urbanizáveis, 1,6% Espaços Industriais, sendo sensivelmente o mesmo valor para os Espaços Industriais Propostos e cerca de 2,6% de Espaços de Reserva de Equipamento, sendo que os Espaços Culturais não têm representação territorial.

8.1.1. Espaços Urbanos e Urbanizáveis

Os aglomerados populacionais do município encontram-se delimitados sob a forma de perímetros urbanos no PDM em vigor, os quais são constituídos maioritariamente pela classe de Espaço Urbano e em muito menor grau pela classe de Espaço Urbanizável. Com maior ou menor rigor, a maioria dos aglomerados populacionais efetivamente existentes estão delimitados dentro dos perímetros urbanos identificados na Carta de Ordenamento do PDM, apesar da existência de pequenas partes de alguns núcleos não estarem inseridos em solo urbano, assim como alguns aglomerados não possuem solo urbano.

8.1.2. Espaços Industriais

No PDM em vigor foram delimitados apenas dois Espaços Industriais, no centro do concelho e muito próximos entre si:

- Na freguesia de Bordonhos situa-se um pequeno parque Industrial anterior ao PDM em vigor, totalmente vendido há vários anos.
- No limite entre esta freguesia e a União de Freguesias de Carvalhais e Candal encontra-se o Parque Industrial do Alto do Barro, resultante de um Plano de Pormenor (PP) e que, embora não se encontre totalmente ocupado, encontra-se também com os lotes todos vendidos à vários anos. A Câmara Municipal pretende proceder a uma alteração ao seu PP por forma a prever a inclusão de alguns lotes na área que se encontra atualmente designada como Espaço de Equipamento (mas que até hoje não teve qualquer utilização para esse fim, encontrando-se abandonada).

8.1.3. Espaços Industriais Propostos

O PDM em vigor previa apenas a criação de um espaço destinado à futura instalação de atividades económicas.

A figura seguinte evidencia que o espaço destinado para esse fim aquando da elaboração do PDM em vigor não cumpriu com o objetivo definido à priori, encontrando-se este espaço na atualidade com a atividade agrícola e florestal que sempre teve. A sua não utilização deveu-se à sua configuração espacial na carta de Ordenamento.

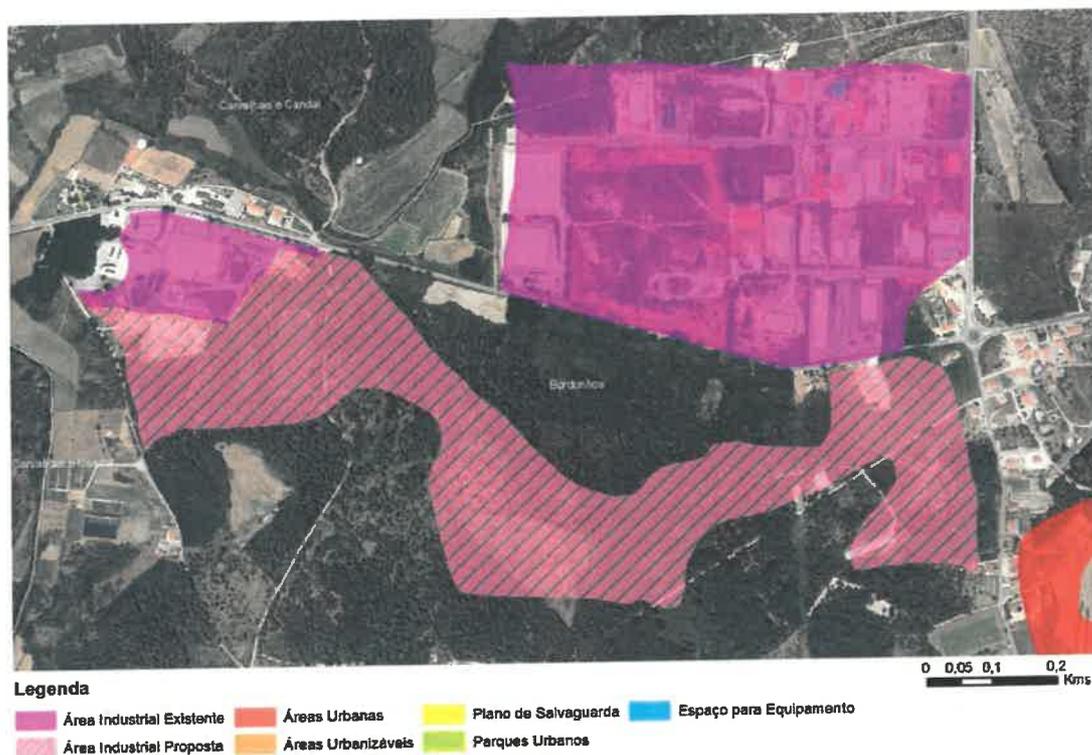


Figura 14: Espaço Industrial proposto – Freguesia de Bordonhos

FONTE: DGT, PDM de S. Pedro do Sul

Dada a inexistência de espaços industriais na metade nascente do concelho, a Câmara Municipal deu início a procedimento com vista à possibilidade de inclusão de um parque empresarial nesta zona, em terreno baldio situado nas proximidades do nó de Arcas da A24, na freguesia de Pindelo dos Milagres e servindo de apoio às restantes freguesias situadas mais a nascente.

8.1.4. Espaços de Reserva para Equipamento

No PDM em vigor existem alguns espaços identificados com esse fim, na sua maioria correspondente a recintos desportivos existentes. A principal exceção localiza-se nas margens do rio Vouga, nas proximidades das Termas de São Pedro do Sul. Esta área até hoje não foi intervencionada com nenhum tipo de equipamento, nem se prevê a médio prazo a sua utilização para esse fim.

8.1.5. Espaços Culturais

Os Espaços Culturais encontram-se referenciados no regulamento, aparecendo referidos na Carta de Ordenamento unicamente com um círculo em volta do elemento que se pretende

identificar.

8.2. HIERARQUIA URBANA

Muito embora o PDM em vigor não estabeleça uma hierarquia urbana para o concelho, é possível agrupar os aglomerados populacionais em três níveis hierárquicos: i) núcleo urbano principal, ii) núcleo urbano secundário, iii) núcleos urbanos terciários e iv) restantes núcleos urbanos.

O núcleo urbano principal corresponde à cidade de S. Pedro do Sul (o contínuo urbano construído existente entre as Termas de S. Pedro do Sul, situado a poente, e os lugares de Negrelas, Arcozelo e Pouves (situados a nascente). Possui mais de 4.000 habitantes e aqui se encontram as principais atividades comerciais e de serviços, estabelecimentos de ensino, saúde, apoio a crianças e idosos, serviços públicos, empresariais e as principais atividades culturais e desportivas do concelho.

Por sua vez, o núcleo urbano secundário corresponde à vila de S. Cruz da Trapa, com cerca de 1.000 habitantes e que possui alguns serviços de apoio à população, nomeadamente banco, farmácia, correios, supermercado, restaurantes, ensino básico (até 9º ano), apoio a idosos, pequena atividade oficial, extensão de saúde, centro cultural e pavilhão gimnodesportivo (em construção).

Os núcleos urbanos terciários correspondem às sedes de freguesia (com exceção da União de freguesias de S. Martinho das Moitas e Covas do Rio), que, para além dos serviços próprios fornecidos pela Junta de Freguesia, possuem quase sempre algum comércio (café/mercearia), apoio a idosos, ensino básico do 1º CEB, multibanco, serviço de correios (normalmente garantido pela junta de freguesia), posto de medicamentos e associações recreativas, desportivas e culturais. Normalmente estes núcleos possuem uma população que varia entre os 300 e os 600 habitantes.

Os restantes núcleos do município, possuindo menos de 100 habitantes, caracterizam-se por uma estrutura funcional básica, conferindo-lhes um carácter marcadamente rural. São espaços que apesar de se constituírem como perímetros urbanos, não apresentam características de espaços urbanos.

8.3. TIPOS DE POVOAMENTO

Identificam-se, em termos gerais, no município de S. Pedro do Sul três tipos básicos de povoamento:

- I. o povoamento concentrado em pequenos núcleos
- II. o povoamento concentrado em grandes núcleos
- III. o povoamento disperso de características lineares e descontínuas

O povoamento concentrado em pequenos núcleos verifica-se nas zonas serranas da metade norte do concelho, sendo caracterizado praticamente por núcleos populacionais com uma população inferior a 100 habitantes (na sua maioria inferior mesma a 30 habitantes).

Já o povoamento concentrado em grandes núcleos relativamente afastados entre si, verifica-se sobretudo na metade nascente do concelho (sobretudo nas freguesias de Pinho, Figueiredo de Alva e Pindelo dos Milagres) e caracteriza-se por aglomerados relativamente afastados entre si e com uma população superior a 100 habitantes.

Por último, o povoamento disperso de características lineares e descontínuas ocupa sobretudo a área central (centro sul) do município, possuindo características que se assemelham a uma paisagem minhota (cultura do milho, vinha em latada, casas-pátio, lameiros, etc).

Atualmente a tendência de ocupação linear das novas construções permitiu de certa forma uma junção dos micro-núcleos/lugares primitivamente existentes, transformando-os em aglomerados maiores e mais consistentes (como no caso de Carvalhais, Bordonhos e Vila Maior). A tendência de ocupação linear praticamente se generalizou a todo o território concelhio, com exceção da área mais serrana situada a norte.

Tendo em consideração os perímetros urbanos em vigor, podemos verificar, por um lado, a existência de áreas livres em solo urbano e, por outro, a existência de áreas edificadas que não se encontram enquadradas nos perímetros urbanos em vigor, adjacente a este.

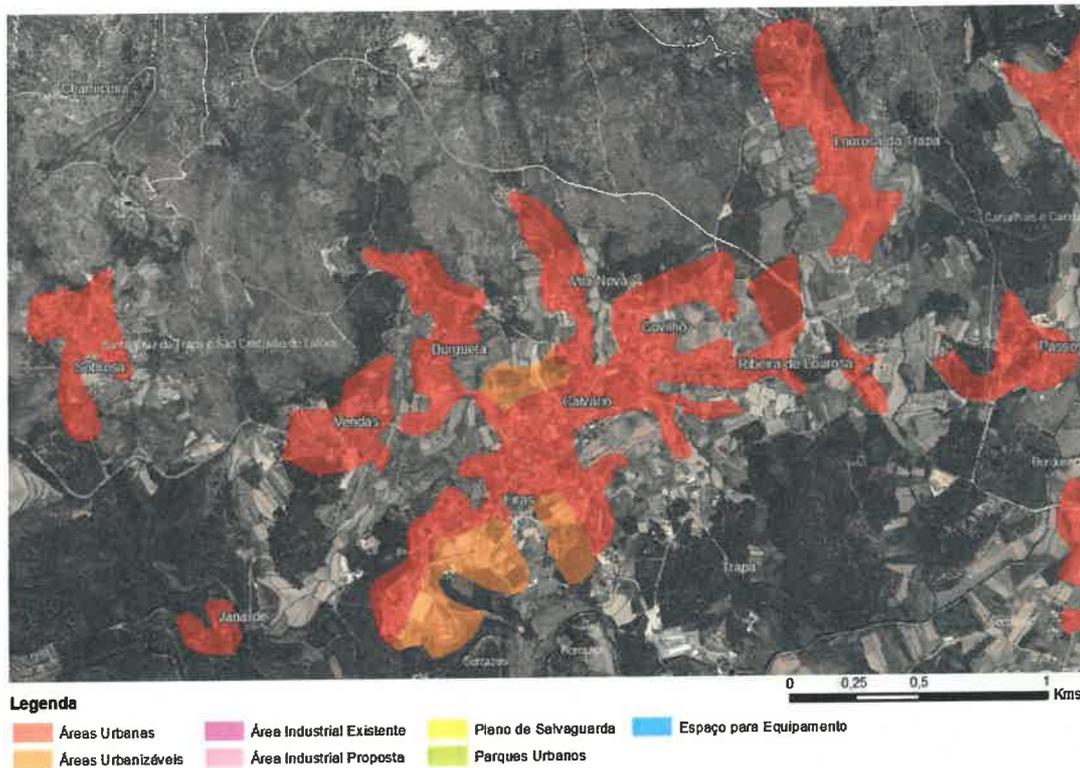


Figura 16: Mapa de Santa Cruz da Trapa com o solo urbano

FONTE: DGT, PDM de S. Pedro do Sul

Um exemplo emblemático desta característica encontra-se bem patente sobretudo nas seguintes freguesias:

- Bordonhos;
- S. Pedro do Sul/Várzea/Baiões;
- Serrazes;
- S. Cruz da Trapa/S. Cristóvão de Lafões (sobretudo na extinta freguesia de S. Cruz da Trapa);
- Valadares;
- Carvalhais/Candal (sobretudo na metade sul da extinta freguesia de Carvalhais);
- S. Félix (onde nem mesmo o centro da freguesia possui aglomerado urbano);
- Vila Maior;
- Pinho.

A figura seguinte é bastante elucidativa da elevada dispersão urbana existente. No presente caso ilustra-se a área central da freguesia de S. Félix.

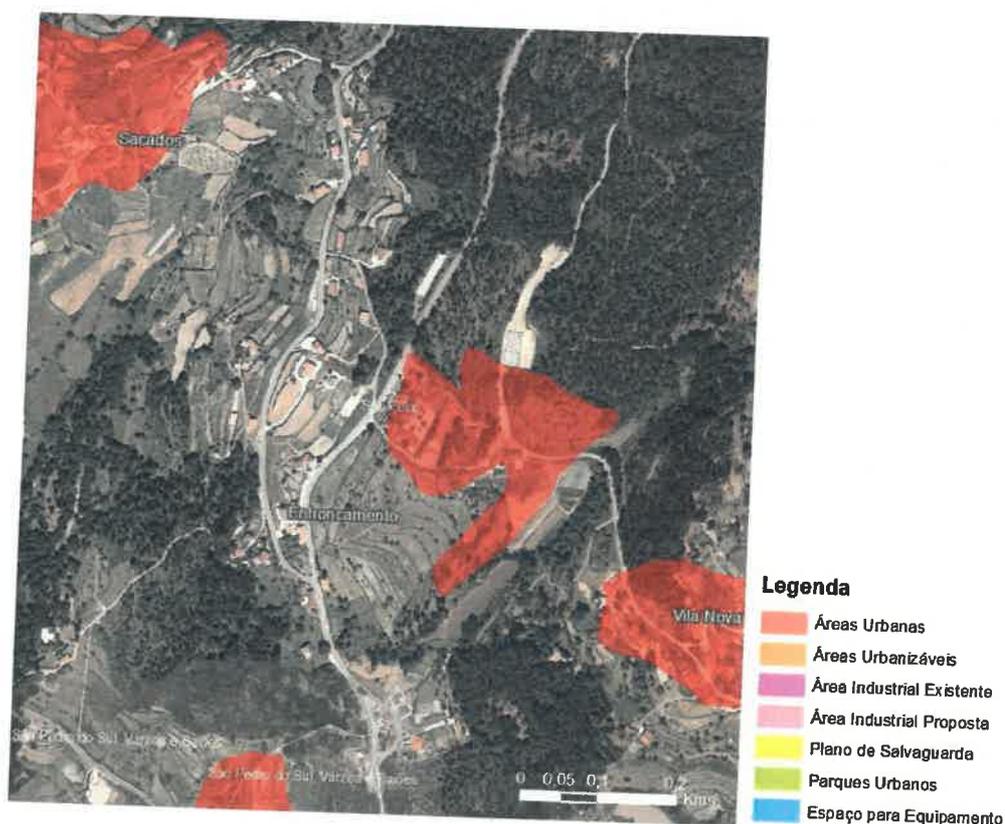


Figura 17: Inexistência de solo urbano no centro do aglomerado/freguesia de São Félix

FONTE: DGT, PDM de S. Pedro do Sul

Verifica-se ainda a inexistência de solo urbano em diversos aglomerados do concelho, não apenas em pequenas aldeias serranas como sobretudo em núcleos com algum dinamismo atual, como é o caso de Quintas de Trás da Serra (freguesia de Sul) e Paraíso e Comenda (S. Pedro do Sul).

Nestas 2 últimas figuras apresentam-se estes casos paradigmáticos.



Figura 18: Inexistência de solo urbano em Quintas-Trás-da-Serra, freguesia de Sul

FONTE: DGT, PDM de S. Pedro do Sul

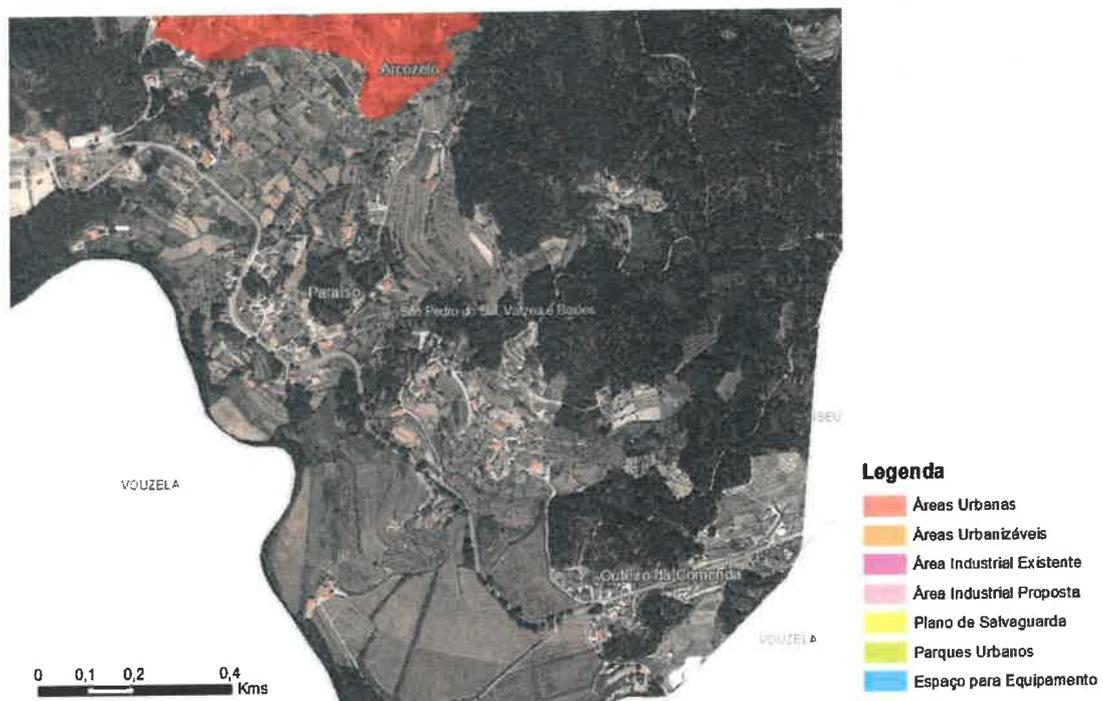


Figura 19: Inexistência de solo urbano nas localidades de Paraíso e Comenda

FONTE: DGT, PDM de S. Pedro do Sul

9. CONCLUSÃO

Verificam-se diversos estrangulamentos/desajustamentos no PDM em vigor, conforme se conclui no presente REOT.

Verifica-se que o PDM em vigor em nada contribuiu, *per si*, para o desenvolvimento territorial nem para a melhoria da qualidade de vida das populações. Tal se verifica sobretudo nos seguintes cinco aspetos fundamentais ao desenvolvimento concelhio:

1. Aumento/fixação da população e atratividade regional (verificou-se antes uma enorme diminuição populacional);
2. Bom ordenamento urbano e contenção/consolidação dos aglomerados (antes se verificou uma tendência dispersante em quase todo o território);
3. Maior racionalidade na utilização de recursos e sustentabilidade territorial (registou-se antes um aumento dos custos de infra-estruturação, redes de transportes, de recolha de resíduos e de custos de funcionamento/manutenção dessas infra-estruturas, fruto da maior dispersão construtiva);
4. Melhoria das acessibilidades supra-regionais, tornando mais atrativo o território para o investimento e para os turistas que o visitam (desde 1997 que não se verificou qualquer melhoria nas acessibilidades supra-municipais - antes pelo contrário, algumas estradas nacionais foram mesmo desclassificadas);
5. Investimento local em atividades agrícolas sustentáveis e geradoras de riqueza (infelizmente atualmente é praticamente impossível investir no sector avícola, o mais rentável na região, em virtude de cerca de 80% do território encontrar-se coberto por solos afetos à REN, Rede Natura ou Regime Florestal e o PMDFCI ser muito limitador das atividades produtivas).

Apenas o sector do turismo/termalismo se poderá considerar que teve uma evolução positiva desde 1995, contudo verifica-se uma estagnação nos últimos anos. A descaracterização da paisagem fruto de uma tendência cada vez mais dispersante da construção, a par da fraca conexão supra-regional, em nada contribui para a atratividade do sector do turismo, sobretudo o turismo rural e de natureza.

Fase ao exposto no presente Relatório do Estado do Ordenamento do Território, verifica-se a necessidade premente de efetuar uma revisão do Plano Diretor Municipal em vigor.

